

2021

**RELATÓRIO SOBRE A SOLVÊNCIA  
E A SITUAÇÃO FINANCEIRA  
INDIVIDUAL**

**GENERALI SEGUROS, S.A.**

Av. da Liberdade, n.º 242  
1250 - 149 Lisboa / Portugal  
Registo na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa  
NIPC: 500 940 231  
Autorização ASF n.º 1197  
LEI: 549300CGCHTYQ1Z4V333

# ÍNDICE GERAL

<b>A. ATIVIDADES E DESEMPENHO</b>	<b>011</b>
<b>A.1. ATIVIDADES</b>	<b>012</b>
A.1.1. APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA	012
A.1.2. INFORMAÇÃO GERAL	015
A.1.3. PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DE ATIVIDADE	019
A.1.4. ESTRUTURA DA COMPANHIA	019
A.1.5. ENQUADRAMENTO E EVENTOS RELEVANTES	020
A.1.5.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	020
A.1.5.2. SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL	020
A.1.5.3. SITUAÇÃO ECONÓMICA NACIONAL	021
A.1.5.4. MERCADO SEGURADOR	021
A.1.5.5. FACTOS RELEVANTES EM 2021	021
A.1.5.6. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO EM 2022	025
<b>A.2. DESEMPENHO DA SUBSCRIÇÃO</b>	<b>026</b>
A.2.1. PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO	026
A.2.2. CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO	027
A.2.3. PROVISÕES TÉCNICAS	027
A.2.4. RESSEGURO CEDIDO	028
A.2.5. SALDO TÉCNICO LÍQUIDO DE RESSEGURO	028
<b>A.3. DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>029</b>
<b>A.4. DESEMPENHO DE OUTRAS ATIVIDADES</b>	<b>031</b>
A.4.1. CUSTOS OPERACIONAIS	031
A.4.2. QUADRO DE PESSOAL	031
<b>A.5. EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS</b>	<b>032</b>
A.5.1. CAPITAL PRÓPRIO E MARGEM DE SOLVÊNCIA	032
<b>B. SISTEMA DE GOVERNAÇÃO</b>	<b>033</b>
<b>B.1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O SISTEMA DE GOVERNAÇÃO</b>	<b>034</b>
B.1.1. MODELO DE GOVERNAÇÃO	034
B.1.1.1. ASSEMBLEIA GERAL	034
B.1.1.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	034
B.1.1.3. COMITÉ DE GESTÃO EXECUTIVO	035
B.1.1.4. CONSELHO FISCAL	035
B.1.1.5. REVISOR OFICIAL DE CONTAS	035
B.1.2. MODELO DAS TRÊS LINHAS DE DEFESA	036
B.1.3. COMITÉS	037
B.1.4. POLÍTICA E PRÁTICAS DE REMUNERAÇÃO	037
B.1.4.1. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E MESA DA ASSEMBLEIA	038
B.1.4.2. COLABORADORES COM FUNÇÕES-CHAVE	038

<b>B.2. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO E IDONEIDADE</b> .....	039
<b>B.3. SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS COM INCLUSÃO DA AUTOAVALIAÇÃO DO RISCO E DA SOLVÊNCIA</b> .....	<b>040</b>
B.3.1. SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS.....	040
B.3.2. ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCOS.....	041
B.3.3. GOVERNAÇÃO DOS RISCOS.....	042
B.3.4. PROCESSO ORSA.....	042
B.3.5. PRINCÍPIO DO GESTOR PRUDENTE.....	043
B.3.6. INTEGRAÇÃO DO RISCO NO PROCESSO DE GESTÃO DE CAPITAL.....	045
<b>B.4. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO</b> .....	<b>045</b>
B.4.1. PROCEDIMENTOS-CHAVE INCLUÍDOS NO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO.....	045
B.4.2. ATIVIDADES EXECUTADAS PARA VERIFICAR O COMPLIANCE REGULAMENTAR.....	047
B.4.3. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES.....	048
B.4.4. FUNÇÃO DE COMPLIANCE.....	051
<b>B.5. FUNÇÃO DE AUDITORIA INTERNA</b> .....	<b>052</b>
<b>B.6. FUNÇÃO ATUARIAL</b> .....	<b>054</b>
B.6.1. ORGANIZAÇÃO.....	054
B.6.2. INDEPENDÊNCIA E GESTÃO DOS CONFLITOS DE INTERESSE.....	054
<b>B.7. SUBCONTRATAÇÃO</b> .....	<b>055</b>
<b>B.8. EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS</b> .....	<b>055</b>
<b>C. PERFIL DE RISCO</b> .....	<b>056</b>
<b>C.1. RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS</b> .....	<b>059</b>
C.1.1. RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS NÃO-VIDA.....	059
C.1.2. RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS DE ACIDENTES E DOENÇA.....	060
C.1.3. RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS DE VIDA.....	061
<b>C.2. RISCO DE MERCADO</b> .....	<b>062</b>
<b>C.3. RISCO DE CRÉDITO (CONTRAPARTE)</b> .....	<b>063</b>
<b>C.4. RISCO DE LIQUIDEZ</b> .....	<b>063</b>
<b>C.5. RISCO OPERACIONAL</b> .....	<b>064</b>
<b>C.6. OUTROS RISCOS MATERIAIS</b> .....	<b>065</b>
<b>C.7. INFORMAÇÕES ADICIONAIS</b> .....	<b>065</b>
<b>D. AVALIAÇÃO PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA</b> .....	<b>066</b>
<b>D.1. ATIVOS</b> .....	<b>067</b>
D.1.1. AVALIAÇÃO DOS ATIVOS.....	068
D.1.2. IMPOSTOS DIFERIDOS.....	070
D.1.3. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	071
<b>D.2. PROVISÕES TÉCNICAS</b> .....	<b>071</b>
D.2.1. MELHOR ESTIMATIVA.....	071
D.2.2. MARGEM DE RISCO.....	075
D.2.3. MEDIDA TRANSITÓRIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS E AJUSTAMENTO DE VOLATILIDADE.....	076
<b>D.3. OUTRAS RESPONSABILIDADES</b> .....	<b>076</b>
<b>D.4. MÉTODOS ALTERNATIVOS DE AVALIAÇÃO</b> .....	<b>076</b>
<b>D.5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS</b> .....	<b>076</b>

<b>E. GESTÃO DE CAPITAL</b> .....	<b>077</b>
<b>E.1. FUNDOS PRÓPRIOS</b> .....	<b>078</b>
E.1.1. OBJETIVOS, POLÍTICAS E PROCESSOS ADOTADOS.....	078
E.1.2. ESTRUTURA, MONTANTE E QUALIDADE DOS FUNDOS PRÓPRIOS.....	079
E.1.3. CLASSIFICAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS.....	080
E.1.4. FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES.....	080
E.1.5. DEDUÇÕES E RESTRIÇÕES.....	080
E.1.6. RESERVA DE RECONCILIAÇÃO.....	080
E.1.7. DIFERENÇA ENTRE A AVALIAÇÃO DE SOLVÊNCIA II E IFRS.....	081
<b>E.2. REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA E REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO</b> .....	<b>082</b>
E.2.1. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA.....	082
<b>E.3. UTILIZAÇÃO DO SUB-MÓDULO DE RISCO ACIONISTA BASEADO NA DURAÇÃO PARA CALCULAR     O REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA</b> .....	<b>083</b>
<b>E.4. DIFERENÇAS ENTRE A FÓRMULA-PADRÃO E QUALQUER MODELO INTERNO UTILIZADO</b> .....	<b>083</b>
<b>E.5. INCUMPRIMENTO DO REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO E INCUMPRIMENTO DO REQUISITO     DO CAPITAL DE SOLVÊNCIA</b> .....	<b>083</b>
<b>E.6. INFORMAÇÕES ADICIONAIS</b> .....	<b>083</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>084</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>086</b>

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO

O regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, exige que as empresas de seguros divulguem publicamente um relatório anual sobre a sua solvência e situação financeira.

O conjunto de informação qualitativa que as empresas de seguros devem divulgar, encontra-se previsto no capítulo XII do título I do Regulamento Delegado (UE) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014.

Em linha com o disposto no artigo 292.º do Regulamento Delegado, apresenta-se um sumário dos capítulos abordados neste relatório. Este sumário não invalida a leitura do documento, porquanto não detalha e engloba todos os temas abordados nos diferentes capítulos do relatório.

O presente relatório constitui um documento único da GENERALI SEGUROS, S.A., e foi aprovado pelo Conselho de Administração da Generali Seguros S.A. em 28 de abril de 2022.

Quaisquer referências à “Companhia” devem entender-se como relativas à “Generali Seguros”.

Todos os montantes neste relatório estão apresentados em milhares de euros, exceto quando feita referência a diferente unidade ou moeda.

Apresenta-se de seguida o sumário das matérias desenvolvidas neste relatório.

## A. ATIVIDADES E DESEMPENHO

A Generali Seguros, S.A. (adiante designada por Companhia) é uma companhia de seguros resultante da fusão por incorporação na entidade Seguradoras Unidas, S.A. das companhias de seguros Generali - Companhia de Seguros, S.A. e Generali Vida - Companhia de Seguros, S.A.

Esta fusão foi registada e produziu efeitos a 1 de outubro de 2020, após aprovação dos órgãos de gestão e de fiscalização das três entidades envolvidas e mediante aprovação prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), tendo as entidades incorporadas sido extintas por incorporação nessa data. Nesta mesma data, a Seguradoras Unidas, S.A. alterou a sua designação para Generali Seguros, S.A. Não obstante, do ponto de vista comercial, a gestão da Companhia decidiu manter ativas apenas as marcas Tranquilidade, Açoreana e LOGO.

A sociedade incorporante Seguradoras Unidas, S.A. era por sua vez uma companhia de seguros já resultante também de uma fusão por incorporação na Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., das companhias de seguros por esta detidas a 100% à data de 30 de dezembro de 2016 (data de registo e produção de efeitos): a T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., a Seguros LOGO, S.A. e a Açoreana Seguros, S.A.

Em 15 de janeiro de 2015, a totalidade do capital acionista da Companhia foi adquirida pela Calm Eagle Holdings, S.à r.l., uma sociedade controlada pelos fundos de investimento afiliados da Apollo Global Management, LLC, tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Em 8 de janeiro de 2020, a totalidade do capital acionista da Companhia foi adquirida pela Assicurazioni Generali S.p.A., tendo esta aquisição merecido igualmente a aprovação prévia da ASF.

A Companhia tem sede social e local principal de negócios na Av. da Liberdade, n.º 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 500940231 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Exerce a atividade de seguros e resseguros em Portugal em todos os ramos técnicos Vida e Não-Vida (com exceção do seguro de crédito), sob a supervisão da ASF e mediante a autorização n.º 1197 e LEI: 549300CGCHTYQ1Z4V333.

Após a fusão, a Companhia opera através dos seus escritórios de Lisboa, Porto e Ponta Delgada. A rede de distribuição em Portugal está dividida em 21 zonas comerciais (19 no continente, Açores e Madeira), que são suportadas por escritórios locais e por um total de 688 pontos físicos de venda que se distribuem geograficamente por todo o território continental e regiões autónomas. Por tipologia, a rede física é composta por 13 lojas próprias (em Lisboa, Porto e 11 lojas nos Açores) e por 641 lojas de Parceiros com imagem da Tranquilidade ou Açoreana (nos Açores), dos quais 282 são exclusivos.

Através da LOGO, marca digital de seguros, lançada em janeiro de 2008, e a primeira seguradora direta a disponibilizar compra totalmente online, comercializa seguros Automóvel (incluindo Moto), Casa, Saúde e Vida (para proteção de Doenças Graves e Crédito Habitação), contando com 165.000 clientes.

Tendo a Companhia resultado da fusão por incorporação de entidades com data efeito de 1 de outubro de 2020, toda a informação financeira exposta nas demonstrações financeiras e apresentada nas seguintes Notas corresponde em 2020 ao balanço fusionado de todas as entidades, sendo que o ganhos e perdas de 2020 corresponde, portanto, à atividade de 9 meses da Seguradoras Unidas *per se*, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada, conforme normas contabilísticas.

Desta forma, as demonstrações financeiras com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não são diretamente comparáveis com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando que as 3 entidades estavam sob o controlo comum (*under common control*) da acionista única Assicurazioni Generali, S.p.A., a fusão foi efetuada tendo por base os valores contabilísticos dos ativos e passivos (*book value*) e ao abrigo do regime da neutralidade fiscal.

Relativamente à informação de Solvência II contida neste relatório, corresponde em 2020 à soma integral da atividade das três Companhias que se fusionaram em outubro desse ano.

A Generali Seguros teve um crescimento superior ao do mercado em Não-Vida, registando um aumento do volume de prémios de 7,3% (*versus* 4,8% do mercado), o que se traduziu numa quota de mercado de 18,8% (0,4 p.p. vs. 2020).

Em sentido contrário, em Vida a Generali Seguros perdeu quota que ascendeu a 1,0% (-1,1 p.p. vs. 2020), em resultado de um desempenho aquém do mercado nos produtos financeiros (-47,9% Generali vs. +82,7% do mercado), o que levou a uma perda de quota de 0,8 p.p.. No entanto, em Vida Risco, a Generali Seguros conquistou +0,2 p.p. de quota de mercado, que é agora de 6,5%, fruto da estratégia consistente de aposta neste ramo onde cresceu 8,2% (vs. 5,3% mercado).

O ano de 2021 foi marcado por alguma recuperação económica face aos efeitos da pandemia Covid-19, no ano anterior, com impactos diretos no negócio, em especial nos produtos empresariais de Acidentes de Trabalho e Multirrisco Empresarial (Comércio e Indústria).

Adicionalmente, em 2021, concluiu-se o processo de integração operacional decorrente da fusão por incorporação da Generali – Companhia de Seguros, S.A. e da Generali Vida – Companhia de Seguros, S.A. na Generali Seguros, S.A. (anteriormente designada Seguradoras Unidas, S.A.), o que originou um reajustamento da composição da carteira, especialmente nos riscos empresariais de maior dimensão com particular incidência nos ramos de Incêndio e Outros Danos, Engenharia e Transportes.

Apesar destes desafios, houve um aumento da base de clientes para aproximadamente 1,925 milhões de clientes particulares e empresa (+1,5%), e alcançou-se um índice de retenção de clientes de 86% que sustentou o crescimento registado.

A evolução da carteira de prémios Não-Vida acabou por ser positivamente afetada sobretudo pela evolução nos ramos de Acidentes e Doença, em particular nos ramos Acidentes de Trabalho (+19,8%, +3,2 p.p. de quota que ascende a 28,8%) e Saúde (+10,5%).

A Generali Seguros continuou focada na continuidade do processo de transformação, com uma aposta crescente numa estratégia digital no *back office* e *front office*, com impacto direto nos processos de venda, no desempenho operacional e nos níveis de serviço a clientes e parceiros de distribuição.

Em termos de produtos, apostou-se na continuidade da estratégia de oferta alinhada com as necessidades dos clientes e em prestar-lhes um serviço de excelência. Assim, realizaram-se um conjunto de melhorias e lançamentos de produtos.

O resultado líquido da Companhia em 2021 foi positivo em +54,1 milhões de euros que compara com um resultado positivo de +18,9 milhões de euros em 2020.

Relativamente ao resultado de 2021, os eventos de carácter não recorrente tiveram um impacto na sua globalidade positivo. Importa referir que o resultado líquido de 2020 foi afetado negativamente, em termos líquidos, por um conjunto de eventos de carácter não recorrente.

O capital próprio aumentou em 7,6 milhões de euros em resultado da evolução, em sentido diferente, dos seus componentes. Destaca-se, desta forma:

- aumento do capital social em 6,5 milhões de euros em resultado da realização parcial, em 6,5 milhões de euros, do anteriormente existente Capital Não Realizado de 98 milhões de euros;
- performance negativa registada na reserva de reavaliação, que é líquida de reserva de impostos diferidos, de (-75,1 milhões de euros);
- resultado líquido positivo de 54,1 milhões de euros.

Fazendo parte do Grupo Generali, um dos maiores grupos seguradores da Europa, a Generali Seguros tem fornecido soluções para clientes particulares e empresariais maioritariamente através de uma ampla rede de agentes e corretores independentes, procurando trabalhar de uma forma simples, inteligente e ágil para melhor servir os clientes.

Do ponto de vista interno, importa dar nota que, desde o início de março de 2020, a Companhia implementou um conjunto de medidas preventivas e de resposta com vista a adequar as suas operações à nova realidade com que se depara. Foi, desta forma, implementado um Plano de Contingência e definido um “Gabinete de Acompanhamento – Covid-19” com o objetivo de monitorar e acompanhar de perto esta situação.



## B. SISTEMA DE GOVERNAÇÃO

A estrutura de administração e fiscalização da Companhia compreende os seguintes Órgãos:

- Assembleia Geral;
- Conselho de Administração;
- Conselho Fiscal;
- Revisor Oficial de Contas.

Em 8 de janeiro de 2020, com a alteração do controlo acionista, existiram igualmente alterações ao nível da composição dos órgãos sociais. Um Comité de Gestão Executivo (CGE) foi nomeado, por delegação do Conselho de Administração. A este órgão cabe a Gestão da Sociedade Generali Seguros.

A política de remuneração dos órgãos sociais (Órgãos de Administração, de Fiscalização e da Mesa da Assembleia), dos Colaboradores com Funções-Chave e Colaboradores com Outras Funções Relevantes da Companhia obedece a critérios de aprovação, avaliação independente e revisão periódica que garantem a monitorização do seu eventual impacto na gestão de riscos e capital e o seu cumprimento das normas e recomendações a que se sujeita.

O Sistema de Gestão de Riscos segue um modelo de três linhas de defesa, detalhado no relatório, que assegura uma clara separação de funções e garante a sua independência.

As Funções-Chave estão devidamente identificadas e obedecem aos requisitos de qualificação e de idoneidade existentes na Companhia, reforçados com a política de “*Fit & Proper*”.

O Sistema de Gestão de Riscos procede de forma contínua à identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo dos riscos materiais a que a Companhia se encontra exposta, assegurando que aqueles se mantêm a um nível que não afete significativamente a sua situação financeira e os interesses dos vários intervenientes. Os processos em que se baseia estão identificados e detalhados neste relatório.

Para garantir a discussão e controlo de decisões estratégicas, bem como a monitorização do cumprimento dos objetivos definidos, a Companhia dotou-se de vários Comités e fóruns adequados que são devidamente elencados e descritos neste relatório.

A Generali Seguros definiu o conjunto das medidas necessárias para assegurar a verificação de cumprimentos legais, a eficácia e a eficiência das operações da organização e a disponibilidade e fiabilidade das informações financeiras e não financeiras como o seu Sistema de Controlo Interno.

O Sistema de Controlo Interno da Generali Seguros tem como objetivo fornecer à gestão razoável segurança de que a Companhia está a funcionar de forma adequada e para suportar a concretização dos objetivos estratégicos e de negócio, enquadrando-o nos seus principais vetores:

Sistema de controlo interno e de gestão de riscos			
Ambiente de controlo interno	Atividades de controlo interno	Sensibilização	Monitorização e reporte
<i>Tone at the top</i>	Atribuição de responsabilidades	Conhecimento do papel desempenhado no SCIGR	Informação ao Órgão de Administração e gestão de topo e às funções-chave
Integridade	Segregação de deveres	Conhecimento das normas aplicáveis	
<i>Fit &amp; Proper</i>	Coordenação de atividades	Conhecimento da informação necessária ao desempenho das tarefas	
Remuneração	Identificação e avaliação dos riscos		
	Procedimentos contabilísticos e de reporte financeiro		

O Código de Conduta, bem como toda a restante regulamentação interna da empresa, representa uma das fundações da sua identidade cultural, estabelecendo as orientações da Companhia ao nível da atuação expectável de cada colaborador, para que este saiba, a todo o momento, o papel que desempenha na equipa e o comportamento que dele é esperado.

Em 2020, na sequência da alteração da estrutura acionista, a Generali Seguros adotou o Código de Conduta do Grupo Generali. Apesar da alteração no código de conduta, pode-se afirmar que se registou uma continuidade nos princípios aplicáveis, verificando-se com a adoção do novo Código de Conduta um reforço do compromisso com a ética e o *compliance*.

O Código de Conduta é o guia para fazer as coisas certas na Companhia e define as expectativas éticas da empresa relativamente a todos os que trabalham para esta ou em seu nome.

De igual forma, a Companhia aprovou e divulgou internamente uma Política de *Outsourcing*, que inclui um conjunto de medidas e procedimentos consistentes com as obrigações legais aplicáveis à Subcontratação de Funções-Chave ou importantes, assim como requisitos mínimos para a contratação de outros serviços, consoante o seu nível de materialidade.

Para além do Código de conduta, a Companhia adotou ainda a partir de 2020, o GIRS (*Generali Internal Regulation System*), que tem como objetivo dar suporte a um sistema de governação efetivo no Grupo Generali, definindo a hierarquia da regulamentação interna do grupo e descrevendo as regras e responsabilidades no âmbito do processo que rege o seu ciclo de vida.

Neste sentido, todos os normativos internos da Generali Seguros têm vindo a ser objeto de revisão e de uma progressiva transposição para o novo modelo do Grupo Generali.

## C. PERFIL DE RISCO

O perfil de risco da Companhia encontra-se refletido na sua aceitação e tolerância ao risco e espelha-se sob a forma de limites de Appetite ao Risco e Tolerância ao Risco.

A Companhia identifica os seus riscos materiais e avalia os seus impactos no capital de forma quantitativa ou qualitativa. Para os riscos avaliados de forma quantitativa, o Requisito de Capital de Solvência (SCR) é obtido com recurso à fórmula-padrão definida pela EIOPA.

Em complemento à execução periódica desta avaliação, a Companhia elabora um conjunto de cenários de *stress* internamente definidos e avalia o seu impacto na projeção do negócio a médio prazo, no âmbito da sua Autoavaliação dos Riscos e da Solvência (ORSA).

No relatório também são abordados outros riscos a que a Companhia pode estar sujeita como os riscos de liquidez, estratégico, reputacional e intragrupo. Importa referir que a Companhia se encontra sujeita a riscos emergentes não conhecidos.

## D. AVALIAÇÃO PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA II

A Companhia detalha no relatório os montantes e os processos de identificação e avaliação dos ativos e passivos numa ótica de Balanço Solvência II, bem como as principais diferenças face à avaliação numa ótica de Balanço Estatutário.

A Companhia descreve o seu procedimento de cálculo dos impostos diferidos em Solvência II, detalhando os ajustamentos provenientes de revalorizações económicas em ativos e provisões técnicas, assim como os testes de recuperabilidade.

O relatório comporta a avaliação das provisões técnicas por linha de negócio, incluindo provisões técnicas calculadas como um todo, melhores estimativas, margem de risco e efeito de medidas transitórias.

Ao nível das medidas de garantia de longo prazo e medidas transitórias, desde o início do regime Solvência II que a Companhia aplica tanto a medida transitória sobre as provisões técnicas como o ajustamento de volatilidade, de acordo com o regulamentado na Diretiva 2009/138/CE.

## E. GESTÃO DE CAPITAL

No capítulo de Gestão de Capital é apresentada a estrutura, montante e qualidade dos Fundos Próprios de Base, assim como a sua classificação por níveis.

Neste capítulo apresenta-se igualmente informação sobre o Requisito de Capital de Solvência (SCR) e o Requisito de Capital Mínimo (MCR). Importa referir que, para o cálculo do Requisito de Capital, a Companhia aplica a fórmula-padrão.

A 31 de dezembro de 2021 os rácios de Solvência face ao SCR e ao MCR são 135,14% e 209,42%, respetivamente.

# **A** ATIVIDADES E DESEMPENHO

# ATIVIDADES E DESEMPENHO

## A.1 ATIVIDADES

### A.1.1 APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA

#### DADOS DA EMPRESA

##### DENOMINAÇÃO SOCIAL

Generali Seguros S.A.

##### SEDE

Av. da Liberdade, 242, 1250-149 Lisboa

N.º Único de Matrícula CRC Lisboa e NIPC 500 940 231

##### CAPITAL SOCIAL

90.500.000 €

##### COLABORADORES

1085

##### PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS SEGURO DIRETO

1.134.788 milhares de euros

#### MARCOS HISTÓRICOS

##### 1871

As origens da Companhia remontam a 1871, tendo desde então vindo a acumular uma vasta experiência em todos os ramos de seguros.

##### 2015

A Companhia inicia o ano com um novo acionista, a Apollo Global Management.

##### 2016

Adquire a Açoreana Seguros, concluindo no final do ano o processo de fusão legal das seguradoras T-Vida, LOGO e Açoreana na Tranquilidade, e alteração da sua denominação social para Seguradoras Unidas.

A fusão legal traz um ganho de dimensão e de escala, algo que vai reforçar a oferta de produtos e serviços para Clientes e Parceiros de distribuição (Corretores e Agentes). Esta operação permite ainda uma gestão de capital mais adequada e uma harmonização do modelo de governo e dos mecanismos de controlo.

Tranquilidade, Açoreana e Logo continuam a ser as marcas comerciais, com a sua identidade própria e o objetivo de sempre: antecipar e responder às necessidades dos clientes com simplicidade, inovação e profissionalismo.

##### 2017

Para a Seguradoras Unidas, 2017 foi um ano de consolidação da sua posição e quota de mercado.

Foi também um ano de integração das carteiras, sistemas e processos das Companhias incorporadas na Tranquilidade (Açoreana, LOGO e T-Vida). Para além disso, foi dada continuidade à estratégia digital e de melhoria contínua de níveis de serviço, sobretudo através da simplificação e digitalização de processos e da disponibilização de novas plataformas a Clientes e Parceiros.

##### 2018

Em 2018 concluiu-se o processo de integração da carteira originária do sistema Açoreana nos sistemas da Seguradoras Unidas, em linha com o plano, o que constituiu um marco no mercado, devido ao curto prazo em que ocorreu, mantendo-se elevados níveis de retenção de negócio e fidelização da rede, que sustentaram o crescimento.

**2019**

O ano de 2019, depois de concluído o processo de integração da Tranquilidade e Açoreana, foi um ano de consolidação da nova empresa, com foco na aceleração do processo de transformação.

**2020**

A 8 de janeiro de 2020, a totalidade do capital acionista da Companhia foi adquirida pela Assicurazioni Generali S.p.A., presente em Portugal desde 1942, tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da ASF.

A 1 de outubro de 2020 foi constituída uma nova Companhia através da fusão, por incorporação, da Generali – Companhia de Seguros, S.A. e da Generali Vida Companhia de Seguros, S.A. na Seguradoras Unidas S.A. A designação desta nova entidade legal do Grupo Generali em Portugal é de Generali Seguros S.A.

**2021**

Concluiu-se o processo de integração operacional decorrente da fusão por incorporação da Generali – Companhia de Seguros, S.A. e da Generali Vida – Companhia de Seguros, S.A. na Generali Seguros, S.A. (anteriormente designada Seguradoras Unidas, S.A.), o que originou um reajustamento da composição da carteira, especialmente nos riscos empresariais de maior dimensão com particular incidência nos ramos de Incêndio e Outros Danos, Engenharia e Transportes.

## VALORES E COMPORTAMENTOS DO GRUPO GENERALI

A Generali Seguros adotou os valores que representam a sua essência e quem é e definiu os comportamentos que devem ser seguidos por forma a perseguir esses seus valores.

### VALORES DO GRUPO GENERALI

Descrevem o que é importante para a Generali Seguros:

- **Deliver on the promise:** Celebramos um contrato sólido de confiança mútua com os nossos colaboradores, clientes e *stakeholders*. Todo o nosso trabalho vai no sentido de melhorar a vida dos nossos clientes. Comprometemo-nos com disciplina e integridade para cumprir esta promessa, criando impacto num relacionamento duradouro;
- **Value our people:** Valorizamos as nossas pessoas, encorajamos a diversidade e investimos na formação contínua e no crescimento através da criação de um ambiente de trabalho transparente, coerente e acessível. O desenvolvimento das nossas pessoas é a garantia para um futuro, a longo prazo, da nossa empresa;
- **Live the community:** Temos orgulho em pertencer a um Grupo global forte, sustentável e de relacionamentos duradouros em todos os mercados em que atuamos. Os nossos mercados são as nossas casas;
- **Be open:** Somos pessoas curiosas, acessíveis e com autonomia, que pensam de forma aberta e ampla, e que desejam olhar para as coisas numa perspetiva diferente.

## COMPORTAMENTOS DO GRUPO GENERALI

Descrevem como toda a Generali Seguros quer fazer as coisas e são o seu compromisso enquanto comunidade e enquanto indivíduos:

- **Sentimento de Pertença:** atuar com paixão e proatividade para alcançar uma excelente performance;
- **Simplificação:** tornar as coisas simples, adaptar rapidamente e tomar decisões inteligentes;
- **Toque Humano:** trabalhar em conjunto, mostrar empatia e espírito de equipa;
- **Inovação:** abraçar a diferença para fazer a inovação acontecer.

## ESTRUTURA DE GOVERNO

A 31 de dezembro de 2021, a estrutura de governo da Companhia é como segue:

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, composto por:

- Jaime Anchústegui Melgarejo (Presidente)
- João Vieira de Almeida (Vice-Presidente)
- Pedro Luís Francisco Carvalho (CEO)
- Stefano Flori
- Riccardo Candoni
- Patrícia Ribeiro Sanina Espírito Santo

### COMITÉ DE GESTÃO EXECUTIVO, a quem cabe a Gestão da Companhia, por delegação do Conselho de Administração, composto por:

- João Carlos Dores Candeias Barata – *Chief Insurance Officer*
- José António Correia Dias Nogueira da Silva – *Chief Operating Officer*
- Manuela Ferreira e Silva de Vasconcelos Simões – *General Counsel* (\*)
- Pedro Luís Francisco Carvalho – *Chief Executive Officer*
- Stefano Flori – *Chief Financial Officer*

(\*) Nomeada a 22 de dezembro de 2021 aprovada pela ASF em 22 de fevereiro de 2022

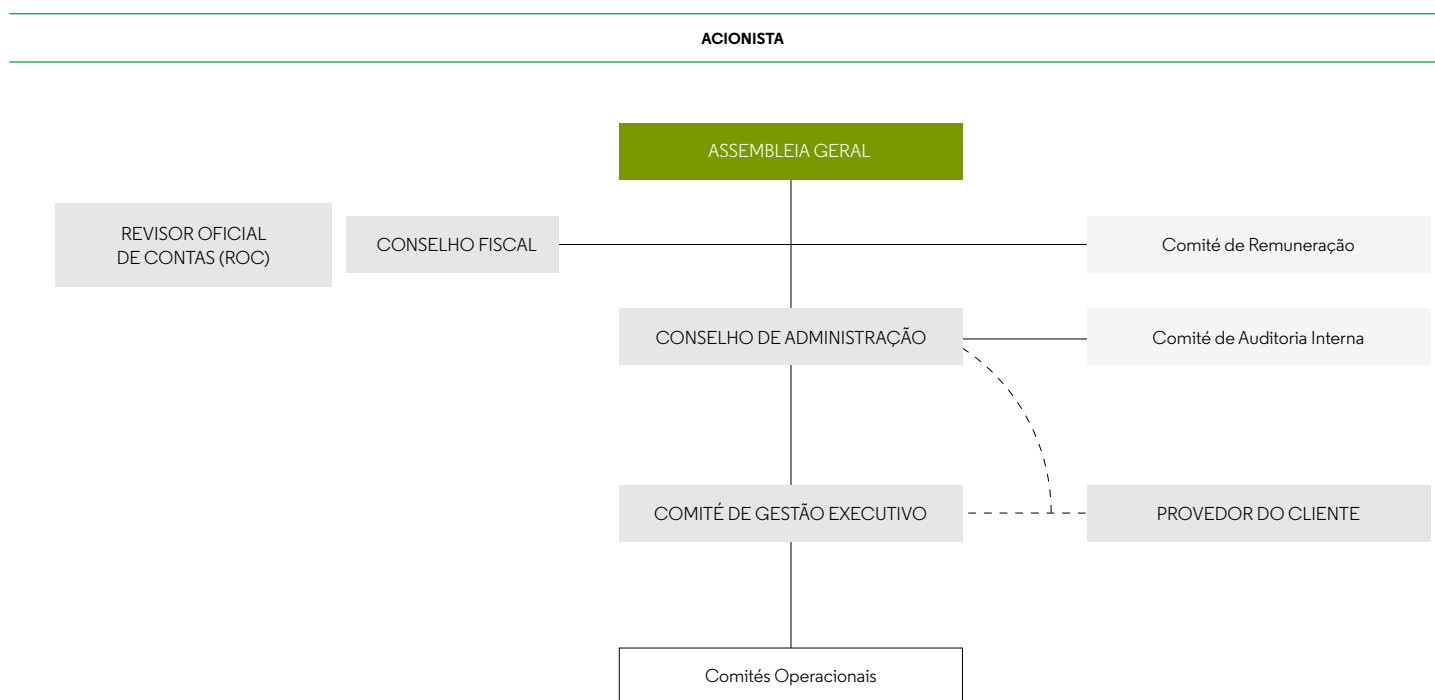
### CONSELHO FISCAL

A composição do Conselho Fiscal refere-se ao mandato 2019-2021 e em funções até à data de 7 de outubro de 2021, é como segue:

- Manuel Soares Pinto Barbosa (Presidente)
- José Manuel Serrão (Vogal)
- Nelson Manuel Marques Fontan (Vogal)
- Henrique Paulo Marques de Oliveira Xavier (Suplente)

Em 30 de outubro de 2021, a Assembleia Geral nomeou um novo Conselho Fiscal com a seguinte composição, tendo apenas sido aprovado pela ASF em 15 de março de 2022:

- Nelson Manuel Marques Fontan (Presidente)
- Dinora Clara Feijão Margalho Botelho (Vogal)
- Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento (Vogal)
- Henrique Paulo Marques de Oliveira Xavier (Suplente)



## A.1.2 INFORMAÇÃO GERAL

### Dados da Companhia

No início de 2020, a Assicurazioni Generali S.p.A, um dos principais *players* do mercado segurador a nível mundial, adquiriu a totalidade do capital da Seguradoras Unidas, S.A., reforçando desta forma a sua presença no mercado português.

A Assicurazioni Generali S.p.A., era já detentora da totalidade do capital social da Generali – Companhia de Seguros e da Generali Vida encontrando-se presente em Portugal desde 1942.

A 1 de outubro de 2020 foi constituída uma nova Companhia através da incorporação da Generali Companhia de Seguros, S.A. e da Generali Vida, S.A. na Seguradoras Unidas S.A.: será a nova entidade legal do grupo em Portugal e terá a designação de Generali Seguros, S.A. (“Generali Seguros”).

A Companhia tem sede social e local principal de negócios na Av. da Liberdade, n.º 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 500940231 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Exerce a atividade de seguros e resseguros em Portugal em todos os ramos técnicos Vida e Não-Vida (com exceção do seguro de crédito), sob a supervisão da ASF e mediante a autorização n.º 1197 e LEI: 549300CGCHTYQ1Z4V333.

### Estrutura Acionista

Dado que a 8 de janeiro de 2020 a totalidade do capital acionista da Companhia foi adquirida pela Assicurazioni Generali S.p.A., tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da ASF, são consideradas entidades relacionadas da Companhia, em 2020 e 2021, todas as suas participadas e as restantes entidades que integram o Grupo Generali, ao qual pertence o atual acionista.

São consideradas partes relacionadas da Companhia, as entidades sob controlo ou influência significativa, os fundos de pensões, os membros do Conselho de Administração e do Comité de Gestão Executiva. Para além dos membros dos órgãos sociais atrás referidos são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhe são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exerçam influência significativa.

À data de 31 de dezembro de 2021, os membros dos órgãos sociais são os seguintes: (i) Conselho de Administração (Jaime Anchústegui Melgarejo, João Vieira de Almeida, Pedro Luís Francisco Carvalho, Stefano Flori, Riccardo Candoni e Patrícia Ribeiro Sanina Espírito Santo); (ii) Comité de Gestão Executiva (Pedro Luís Francisco Carvalho, Stefano Flori, João Carlos Dores Candeias Barata, José António Correia Dias Nogueira da Silva e Manuela Ferreira Silva de Vasconcelos Simões) e (iii) Conselho Fiscal (Nelson Manuel Marques Fontan, Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento, Dinora Clara Feijão Margalho Botelho e Henrique Paulo Marques de Oliveira Xavier).

O Conselho de Administração delegou as competências de gestão no Comité de Gestão Executiva (Pedro Luís Francisco Carvalho, Stefano Flori, João Carlos Dores Candeias Barata, José António Correia Dias Nogueira da Silva, Manuela Ferreira e Silva de Vasconcelos Simões).

Os relacionamentos entre as entidades relacionadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes, estratificadas por tipo de entidade:

- a) Subsidiárias (resseguro, gestão de sinistros e consultadoria);
- b) Associadas (resseguro e consultadoria);
- c) Outras entidades relacionadas (resseguro, gestão de seguros do ramo Saúde, seguros Vida e Não-Vida, consultadoria, gestão de ativos, serviços informáticos e serviços médicos).

O montante global dos ativos e passivos da Companhia referente a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, incluindo provisões técnicas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2021				2020			
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
ADVANCECARE	-	1 752	14 159	286	-	2 936	8 067	284
CLOSE TO CUSTOMERS, A.C.E.	10	-	5 561	120	10	-	4 712	120
ADV HEALTH INTERNATIONAL (*)	-	-	-	-	-	-	-	-
APOLLO MANAGEMENT HOLDINGS LLP	-	-	-	-	-	-	-	-
APOLLO MANAGEMENT INTERNATIONAL	-	-	-	-	-	25	25	-
APOLLO MANAGEMENT VIII, LP	-	-	-	-	-	-	-	-
CALM EAGLE HOLDINGS SARL	-	-	-	-	-	-	-	-
CORPUS CHRISTI (*)	-	-	-	-	-	-	-	-
ESUMÉDICA	-	-	120	-	-	-	96	-
EUROP ASSISTANCE (*)	-	-	-	-	-	-	-	-
GNB SEGUROS (*)	-	-	-	-	-	-	-	-
TRQ ANGOLA	-	-	1 012	2 121	3 605	-	2 132	782
TRQ MOÇAMBIQUE NÃO VIDA	352	-	550	1 159	492	-	150	889
TRQ MOÇAMBIQUE VIDA	198	-	11	316	274	-	3	262
AAME TRQ GLOBAL INV GRADE CORP CREDIT (*)	-	-	-	-	-	-	-	429
AAME TRQ CORP LOANS/HIGH YIELD BONDS FUND (*)	-	-	-	-	-	-	4 905	-
AAME MULTI-CREDIT STRATEGY FUND	69 870	-	-	-	81 061	-	-	555
AAME FINANCIAL BOND FUND (*)	-	-	-	-	-	-	1 246	-
AAME TRQ LOAN ORIGINATION FUND	35 942	-	-	600	40 638	-	-	289
AACHENER UND MUNCHENER VERSICHERUNG AG	-	-	-	-	-	4	-	-
ASSICURAZIONI GENERALI, S.P.A	154 304	122 107	124 517	102 996	159 386	144 354	3 316	4 938
ASSICURAZIONI GENERALI, S.P.A UK BRANCH	-	-	-	-	-	-	-	-
EUROP ASSISTANCE	21	3 300	31 786	-	15 816	3 726	31 404	-
GENERALI CORPORATE SERVICES S.C.A.R.L.	-	-	-	-	-	-	-	-
GENERALI ESPAÑA, S.A.	4 292	1 411	11 718	12 789	14 486	1 148	1 332	494
GENERALI EUROPEAN REAL ESTATE INVESTMENTS S.A.	2 680	-	-	-	502	-	-	-
GENERALI FRANCE S.A.	-	-	-	-	83	-	-	3
GENERALI HOLDING VIENNA AG	-	-	-	-	12	20	-	-
GENERALI HORIZON B.V.	-	5 000	223	-	-	5 000	66	-
GENERALI IARD S.A.	186	52	79	29	460	24	-	-
GENERALI INSURANCE ASSET MANAGEMENT S.P.A.	-	-	560	-	-	770	998	-
GRUPO GENERALI ESPAÑA AGRUPACIÓN DE INTERÉS ECONÓMICO	2	-	-	-	2	-	-	-
GSS - GENERALI SHARED SERVICES, SCARL (ALEMANHA) (*)	-	-	-	-	21	-	507	-
GENERALI PARTICIPATIONS NETHERLANDS N.V.	-	5 000	223	-	-	5 000	66	-
GENERALI BELGIUM S.A.	-	-	-	-	13	-	-	-
GENERALI VERSICHERUNG AG (SUIÇA)	-	-	-	-	144	-	-	-
GENERALI SCHADEVERZEKERING MIJ	-	-	-	-	15	-	-	-
GENERALI ALLGEMEINE VERSICHERUNG	-	-	-	-	10	-	-	-
GENERALI DEUTSCHLAND VERSICHERUNG AG	19	59	-	-	-	4	-	-
GENERALI PROVIDENCIA BIZTOSITO	-	-	-	-	2	-	-	-
GENERALI POJIST'OVNA S	-	1	-	-	2	-	-	-
GENERALI SLOVENSKO POIST'OVANA	-	-	-	-	-	1	-	-
GENERALI ROMANIA ASIGURARE REA	-	-	-	-	19	-	-	-
GENERALI TOWARZYSTWO UBEZPIECZ	-	-	-	-	6	-	-	-
GENERALI CESKA POJIST'OVNA A.S	6	13	-	-	-	16	-	-
GENERALI EUROPE INCOME HOLDING S.A.	16 176	-	-	159	-	-	-	-
GENERALI REAL ESTATE LOGISTICS FUND S.C.S. SICAV-RAIF	20 000	-	-	114	-	-	-	-
GENERALI VERSICHERUNG AG (AUSTRIA)	72	-	-	-	-	-	-	-
GENERALI ASSURANCES GÉNÉRALES SA	20	-	-	-	-	-	-	-
COSMOS FINANZSERVICE GMBH	-	0	-	-	-	-	-	-
L'ÉQUITÉ S.A. CIE D'ASSURANCES ET RÉASS.	71	1	-	-	-	-	-	-
EURÓPAI UTAZÁSI BIZTOSÍTÓ ZRT.	8	-	-	-	-	-	-	-
GENERTEL S.P.A.	8	-	-	-	-	-	-	-
GENERALI BUSINESS SOLUTIONS S.C.P.A.	2	-	-	-	-	-	-	-
GENERALI ITALIA S.P.A.	79	-	-	-	-	-	-	-
FUNDO PENSÕES GENERALI	-	-	-	-	564	37	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>304 318</b>	<b>138 697</b>	<b>190 519</b>	<b>120 689</b>	<b>317 621</b>	<b>163 065</b>	<b>59 025</b>	<b>9 046</b>

\* Entidade alienada em 2021



Em 2020 foi registado um reforço da imparidade sobre a participação financeira detidas sobre a subsidiária Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. no valor total de 2,1 milhões de euros, valor este que acresce à imparidade registada em 2018 por 5,2 milhões de euros. Em 2020 foi registado também um reforço da imparidade sobre as participações financeiras detidas sobre as 2 subsidiárias de Moçambique no valor total de 0,4 milhões de euros, valor este que acresce às imparidades registadas em 2019, de 1,3 milhões de euros, e em 2017 de 1,5 milhões de euros.

Em 2021 foi ainda registado um reforço de imparidade de débitos sobre a subsidiária Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. de 0,8 milhões de euros (2020: redução de 0,1 milhões de euros) e um reforço de imparidade sobre as 2 subsidiárias de Moçambique de 0,4 milhões de euros (2019: redução de 0,5 milhões de euros).

Em 2021, a Companhia constitui um empréstimo subordinado *on demand* no valor de 91,5 milhões de euros subscrito, e não realizado, pelo acionista Assicurazioni Generali S.p.A., com prazo fixo (5 anos) e um *fee* fixo, que de acordo com a IAS 32 não carece de registo no balanço por se tratar de um compromisso em forma de linha de crédito.

Em 2021 foi registado um custo com um seguro de responsabilidade civil para as funções do Conselho de Administração no valor de 134 milhares de euros (2020: 61 milhares de euros).

Em 2021 foi registado um custo com planos individuais de reforma de membros do Conselho de Administração no valor de 49 milhares de euros (2020: 49 milhares de euros).

Em 2021 foi registado um custo com planos de pagamentos de ações relativo a membros do Conselho de Administração no valor de 266 milhares de euros (2020: 46 milhares de euros).

Em 2021 e 2020 não foram registados quaisquer custos com rescisões contratuais e respetivos encargos relativos a membros do Conselho de Administração.

Em 2021 e 2020 não foram feitas quaisquer transferências para os fundos de pensões de benefício definido.

## Segmentos

A Companhia explora todos os ramos de seguros Vida e Não-Vida, para os quais foi autorizada pela ASF e as suas políticas e regras de subscrição são definidas, tendo por objetivo obter por produto, o melhor equilíbrio custo/benefício para a Companhia, Cliente e Parceiro de Negócio, utilizando para o efeito todas as fontes de informação disponíveis para uma avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos operacionais objeto de relato correspondem a uma tipologia de enquadramento das linhas de negócio.

A análise das principais rubricas da conta de ganhos e perdas e segmentada pelas linhas de negócio Vida mais relevantes é como segue:

	(milhares de euros)			
2021	Total Vida	Tradicionais	Capitalização com Participação nos Resultados	Capitalização sem Participação nos Resultados
<b>Rubricas de Ganhos e Perdas</b>				
Prémios brutos emitidos	78 087	54 525	21 634	1 928
Comissões de contratos de investimento	184	-	28	156
Prémios de resseguro cedido	76 990	53 428	21 634	1 928
Prémios brutos adquiridos	15 271	10 638	4 221	412
Custos com sinistros brutos	168 760	32 268	56 780	79 712
Varição da provisão matemática	-120 441	-10 596	-43 199	-66 646
Varição da provisão para compromissos de taxa	4 905	-236	-716	5 857
Varição da provisão para estabilização carteira	393	393	-	-
Participação nos resultados	8 988	3 352	2 629	3 007
Custos de exploração brutos	26 610	22 866	1 399	2 345
Saldo de resseguro	-5 143	-5 143	-	-
<b>Resultado Técnico</b>	<b>-1 913</b>	<b>10 876</b>	<b>8 990</b>	<b>-21 779</b>

(milhares de euros)

2020	Total Vida	Tradicionalis	Capitalização com Participação nos Resultados	Capitalização sem Participação nos Resultados
<b>Rubricas de Ganhos e Perdas</b>				
Prémios brutos emitidos	56 063	43 174	5 376	7 513
Comissões de contratos de investimento				
Prémios brutos adquiridos	55 673	42 784	5 376	7 513
Resultado dos investimentos				
Custos com sinistros brutos	89 155	23 318	17 505	48 332
Varição da provisão matemática				
Varição da provisão para compromissos de taxa	6 380	2 059	274	4 047
Varição da provisão para estabilização carteira				
Participação nos resultados	4 809	3 227	454	1 128
Custos de exploração brutos				
Saldo de resseguro	-2 161	-2 161	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro				
<b>Resultado Técnico</b>	<b>-11 315</b>	<b>3 124</b>	<b>-4 128</b>	<b>-10 311</b>

A análise das principais rubricas da conta de ganhos e perdas e segmentada pelas linhas de negócio Não-Vida mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2021	Total Não-Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
<b>Rubricas de Ganhos e Perdas</b>					
Prémios brutos emitidos	1 058 596	278 197	150 392	405 957	224 050
Prémios de resseguro cedido	-121 306	-10 634	-55 754	-2 364	-52 554
Prémios brutos adquiridos	1 051 496	276 565	148 069	405 450	221 412
Resultado dos investimentos	442	-1 445	364	1 159	364
Custos com sinistros brutos	656 847	164 978	101 254	262 649	127 966
Custos de exploração brutos	260 808	57 900	42 638	98 722	61 548
<b>Resultado Técnico</b>	<b>74 088</b>	<b>41 462</b>	<b>-5 933</b>	<b>44 718</b>	<b>-6 159</b>

(milhares de euros)

2020	Total Não-Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
<b>Rubricas de Ganhos e Perdas</b>					
Prémios brutos emitidos	884 000	199 327	126 280	385 720	172 673
Prémios de resseguro cedido	-92 140	-2 903	-47 105	-2 121	-40 011
Prémios brutos adquiridos	877 035	200 957	123 275	378 971	173 832
Resultado dos investimentos	-15 183	-7 375	-1 478	-4 831	-1 499
Custos com sinistros brutos	594 891	163 438	96 449	236 023	98 981
Custos de exploração brutos	225 667	45 402	37 337	92 272	50 656
<b>Resultado Técnico</b>	<b>43 288</b>	<b>-14 114</b>	<b>3 522</b>	<b>53 911</b>	<b>-31</b>

## A.1.3 PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DE ATIVIDADE

(milhares de euros)

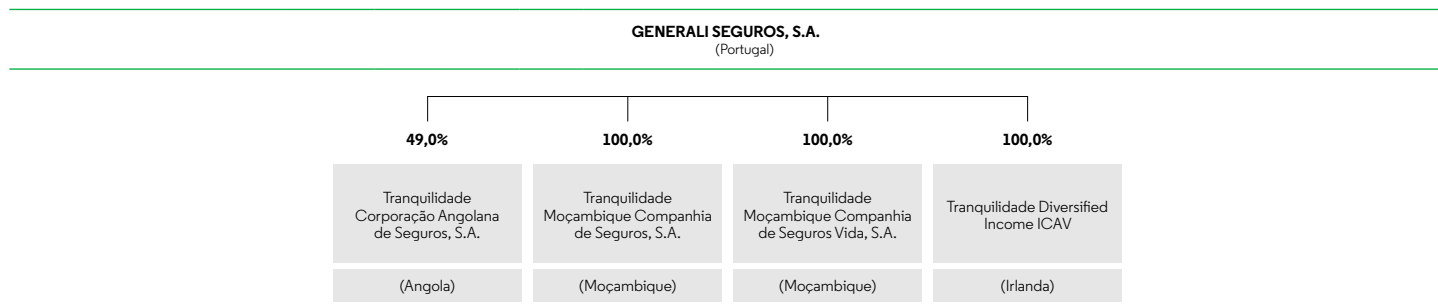
Relatório e Contas 2021	2021	2020	VAR 21/20
<b>Balço</b>			
Investimentos <sup>a)</sup>	2 556 601	2 604 843	-1,9%
Ativo líquido	3 085 864	3 220 002	-4,2%
Capital próprio	342 764	335 199	2,3%
Provisão p/prémios não adquiridos (SD+RA)	228 826	218 376	4,8%
Provisão matemática e passivos de contratos de investimento	687 479	831 508	-17,3%
Provisão para sinistros (SD+RA)	1 351 081	1 300 649	3,9%
Provisão para sinistros, líquida de resseguro	1 240 083	1 174 186	5,6%
Provisões técnicas (SD+RA)	2 361 616	2 427 978	-2,7%
<b>Ganhos e Perdas</b>			
Prémios brutos emitidos de seguro direto	1 134 788	937 783	21,0%
Vida	77 979	55 940	39,4%
Não-Vida	1 056 809	881 843	19,8%
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	984 515	831 013	18,5%
Vida	53 796	46 237	16,3%
Não-Vida	930 719	784 776	18,6%
Custos com sinistros de seguro direto	825 085	683 310	20,7%
Vida	168 742	89 155	89,3%
Não-Vida	656 343	594 155	10,5%
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	735 526	595 994	23,4%
Vida	137 573	82 569	66,6%
Não-Vida	597 953	513 425	16,5%
Custos operacionais	147 927	130 981	12,9%
Rendimentos	38 126	20 096	89,7%
Resultado líquido	54 056	18 895	186,1%
<b>Indicadores</b>			
Prémios brutos emitidos / n.º de empregados			
Taxa de sinistralidade de seguro direto – Não-Vida	62,5%	68,0%	-5,5 p.p.
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro – Não-Vida	74,7%	71,7%	3,0 p.p.
Resultado líquido/prémios brutos emitidos	4,8%	2,0%	2,7 p.p.
Rácio combinado líquido de resseguro	92,8%	93,1%	-0,3 p.p.

a) inclui: investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber, investimentos a deter até à maturidade, terrenos e edifícios, ativos não correntes detidos para venda, caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem e eventuais retenções relacionadas com investimentos. Exclui ativos de carteiras *Unit Linked* e Caixa e depósitos à ordem geridos pela tesouraria e que não são considerados investimentos.

As variáveis de ganhos e perdas de 2020 respeitam à atividade de 9 meses da Seguradoras Unidas *per se*, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

## A.1.4 ESTRUTURA DA COMPANHIA

A estrutura das principais entidades controladas pela Companhia, a 31 de dezembro de 2021, encontra-se definida como segue:



Em 2019, a Companhia chegou a uma base de entendimento para alienar as suas participações na Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A. e na Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros Vida, S.A. No decorrer de 2020, a venda destas participações não se efetivou e desta forma a Companhia tem estado desde então a negociar alternativas para a conclusão deste processo, o que se concretizou em 2021, sob a forma de cedência da carteira, estando neste momento apenas a aguardar as aprovações de todas as entidades competentes. Decorrente destes factos, a Companhia reconheceu em 2020 um reforço de imparidades no valor de 0,4 milhões de euros, totalizando desde final de 2020 um montante de 3,2 milhões de euros, pelo que estas participações estão registadas na rubrica de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas.

Em 2018, a Companhia chegou a acordo para alienar a sua participação na Tranquilidade - Corporação Angolana de Seguros, S.A a um outro acionista, Banco Económico, S.A., e também a um investidor local. Decorrente dos termos deste acordo a Companhia reconheceu em 2020 um reforço de imparidades no valor de 2,1 milhões de euros, totalizando agora um montante de 7,3 milhões de euros, pelo que estas participações estão registadas na rubrica de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas.

Este acordo obteve em 2019 a aprovação do Banco Nacional de Angola, mas ao contrário do que eram as expectativas da Companhia, esta não conseguiu alienar a participação pela demora na obtenção da aprovação da Agência Angolana de Regulação e Supervisão, a única condição precedente que faltava cumprir. Não obstante, e em virtude desta situação o acordo existente celebrado com o Banco Económico ter expirado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia continua a ter uma forte intenção de venda deste ativo pelo que irá encetar diversas frentes de negociação tendo em vista esse objetivo.

Adicionalmente, a Companhia detém as seguintes entidades de finalidade especial, classificadas na rubrica de Ativos financeiros detidos para venda, nas quais exerce controlo e que estão incluídas no perímetro de consolidação:

	Sede	Atividade	% Interesse Económico	
			2021	2020
AAME MULTI-CREDIT STRATEGY FUND	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	100,00%	100,00%
AAME TRQ LOAN ORIGINATION FUND	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	100,00%	100,00%

Os fundos de investimento acima referidos são detidos através do organismo de investimento coletivo designado por Tranquilidade Diversified Income ICAV (*Irish Collective Asset-management Vehicle*), representando em 31 de dezembro de 2021 um investimento total acumulado de 106 milhões de euros (2020: 122 milhões de euros).

### Nome e dados de contacto da autoridade de supervisão

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões  
 Av. da República 76, 1600-205 Lisboa  
 Telefone: 21 790 3100  
 Email: asf@asf.com.pt  
 Website: www.asf.com.pt

### Nome e dados de contacto do Revisor Oficial de Contas

- KPMG e Associados, SROC, S.A., representado por Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC Efetivo)
- Hugo Jorge Gonçalves Cláudio (ROC Suplente)

## A.1.5 ENQUADRAMENTO E EVENTOS RELEVANTES

### A.1.5.1 Enquadramento Macroeconómico

A pandemia provocou perturbações nas cadeias de fornecimento globais e com a procura superior à oferta os preços das matérias-primas, energia e bens duradouros aumentaram de forma significativa. As projeções macroeconómicas apontam para uma inflação anual de 3,2% em 2021, 3,2% em 2022 e uma estabilização em torno dos 1,8% nos 2 anos seguintes na área Euro.

O eventual aparecimento de novas variantes do coronavírus, a trajetória dos preços dos produtos energéticos e o ritmo de resolução dos estrangulamentos do lado da oferta constituem os principais riscos para a recuperação económica e perspetivas de inflação.

Dando sequência aos ganhos de 2020, os mercados acionistas tiveram um forte desempenho em 2021. Além da eficácia das vacinas, os mercados beneficiaram da sólida recuperação dos resultados das empresas. As ações dos EUA lideraram os ganhos, mas a performance da Europa, Reino Unido e Japão também foi expressiva. O retorno das ações dos mercados emergentes foi ligeiramente negativo, condicionado pelo desempenho da China onde a limpeza da alavancagem excessiva nos mercados imobiliários causou nervosismo nos investidores.

### A.1.5.2 Situação Económica Internacional

A economia mundial deverá ter registado um forte crescimento em 2021 beneficiando do desenvolvimento e distribuição generalizado das vacinas contra a Covid-19. Apesar dos constrangimentos nas cadeias de distribuição, da subida dos preços das matérias-primas, em particular da energia, e do aparecimento de novas variantes do coronavírus, o crescimento real do Produto Interno Bruto mundial (excluindo a área Euro) terá atingido os 6% em 2021, segundo os especialistas do Eurosystema.

Na área do Euro as projeções apontam para um crescimento de 5,1% do PIB, moderado no último trimestre pelo impacto de novos confinamentos decorrentes do aparecimento da variante ómicron. Prevê-se que a trajetória de recuperação se mantenha em 2022, assente numa procura interna robusta uma vez que o mercado de trabalho está a melhorar e a poupança acumulada durante a pandemia continuará a apoiar o consumo.

Os mercados de dívida registaram desempenhos modestos em 2021. Na dívida pública o retorno foi negativo, tanto nos EUA como na Europa fruto da forte recuperação económica, inflação em alta e expectativas de políticas menos acomodáticas por parte dos bancos centrais.

A dívida privada com grau de investimento (*investment-grade*) teve retornos marginalmente negativos, penalizados pela subida das taxas de juro subjacentes, enquanto a dívida de alto rendimento (*high-yield*) valorizou, beneficiando de uma maior compressão dos *spreads*.

No mercado cambial, o Euro depreciou 7% face ao dólar em 2021, refletindo o alargamento do diferencial das expectativas para as taxas de juro de curto prazo entre a área do Euro e os Estados Unidos, impulsionado pela retoma mais rápida da atividade económica, pela inflação mais elevada e pela política monetária dos Estados Unidos. A partir de setembro, este movimento foi mais acentuado e repercutiu-se também em relação a outras moedas principais como o renminbi da China, o franco suíço, o iene do Japão e a libra esterlina.

Os bancos centrais iniciaram o processo de normalização de políticas após os programas de estímulo sem precedentes implementados durante o período crítico da pandemia. No último trimestre do ano, a Reserva Federal Americana anunciou que encerraria o *quantitative easing* em março e sugeriu a possibilidade de três subidas de juros em 2022. O Banco Central Europeu, na sua reunião de dezembro não previa mudanças nas taxas de juros em 2022, mas anunciou o fim do programa de emergência (PEPP), prevendo uma redução gradual das compras de ativos ao longo de 2022.

### A.1.5.3 Situação Económica Nacional

Após a forte contração verificada em 2020 (-8,4%) a economia portuguesa terá crescido 4,9% em 2021, segundo o INE. A mesma fonte refere que “a procura interna apresentou um contributo positivo expressivo para a variação do PIB, após ter sido significativamente negativo em 2020, verificando-se uma recuperação do consumo privado e do Investimento. O contributo da procura externa líquida foi bastante menos negativo em 2021, tendo-se registado crescimentos significativos das importações e das exportações de bens e de serviços”.

O Banco de Portugal projeta que a taxa de inflação atinja 0,9% em 2021 e 1,8% em 2022, valores bastante aquém das estimativas para a área Euro. A recuperação da economia também se reflete no aumento do emprego (2,5% em 2021) e na redução da taxa de desemprego para níveis pré-pandemia.

A trajetória de crescimento deverá manter-se em 2022 suportada pelo crescimento do rendimento disponível real, por condições financeiras favoráveis e pela aplicação de fundos da União Europeia. A taxa de poupança deverá reduzir em 2021-22, após ter atingido 12,8% em 2020.

### A.1.5.4 Mercado Segurador

Após dois anos de decréscimo da produção de seguro direto, muito por influência da crise decorrente da situação de pandemia, em 2021, apesar do contexto pandémico se manter, o total de prémios registou um crescimento de 34,5% face a 2020, situando-se em 13.346 milhões de euros (+3.423 milhões de euros), impulsionado pela evolução muito positiva dos ramos Vida.

O segmento Vida, que representa 58% do total da produção de seguro direto, contrariamente ao verificado no ano anterior, registou em 2021 um crescimento dos prémios de 69,5% face a 2020 (+3.168 milhões de euros). Todas as modalidades registaram uma evolução positiva, salientando-se os seguros de Vida Ligados, excluindo PPR (+135,9%, +2.020 milhões de euros) e os PPR totais (+64,2%, +746 milhões de euros).

O segmento Não-Vida, o mais correlacionado com a atividade económica, é o segmento que mais diretamente sentiu os impactos da pandemia.

Embora os prémios tenham registado em 2021 um crescimento de 4,8% face ao ano anterior, superior ao verificado em 2020 (+3,0%), este ainda continua muito inferior ao observado em anos anteriores. O volume de prémios Não-Vida atingiu 5.619 milhões de euros (+255 milhões de euros) com destaque para o ramo Saúde, que com um crescimento de 8,7% (+83 milhões de euros), continua a apresentar uma boa evolução, em resultado de uma procura crescente deste tipo de seguro por parte da população.

O ramo Acidentes de Trabalho recuperou em relação ao ano anterior, e registou uma taxa de crescimento de +6,6% (+60 milhões de euros) face a 2020, cuja variação foi de +1,2%. Também o ramo Incêndio e outros Danos registou uma taxa de crescimento positiva, de +5,8% (+55 milhões de euros), superior à registada em 2020 (+4,4%).

O ramo Automóvel apresentou em 2021 uma taxa de crescimento de +1,1% (+1,9% em 2020).

### A.1.5.5 Factos Relevantes em 2021

Segundo as estimativas rápidas do INE de janeiro de 2022, o PIB cresceu 4,9% em 2021 (-8,4% em 2020), o valor mais elevado desde 1990. Esta situação decorre de uma recuperação dos impactos negativos acentuados da pandemia da Covid-19 na atividade económica no ano anterior.

A recuperação foi convergindo ao longo do ano, com crescimentos positivos em todos os trimestres à exceção do primeiro, ainda marcado por períodos de confinamento generalizados das atividades não essenciais (-3,0% no 1.º trimestre, +4,3% no 2.º trimestre, +2,9% no 3.º trimestre e +1,6% no 4.º trimestre do ano).

O consumo privado e o investimento contribuíram positivamente, enquanto o contributo da procura externa líquida, apesar de negativo, foi bastante menos penalizador que no ano anterior, devido à aceleração das exportações, apesar de contrariado pela pioria dos termos das importações com reflexos no custo da energia e matérias-primas.

Em 2021, manteve-se o contexto de taxas de juro muito baixas, condicionando muito a rentabilidade das empresas do setor financeiro. Apesar de o BCE não antecipar alterações profundas na sua política, as pressões inflacionistas poderão, a prazo, conduzir a um aumento das taxas de juro com consequência nos custos de financiamento do país, famílias e empresas.

No entanto, e em sentido inverso, abre oportunidade à exploração de produtos de investimento que começa já a sentir-se, reforçada pela crescente perceção da parte dos consumidores sobre a necessidade de adotar comportamentos responsáveis e de preparação ativa dos seus projetos de vida e reforma ativa, num contexto de cada vez maior insustentabilidade da Segurança Social devido ao envelhecimento da população.

Globalmente, o mercado segurador cresceu 34,5% em 2021. Este resultado deriva do crescimento de 69,5% em Vida, em completa inversão do que vinha ocorrendo anteriormente (-13,9% em 2019 e -34,4% em 2020). Também o ramo Não-Vida cresceu +4,8%, beneficiando da recuperação da atividade económica após a crise pandémica que deflagrou em 2020.

Este desempenho em Não-Vida, advém principalmente dos contributos dos produtos Acidentes e Doença (+7,7%), Incêndio e Outros Danos (+5,8%) e Automóvel (+1,1%). De entre os seguros mais representativos Não-Vida, Doença (2.º maior ramo Não-Vida) foi aquele que apresentou maior crescimento (+8,7%), tal como já acontecera nos anos anteriores, o que reafirma inequivocamente a saúde é um dos elementos mais valorizados pela população e um ramo absolutamente estratégico para as seguradoras junto dos seus clientes. Nos seguros obrigatórios, o ramo de Acidentes de Trabalho teve uma evolução positiva de 6,6%, resultante do retomar da atividade económica e do término do regime de *lay-off*, expresso também na diminuição da taxa de desemprego (6,1% no 3.º trimestre 2021, o valor mais baixo da década).

O ramo Vida, que apresentou incremento de prémios de 69,5%, foi particularmente impactado pelo desempenho muito positivo dos seguros de capitalização e PPR que cresceram 96,2% e 70,5%, respetivamente, com várias seguradoras a voltarem a dinamizar esta linha de produtos mais ativamente. Os produtos tradicionais – Risco – cresceram igualmente, atingindo +5,3%, ligado ao crescimento do crédito à habitação.

A Generali Seguros teve um crescimento superior ao do mercado em Não-Vida, registando um aumento do volume de prémios de 7,3% (*versus* 4,8% do mercado), o que se traduziu numa quota de mercado de 18,8% (0,4 p.p. vs. 2020).

Em sentido contrário, em Vida a Generali Seguros perdeu quota que ascendeu a 1,0% (-1,1 p.p. vs. 2020), em resultado de um desempenho aquém do mercado nos produtos financeiros (-47,9% Generali vs. +82,7% do mercado), o que levou a uma perda de quota de 0,8 p.p.. No entanto, em Vida Risco, a Generali Seguros conquistou +0,2 p.p. de quota de mercado, que é agora de 6,5%, fruto da estratégia consistente de aposta neste ramo onde cresceu 8,2% (vs. 5,3% mercado).

O ano de 2021 foi marcado por alguma recuperação económica face aos efeitos da pandemia Covid-19, no ano anterior, com impactos diretos no negócio, em especial nos produtos empresariais de Acidentes de Trabalho e Multirrisco Empresarial (Comércio e Indústria).

Adicionalmente, em 2021, concluiu-se o processo de integração operacional decorrente da fusão por incorporação da Generali – Companhia de Seguros, S.A. e da Generali Vida – Companhia de Seguros, S.A. na Generali Seguros, S.A. (anteriormente designada Seguradoras Unidas, S.A.), o que originou um reajustamento da composição da carteira, especialmente nos riscos empresariais de maior dimensão com particular incidência nos ramos de Incêndio e Outros Danos, Engenharia e Transportes.

Apesar destes desafios, houve um aumento da base de clientes para aproximadamente 1,925 milhões de clientes particulares e empresa (+1,5%), e alcançou-se um índice de retenção de clientes de 86% que sustentou o crescimento registado.

A evolução da carteira de prémios Não-Vida acabou por ser positivamente afetada sobretudo pela evolução nos ramos de Acidentes e Doença, em particular nos ramos Acidentes de Trabalho (+19,8%, +3,2 p.p. de quota que ascende a 28,8%) e Saúde (+10,5%).

A Generali Seguros continuou focada na continuidade do processo de transformação, com uma aposta crescente numa estratégia digital no *back office* e *front office*, com impacto direto nos processos de venda, no desempenho operacional e nos níveis de serviço a clientes e parceiros de distribuição.

Em termos de produtos, apostou-se na continuidade da estratégia de oferta alinhada com as necessidades dos clientes e em prestar-lhes um serviço de excelência. Assim, realizaram-se um conjunto de melhorias e lançamentos de produtos dos quais destacamos os seguintes:

- Acidentes de Trabalho: introdução de duas novas coberturas de *Smart Working* e Saúde no trabalho que visam maximizar a produtividade em teletrabalho e promover a saúde física e psíquica dos Colaboradores;
- Seguro de Saúde: aumento da competitividade com a introdução da cobertura de Parto sem sublimite, introdução de copagamentos fixos em análises e exames e flexibilização da utilização do seguro em Espanha e EUA através de reembolso de despesas em Internamento e Ambulatório;
- Seguro de Viagem: inclusão da cobertura Covid;
- Seguro de Casa: melhoria das condições da cobertura de Queda de Granizo e introdução da cobertura opcional de Bens ao ar livre, assim como o reforço da oferta de Assistência;
- Em Vida:
  - Risco:
    - Revisão da tarifa e do processo de subscrição do Vida Crédito Casa, com aumento dos capitais para aceitação simplificada através de Tele-Entrevista ou Declaração de Saúde;
    - Revisão do Vida Mais Profissionais de Saúde, sem franquias e carência na cobertura de Incapacidade Temporária Absoluta em caso de Covid;
  - Financeiros: lançamento do Tranquilidade Investimento Protegido.

A marca LOGO dedicou um maior enfoque ao encaminhamento de Clientes e Prospects para os seus canais digitais: área de Cliente, app, chatbot e WhatsApp, para potenciar vendas online através do site e aumentar a experiência digital dos seus clientes.

Continuámos também focados em proporcionar uma melhor experiência ao cliente, simplificando e automatizando os processos ao longo do ciclo de vida dos seus seguros:

- Consolidámos o objetivo de ter uma linguagem mais clara e simples em todos os pontos de contacto com o cliente, com 75% das comunicações revistas no final do ano, das que mais são enviadas para os clientes.
- Implementámos projetos que nos permitiram continuar neste caminho de melhoria contínua da satisfação dos nossos clientes, entre os quais:
  - Descontinuação dos números de valor acrescentado (iniciados por "7", "30" ou "808"), nas linhas de apoio ao cliente, e a sua substituição por números fixos gratuitos (para quem tem tarifário com chamadas grátis para estes números);
  - Inclusão do custo das chamadas sempre que divulgamos números de apoio ao cliente;
  - Implementação das condições gerais e cláusulas contratuais num tamanho de letra e espaçamento mais visível, acabando com as características "letras pequenas" dos contratos.
- Criámos um simulador que permite aos nossos clientes particulares emitirem seguros Automóvel em poucos minutos.

Lançámos o programa NPS (*Net Promoter System*) que reflete o princípio de que "O que não é medido não pode ser melhorado."

Sabendo da importância de proporcionar a máxima satisfação aos nossos clientes, nos mais diversos pontos de contacto, implementámos o NPS na Companhia em 2021, um projeto estratégico que mede o vínculo para podermos agir e tomar decisões com o foco no cliente.

Em alinhamento com o Grupo, incorporámos o NPS na nossa vida diária, envolvendo colaboradores e parceiros de negócio. Este programa tem um papel central para proporcionar uma experiência humana aos nossos clientes:

- Durante o ano de 2021 enviámos 275.239 inquéritos, recebemos 34.465 respostas e fizemos 4.959 chamadas;
- Envolvemos 10 departamentos e já somos 394 *loopers* a fazer chamadas a clientes;
- Em 2021, com base no *feedback* dos clientes, conseguimos identificar 20 oportunidades de melhoria e medidas corretivas: 8 sobre comunicação; 6 de processos; 3 de pagamentos e 3 sobre alinhamento de processos LOGO.

A estratégia digital e de inovação das plataformas de serviço e comunicação com clientes e parceiros manteve-se como prioridade na diferenciação no mercado:

- Concluímos o ano com mais de um milhão de Clientes Verdes (1,113M), um aumento significativo em relação ao ano de 2020 (cerca de +30%), aos quais somam mais 165 mil clientes da LOGO, também desmaterializados. Os valores alcançados possibilitam-nos concretizar elevados níveis de serviço na comunicação, inovação e eficiência;
- Adotámos uma política de comunicação *Always On* com o objetivo de comunicar com frequência e relevância com todos os clientes, através de comunicações comerciais, ações de prevenção, informação e institucionais;
- Em 2021, contactámos 90% dos nossos clientes e alinhámos com a visão estratégica do grupo Generali, a de criar uma relação verdadeiramente "*Lifetime partner*";
- Com o foco no desenvolvimento da comunicação digital e de melhorar a experiência os nossos clientes, demos continuidade às ações de recolha de consentimentos de marketing e fechámos o ano com 43% de clientes com consentimento de marketing, um crescimento considerável relativamente a 2020;
- Continuámos também a fazer esforços para simplificar a nossa comunicação através da adoção de uma linguagem mais simples para os nossos clientes e colaboradores.

Concluído o processo de integração das equipas comerciais, a estratégia de distribuição passou por intensificar a aposta na colocação dos chamados produtos estratégicos, assim como no acelerar o processo de transformação comercial determinante para manter a dinâmica comercial e desenvolver a relação com os principais parceiros de negócio.

Nesse sentido, apostou-se:

- Na dinamização comercial, potenciada por um sistema de incentivos robusto e pelo lançamento de campanhas comerciais com forte incidência nos produtos estratégicos para os segmentos de retalho;
- No acelerar da transformação digital da rede de distribuidores, através de:
  - Aposta na presença digital:
    - Curso de formação em Digital dirigido a Parceiros Exclusivos e à equipa comercial, ministrado pela Lisbon Digital School;
    - Criação do Clube Digital integrado no Sistema de Incentivos, o que promoveu fortemente o alargamento da presença digital dos agentes. Cerca de 1400 agentes passaram a estar presentes na web e a ter uma presença profissional ativa nas redes sociais;
    - Disponibilização permanente de conteúdos através da plataforma Sociabble, onde mais de 500 agentes "muito ativos" fizeram da Tranquilidade um caso de sucesso no contexto do Grupo Generali.
  - Vendas digitais:
    - Forte aposta na geração de *leads* digitais para agentes e a integração de mais de 700 agentes na plataforma de *leads*;
    - 68.000 *leads* geraram 16.000 apólices vendidas, 4 vezes mais que no ano anterior;
    - Lançamento do simulador Automóvel com possibilidade de subscrição online e disponibilização deste aos parceiros com site.
  - Presença física:
    - Lançamento do programa "Vamos Investir na Rede Física" com 3 eixos de atuação:
      - Aplicação da imagem Tranquilidade a 80 lojas de agentes que ainda tinham imagem Generali;
      - Instalação de 500 écrans digitais em lojas de Agentes;
      - Abertura de mais de 90 novas lojas com imagem Tranquilidade e Açoreana.

- Rede Exclusiva:
  - Reforço da Rede Exclusiva com incorporação de novos 30 parceiros;
  - 80 novos Gestores de Seguros entraram na Academia.
- Na melhoria transversal da margem.

Em resultado, num contexto ainda muito difícil, o desempenho comercial voltou a demonstrar o forte compromisso entre os parceiros e a Companhia:

- Os parceiros Multimarca e Exclusivos cresceram 7%, em Não-Vida + Vida Risco face a 2020, com principal relevo para Saúde, Vida Risco, Incêndio e Outros Danos e também Acidentes de Trabalho;
- Os Corretores cresceram 1,2%, num contexto já de alguma recuperação económica;
- Os Canais Alternativos cresceram globalmente 4,8%, suportados no Automóvel, mas também nos seguros patrimoniais que permitiram a diversificação do seu portfólio.

A Companhia realizou um Encontro Comercial digital, em abril, num cenário de grande inovação que contou com cerca de 4.000 convidados.

Em setembro, a Generali Seguros voltou a ser pioneira no mercado, em contexto de pandemia, através da realização de 3 eventos presenciais para Parceiros Exclusivos. Este “regresso à normalidade” foi especialmente marcante para quem esteve presente e determinante para o reforço da ligação a estes parceiros.

O inquérito de satisfação a parceiros, R-NPS, indicou um nível de satisfação elevado de 8,7 em 10, 0,4 p.p. acima do resultado do ano anterior.

Na Generali Seguros, queremos contribuir para a criação de uma sociedade saudável, resiliente e sustentável, onde as pessoas possam desenvolver-se e florescer. O nosso objetivo é proteger e melhorar a vida das pessoas e é a isso que nos dedicamos todos os dias.

A Generali Seguros trabalha para dar resposta às megatendências que modelam a sociedade e defende um ecossistema em que todos possam prosperar, de modo a criar valor no longo prazo. Nesta caminhada, os nossos clientes, acionistas, colaboradores, distribuidores, fornecedores, comunidade e todos os restantes intervenientes desempenham um papel central e, por isso, valorizamos a sua confiança. A sustentabilidade é um impulsionador da nossa estratégia de negócios e a responsabilidade ambiental e social um compromisso sempre presente.

Em 2021 persistiram os fortes impactos sociais e económicos da Covid-19 e o plano de responsabilidade social da Generali Seguros integrou iniciativas ligadas ao combate da pandemia. Exemplo disso foi a disponibilização a clientes de 2.000.000 vídeo-consultas, que permitiram a estes, sem sair de casa e de forma gratuita, ter acesso a uma consulta de medicina geral e familiar, evitando a deslocação, o custo e o recurso a um estabelecimento de saúde.

No âmbito da responsabilidade ambiental, a Companhia organizou, no último trimestre de 2021, em parceria com a Brigada do Mar, uma limpeza de praias na zona de Tróia-Comporta, com o propósito de sensibilização e ação para o combate ao lixo marinho. Esta iniciativa de voluntariado ambiental reuniu cerca de 70 colaboradores e familiares que numa manhã retiraram 300 kg de lixo da praia.

A Companhia prosseguiu com o projeto “Papel Zero”, que promove a digitalização de processos e o aumento dos Clientes Verdes e que, desde 2018, já permitiu poupar 7 toneladas de papel.

Internamente, a Companhia avançou com uma campanha de alimentação mais sustentável nas suas cantinas, suportando 50% do custo dos pratos vegetarianos. Os resultados mostraram um significativo aumento desta opção e a iniciativa continuará em 2022. Foram também organizadas Semanas de Bem-Estar para os colaboradores, com atividades presenciais, online e híbridas. O programa centrou-se em atividades que ajudam ao equilíbrio entre trabalho, família e bem-estar e na sensibilização para temas de sustentabilidade.

No final do ano a Generali Seguros entregou um donativo à Associação Aldeias de Crianças SOS, que irá assegurar os custos de educação durante um ano de todos as crianças e jovens que vivem nas três aldeias em Portugal – Bicesse, Guarda e Gulpilhares. Em paralelo, foi lançado o desafio aos colaboradores da Companhia para contribuírem com bens de primeira necessidade para a instituição, uma ação de voluntariado social que contou com o envolvimento e entusiasmo de toda a equipa.

A Companhia voltou também a associar-se à campanha “Portugal Chama”, ajudando na sensibilização para a prevenção e o combate dos incêndios rurais, e ao “outubro Rosa”, um movimento que quer mobilizar a sociedade para a prevenção do cancro da mama.

De acordo com o estudo BASEF Seguros da Marktest, com o maior investimento realizado na promoção da marca Tranquilidade, a notoriedade espontânea da mesma em 2021 subiu 8 pontos percentuais, passando de 40,4% para 48,4%.

Durante o ano, a Companhia foi mais uma vez distinguida pela sua estratégia de marca, tendo recebido os seguintes prémios:

- *SuperBrand* 2021, eleita pelos consumidores;
- MERCO Empresas Portugal 2021, empresa líder em reputação no setor dos seguros.

A marca LOGO, que celebrou 13 anos em 2021, manteve o incremento do desenvolvimento nos seus canais digitais, disponibilizando novas features quer no WhatsApp, como no chatbot. Novas possibilidades de pedidos por parte do Cliente, de resposta automatizada, como por exemplo a referência ATM para pagamento, a participação de sinistros Casa, e proposta automatizada de *cross sell*.



### A.1.5.6 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO EM 2022

Do ponto de vista macroeconómico, a expectativa inicial era de que o ano 2022 fosse novamente de forte crescimento, com a expectável recuperação definitiva dos efeitos adversos da Covid-19.

De acordo com o Banco de Portugal, prevê-se que o crescimento do PIB português seja de apenas +5,8% (depois de um decréscimo de -8,4% em 2020 e crescimento de +4,8% em 2021), e que os consumos privados e públicos não subam além de 4,8% e 1,4%, respetivamente.

As exportações que são um contributo importante para a atividade económica em Portugal, deverão crescer 12,7%, novamente com um impacto decisivo do setor do Turismo que tem um contributo significativo no PIB nacional.

A Formação Bruta de Capital Fixo também terá um impacto importante sobre o PIB com um crescimento esperado de 7,2%, com impacto relevante do Investimento Público que resulta da aplicação dos fundos que resultam da aplicação do Plano de Recuperação e Resiliência.

Este Plano para além de acelerar a recuperação económica também promove reformas e investimentos estruturais que visam aumentar a competitividade da economia e a sua resiliência perante futuros choques externos, e que beneficia também entidades privadas, gerará impactos positivos nos próximos anos, sendo de destacar as dimensões de transição climática e digital.

A taxa de desemprego deverá manter-se estável em 6,0%, um valor historicamente baixo, mas o aumento dos salários, também consequência direta do aumento do salário mínimo, pode condicionar a estrutura de custos de muitas empresas que podem ter dificuldade em suportar essa subida, além de se poder refletir no custo dos bens e serviços, gerando alguma pressão inflacionista que, no entanto, não se prevê muito impactante no curto prazo.

No setor segurador, em concreto, espera-se novamente um aumento do volume de prémios, com continuidade do foco no equilíbrio técnico.

No entanto, é necessário levar em consideração que todo este contexto, inicialmente previsto, se alterou de forma bastante radical com o agudizar das tensões entre a Rússia e a Ucrânia, que culminaram em 24 de fevereiro de 2022 com a invasão da Ucrânia por parte da Rússia e que trouxeram, de novo, um conflito armado ao solo europeu.

A guerra na Ucrânia está a lançar a economia mundial, e a portuguesa em particular, para um período que pode ser, em simultâneo, de estagnação da economia e de aceleração dos preços.

Num contexto de incerteza muito elevada e de oscilação da confiança, o efeito de desaceleração da atividade e o aumento das já significativas pressões inflacionistas deverão ser acompanhados de perto e, em particular, ao nível do próprio negócio da Companhia.

Este novo contexto mundial, pela imprevisibilidade e volatilidade que apresenta, leva a que todas as estimativas de contexto macroeconómico existentes tenham de ser atualizadas, de forma bastante premente e recorrente.

Para além destes temas, existem ainda um conjunto significativo de desafios ao nível dos riscos emergentes, nomeadamente climático, saúde e bem-estar, envelhecimento populacional e disrupção tecnológica, que representam condicionalismos e oportunidades a que as seguradoras têm de estar atentas e responder com responsabilidade. Neste contexto, os processos de transformação das seguradoras que visam a diferenciação da proposta de valor através de produtos inovadores e com serviços personalizados para os clientes, a simplificação e otimização de processos que assegurem níveis de serviço de excelência e a redução dos custos operacionais com base em *enablers* digitais vai continuar a ganhar relevância.

Em Portugal, a Generali Seguros pretende afirmar-se como a primeira escolha para Clientes, Parceiros e Colaboradores.

Em resumo, ser cada vez mais um *Lifetime Partner* para os seus Clientes e Parceiros de negócio, contribuindo para a concretização do seus sonhos e projetos, assegurando-lhes um futuro seguro e protegido. Assim, o ano de 2022 tem três objetivos principais:

- O fortalecimento da posição de mercado, com foco nos segmentos de Particulares, incluindo os Séniores, e Pequenas e Médias Empresas;
- Aumento do profissionalismo dos agentes com quem trabalhamos e consequente aumento do peso da Generali Seguros nas suas carteiras, além da aposta no desenvolvimento de novos canais;
- Transformar a cultura e a organização, melhorando os processos de gestão e envolvimento dos colaboradores.

O cumprimento destes objetivos assenta nos seguintes pilares:

- Distribuidores
  - Visibilidade digital
    - Consolidação da presença digital dos parceiros negócio, alargando a base de agentes envolvidos e continuando o desenvolvimento contínuo de conteúdos para redes sociais e publicidade digital;
  - Gestão da geração de *leads*
    - Reforço do investimento na geração de *leads*, tanto de origem externa, como orgânica. Lançamento do novo simulador com emissão online do produto Casa, disponibilizando-o a parceiros, tal como já sucedeu com o simulador Automóvel;
  - Aconselhamento baseado nas necessidades do cliente
    - Orientação para a venda focada nas necessidades do cliente, desenvolvendo uma ferramenta digital para o efeito e promovendo a formação dos distribuidores;

– Papel Zero

Digitalização total da relação com os parceiros, tendendo para a eliminação total do papel.

• Clientes

– Experiência humana e solidária

- Aumentar a eficiência operacional e minimizar o esforço e complexidade para o cliente;
- Aumentar rapidez e eficiência através da *Smart Automation* nos processos de venda, pagamento e sinistros;
- Apoiar o Cliente 24/7 através de soluções *self-service* de compra, sinistros, pagamentos e assistência em canais autenticados ou WhatsApp e Chatbot;
- Implementar uma visão 360º do Cliente, igualmente acessível em todos os canais.

– Diferenciação da proposta de valor

- Aumentar o conhecimento dos clientes e do seu valor para lhes apresentar produtos, preços e comunicações personalizadas, que capitalizam na utilização de modelos analíticos preditivos;
- Cobrir todas as necessidades dos clientes com soluções completas que englobam a informação, prevenção, proteção e assistência;
- Reconhecer e premiar os clientes de maior valor;

– Aconselhamento personalizado multicanal

- Aprofundar proactivamente a relação com os clientes existentes;
- Desenvolver uma plataforma digital para parceiros ou em modo *self-service* para aconselhamento de soluções personalizadas para cada cliente;
- Treinar a rede de vendas para a escuta ativa contínua de clientes e consequente geração de novas oportunidades de negócio.

É, pois, com base nestes pilares e com foco na rentabilidade, resultante quer da componente técnica, quer dos ganhos de eficiência da otimização de processos internos e através da promoção da inovação que a Companhia espera concretizar o seu plano de crescimento sustentável para 2022 e nos anos vindouros.

## A.2 DESEMPENHO DA SUBSCRIÇÃO

### A.2.1 PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO

Prémios de Seguro Direto	(milhares de euros)				
	2021	%	2020	%	VAR 21/20
<b>Vida</b>	<b>77 979</b>	<b>6,9%</b>	<b>55 940</b>	<b>6,0%</b>	<b>39,4%</b>
Tradicionais	54 417	4,8%	43 174	4,6%	26,0%
Financeiros	23 562	2,1%	12 766	1,4%	84,6%
<b>Não-Vida</b>	<b>1 056 809</b>	<b>93,1%</b>	<b>881 843</b>	<b>94,0%</b>	<b>19,8%</b>
Acidentes e Doença	417 018	36,7%	295 262	31,5%	41,2%
Incêndio e Outros Danos	150 033	13,2%	125 897	13,4%	19,2%
Automóvel	405 866	35,8%	385 580	41,1%	5,3%
Transportes	4 743	0,4%	4 744	0,5%	0,0%
Responsabilidade Civil	21 988	1,9%	19 205	2,0%	14,5%
Diversos	57 161	5,0%	51 155	5,5%	11,7%
<b>Total</b>	<b>1 134 788</b>	<b>100,0%</b>	<b>937 783</b>	<b>100,0%</b>	<b>21,0%</b>

Em 2020, os valores respeitam a 9 meses da Seguradoras Unidas *per se*, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

A produção de seguro direto atingiu 1.134.788 milhares de euros em 2021, o que significa, numa base comparável (valor agregado em 2020 e em 2021), uma variação de +5,2% em relação ao ano anterior. O mercado segurador apresentou uma variação de +34,5% relativamente a 2020.

A Companhia, numa base comparável, apresentou um volume de prémios de seguro direto Vida de 77.979 milhares de euros, representando um decréscimo de -16,7% (-15.609 milhares de euros) em relação ao ano anterior, devido à diminuição dos prémios nos produtos financeiros (-47,9%) já que os prémios dos produtos tradicionais obtiveram uma variação positiva (+8,2%).

Em Não-Vida, numa base comparável, o volume de prémios atingiu os 1.056.809 milhares de euros, ou seja, +7,3% (+71.512 milhares de euros) em relação a 2020, com destaque para o crescimento verificado nos ramos Acidentes e Doença (+16,4%, +58.908 milhares de euros), Saúde (+10,5%, +12.060 milhares de euros) e Incêndio e Outros Danos (+7,4%, +10.311 milhares de euros).

O ramo Acidentes de Trabalho, após uma quebra na produção no ano passado, recuperou em 2021 e cresceu 19,8% (+45.924 milhares de euros) em relação a 2020, em resultado da boa performance das renovações. Realçamos que, em resultado das medidas de apoio à economia e populações implementadas no decurso da pandemia, a expectável deterioração da produção nesta linha de negócio, ainda não se fez sentir no ano de 2021.

Em Incêndio e Outros Danos a variação deveu-se ao comportamento positivo do ramo Multiriscos que registou um acréscimo de +9.807 milhares de euros, correspondendo a uma variação de +8,9%.

O ramo Automóvel apresentou um decréscimo na produção quando comparado com o ano anterior (-0,5%, -1.917 milhares de euros), muito condicionado pela situação de pandemia e pelas restrições à circulação impostas.

## A.2.2 CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO

(milhares de euros)

Custos com Sinistros de Seguro Direto	2021	2020	VAR 21/20
<b>Vida</b>	<b>168 742</b>	<b>89 157</b>	<b>89,3%</b>
Tradicionais	24 536	23 319	5,2%
Financeiros	144 206	65 838	119,0%
<b>Não-Vida</b>	<b>656 343</b>	<b>594 156</b>	<b>10,5%</b>
Acidentes e Doença	271 201	233 483	16,2%
Incêndio e Outros Danos	101 143	96 567	4,7%
Automóvel	262 616	236 047	11,3%
Transportes	2 241	2 274	-1,5%
Responsabilidade Civil	13 297	21 835	-39,1%
Diversos	5 845	3 950	48,0%
<b>Total</b>	<b>825 085</b>	<b>683 313</b>	<b>20,7%</b>

Em 2020, os valores respeitam a 9 meses da Seguradoras Unidas *per se*, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

O total de custos com sinistros de seguro direto Não-Vida em 2021 ascendeu a 656.343 milhares de euros o que representa, numa base comparável (valor agregado em 2020 e em 2021), uma variação de -1,8% em relação a 2020.

Numa base comparável, o ramo Acidentes e Doença apresentou em 2021 uma diminuição dos custos com sinistros de 0,6% face ao ano anterior (-1.521 milhares de euros), com destaque para a diminuição no ramo Acidentes de Trabalho (-10,4%, -19.053 milhares de euros).

No ramo Incêndio e Outros Danos, numa base comparável, também se verificou uma diminuição, de 2,5% face ao ano anterior (-2.593 milhares de euros). Também o ramo Automóvel apresentou em 2021, numa base comparável, um decréscimo dos custos com sinistros de 0,2% face ao ano anterior (-485 milhares de euros).

A taxa de sinistralidade Não-Vida em 2021 (custos com sinistros brutos / prémios brutos adquiridos) situou-se em 62,5%, o que representa, numa base comparável, uma diminuição de 5,5 p.p. em relação ao ano anterior (68,0%).

Custos com Sinistros / Prémios Brutos Adquiridos Não-Vida *	2021	2020
Acidentes e Doença	65,5%	78,2%
Incêndio e Outros Danos	68,5%	78,7%
Automóvel	64,8%	62,3%
Transportes	48,1%	46,0%
Responsabilidade Civil	60,9%	115,3%
Diversos	10,4%	8,0%
<b>Total</b>	<b>62,5%</b>	<b>68,0%</b>

\* Custos com sinistros com custos imputados em % dos prémios adquiridos

Em 2020, os valores respeitam a 9 meses da Seguradoras Unidas *per se*, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

## A.2.3 PROVISÕES TÉCNICAS

(milhares de euros)

Provisões Técnicas de Seguro Direto e Resseguro Aceite	2021	2020	VAR 21/20
Provisão para prémios não adquiridos	228 826	218 376	4,8%
Provisão matemática vida	649 851	769 419	-15,5%
Provisão para sinistros	1 351 081	1 300 649	3,9%
Vida	80 183	75 402	6,3%
Acidentes de Trabalho	772 194	754 445	2,4%
Outros ramos	498 704	470 802	5,9%
Outras provisões técnicas	131 858	139 534	-5,5%
<b>Total</b>	<b>2 361 616</b>	<b>2 427 978</b>	<b>-2,7%</b>

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite em 2021 ascenderam a 2.361.615 milhares de euros, resultando numa variação de -2.7% (-66.362 milhares de euros) face a 2020.

Para esta diminuição contribuiu a redução da Provisão Matemática Vida (-119.568 milhares de euros), uma vez que a Provisão para Sinistros aumentou em relação a 2020 (+50.432 milhares de euros).

## A.2.4 RESSEGURO CEDIDO

Numa base comparável, o saldo de resseguro cedido em 2021 ascendeu a 54.583 milhares de euros negativo, valor que compara com 13.459 milhares de euros negativo em 2020.

Em Não-Vida, o saldo do resseguro, numa base comparável, agravou-se em 38.731 milhares de euros. De notar que 2020 foi impactado por alguns grandes sinistros com recuperação de resseguro.

O nível de recuperação de sinistros de resseguro passou de 13,7% em 2020 para 9,0% em 2021.

(milhares de euros)			
Resseguro Cedido	2021	2020	VAR 21/20
<b>Vida</b>	<b>5 144</b>	<b>2 160</b>	<b>138,1%</b>
Prémios	23 191	9 431	145,9%
Comissões	-1 971	-382	416,0%
Sinistros e variação das provisões técnicas	-16 076	-6 889	133,4%
<b>Não-Vida</b>	<b>49 439</b>	<b>2 015</b>	<b>2353,5%</b>
Prémios	121 306	92 140	31,7%
Comissões	-12 969	-9 089	42,7%
Sinistros e variação das provisões técnicas	-58 898	-81 036	-27,3%
<b>Resultado</b>	<b>54 583</b>	<b>4 175</b>	<b>1207,4%</b>

Em 2020, os valores respeitam a 9 meses da Seguradoras Unidas per si, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

## A.2.5 SALDO TÉCNICO LÍQUIDO DE RESSEGURO

O saldo técnico líquido de resseguro Não-Vida em 2021 foi de 199.192 milhares de euros, o que significa, numa base comparável (valor agregado em 2020 e em 2021), um aumento de 20.533 milhares de euros em relação ao ano anterior, devido à melhoria do saldo de seguro direto que compensou o agravamento do saldo de resseguro.

Por ramos, Acidentes e Doença, Responsabilidade Civil e Diversos, apresentam melhorias significativas no saldo técnico líquido de resseguro em 2021, comparando com o ano anterior. Aumento dos prémios e baixas taxas de sinistralidade, explicam este comportamento positivo.

(milhares de euros)			
Saldo Técnico, Líquido de Resseguro*	2021	2020	VAR 21/20
Acidentes e Doença	68 147	28 493	139,2%
Incêndio e Outros Danos	15 538	24 108	-35,5%
Automóvel	95 459	108 933	-12,4%
Transportes	1 338	2 547	-47,5%
Responsabilidade Civil	4 309	-3 053	241,1%
Diversos	14 401	11 892	21,1%
<b>Total</b>	<b>199 192</b>	<b>172 920</b>	<b>15,2%</b>

\* Excluindo custos imputados às funções

Em 2020, os valores respeitam a 9 meses da Seguradoras Unidas per si, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

## A.3 DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS

A atividade financeira da Generali Seguros registou uma rentabilidade média global de 0,9%, para a qual contribuiu a manutenção da estratégia de investimento em obrigações de taxa fixa e em fundos de investimento diversificados com especial foco em fundos geridos pelo Grupo ou parceiros do Grupo Generali.

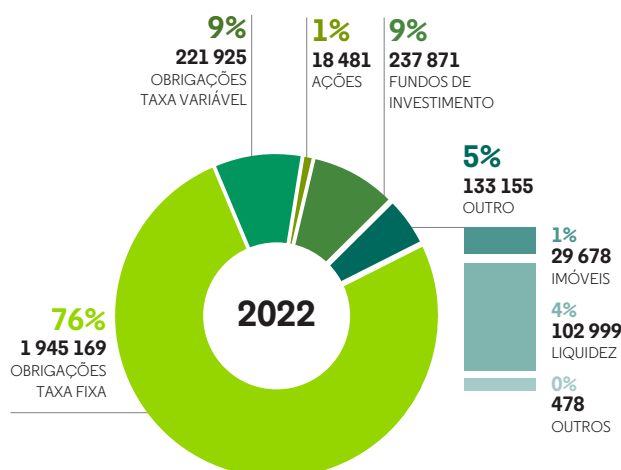
Apesar das taxas de juro se manterem em níveis historicamente baixos, em 2021, assistimos a uma inversão da tendência e a um aumento das taxas de juro que se deverá acentuar em 2022. A primeira metade do ano foi marcada pela recuperação económica induzida pela eficácia das vacinas que proporcionou ganhos significativos nos resultados das empresas e um forte desempenho dos mercados acionistas. Este aumento rápido da procura não teve uma resposta tão célere do lado da oferta que, confrontada com escassez de matérias-primas e perturbações nas cadeias de distribuição, tornou a inflação o tema forte da 2.ª metade do ano. Este contexto traduziu-se numa subida das taxas de juro de mercado e numa inclinação da curva de rendimentos, num contexto favorável aos setores mais cíclicos do mercado bolsista.

O aumento das taxas de juro, principalmente no longo prazo e países periféricos do Euro, aliado ao aumento dos *spreads* de risco, teve um impacto negativo nas carteiras. A evolução das reservas de reavaliação de ativos seguiu essa tendência e diminuiu cerca de -97,1 milhões de euros até ao final de 2021.

A Companhia manteve uma alocação de ativos conservadora, concentrada em ativos de rendimento fixo, seja com gestão direta ou através de fundos de investimento. No entanto, face ao contexto inflacionista que se perspetiva, iniciou um processo de diversificação para aumentar a exposição em dívida privada e imobiliário, dentro dos limites e apetite ao risco definidos pelo Grupo.

### Carteira de Investimentos 2021

(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão - não inclui UL\*)



\* Inclui investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber, investimentos a deter até à maturidade, terrenos e edifícios, ativos não correntes detidos para venda, caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem e eventuais retenções relacionadas com investimentos. Exclui ativos de carteiras Unit Linked e Caixa e depósitos à ordem geridos pela tesouraria e que não são considerados investimentos. A rubrica de obrigações inclui os empréstimos e outros títulos de dívida (apenas os empréstimos a empregados estão incluídos na rubrica "Outros")

A estratégia para a gestão dos investimentos manteve o foco no equilíbrio da duração dos ativos e passivos, minimização o risco de taxa de juro da carteira e seguindo as indicações da regulamentação da atividade seguradora, nomeadamente de Solvência II.

Neste sentido, e procurando também melhorar o retorno face ao risco medido pelo RoSCR, a Companhia reduziu a exposição a dívida pública dos países Core da Zona Euro, promoveu o investimento em obrigações de dívida pública portuguesa com durações longas e aproveitou algumas oportunidades de mercado em dívida privada de qualidade (*Investment Grade - low BBB*) com maturidades mais curtas.

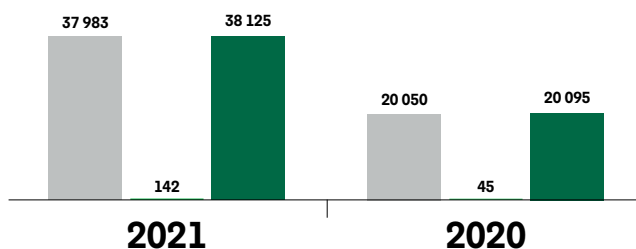
Com o objetivo de internalizar cada vez mais a gestão de investimentos dentro do Grupo Generali e de reduzir as cargas de capital associadas a estes investimentos, a Companhia eliminou o investimento em todos os *Exchange Traded Funds*.

Procurando aumentar o retorno das carteiras de investimentos, a Companhia elaborou um plano de rebalanceamento cujo principal foco é o investimento em fundos de *Private Debt* e em fundos de *Real Estate*.

No final do ano, a carteira de investimentos da Generali Seguros situou-se em 2.556.601 milhares de euros. O investimento em obrigações de taxa fixa representou a maior fatia do investimento, com 76% do total da carteira de investimentos. A carteira de obrigações (investimento direto) apresentou um *rating* médio de *Investment Grade* (BBB) e uma exposição a dívida soberana de 1.345.838 milhares de euros, com forte exposição aos países Euro Core e a Portugal.

**Juros e Dividendos**

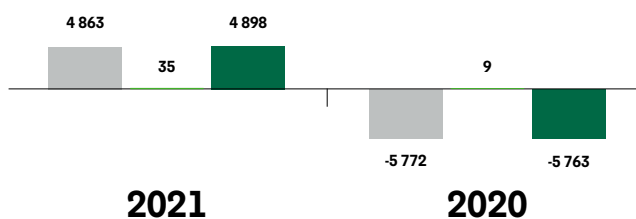
(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão – não inclui UL)



■ Títulos ■ Imóveis ■ Total

**Valias Registadas em Ganhos e Perdas**

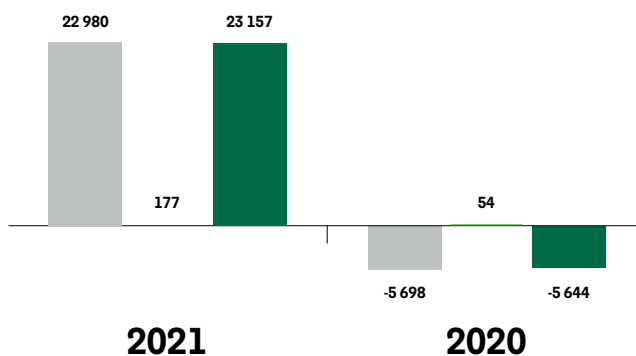
(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão – não inclui UL e imparidades)



■ Títulos ■ Imóveis ■ Total

**Resultados Atividade Financeira**

(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão – não inclui UL)



■ Títulos ■ Imóveis ■ Total

Nota: Inclui imparidades em títulos em 2021 de 19 865 milhares de euros (19 976 milhares de euros em 2020)

No ano de 2021, o resultado da atividade financeira da Generali Seguros, foi positivo em 23.157 milhares de euros o que representa um aumento de 28.802 milhares de euros, face ao ano anterior. A incorporação dos títulos de dívida na gestão do Grupo, anteriormente geridos pela Apolo no fundo ICAV, passou a contribuir diretamente para o resultado no segundo semestre de 2020.

Adicionalmente, a aposta em ativos com maior *yield*, mantendo uma gestão equilibrada dos riscos de mercado, permitiu a realização de valias. As imparidades verificadas nos ativos (sobretudo nos ICAV *Private Debt Loans*) em cerca de 19.866 milhares de euros, continuaram a impactar negativamente nos resultados à semelhança do ano anterior.

Por outro lado, ao contrário do previsto no orçamento, os dividendos dos fundos ICAVs não foram pagos em dezembro de 2021 (cerca de 6 milhões de euros), impactando os resultados financeiros deste ano.

A rentabilidade média dos ativos financeiros da Companhia foi de +0,9% (+0,2% em 2020). Incorporando o efeito dos ganhos não realizados contabilizados na reserva de justo valor, a rentabilidade foi de -2,8% (+4,3% em 2020).

## A.4 DESEMPENHO DE OUTRAS ATIVIDADES

### A.4.1 CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais ascenderam a 147.927 milhares de euros em 2021, numa base comparável, -6,0% em relação ao ano anterior. De registar que, em 2020 está incluído um montante considerável de custos relacionados com a integração das Companhias.

Os Custos com Pessoal no valor de 71.966 milhares de euros apresentam, numa base comparável, uma diminuição de 4,9% face a 2020 (-3.731 milhares de euros). Também os custos com Fornecimentos e Serviços Externos diminuiram, numa base comparável, 7,1% face a 2020 (-3.978 milhares de euros).

(milhares de euros)			
Custos Operacionais	2021	2020	VAR 21/20
Custos com Pessoal	71 966	60 726	18,5%
Fornecimentos e Serviços Externos	52 177	47 544	9,7%
Impostos e Taxas	6 712	6 303	6,5%
Amortizações	13 510	14 957	-9,7%
Outros *	3 562	1 451	145,5%
<b>Total</b>	<b>147 927</b>	<b>130 981</b>	<b>12,9%</b>

\* Inclui Provisões para Riscos e Encargos, Juros Suportados, Comissões e Outros Custos com Investimentos

Em 2020, os valores respeitam a 9 meses da Seguradoras Unidas *per se*, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

### A.4.2 QUADRO DE PESSOAL

Durante o exercício de 2021 foram admitidos no quadro efetivo 51 novos colaboradores. Verificaram-se 80 saídas, das quais 40 por iniciativa própria ou da Empresa, 21 relativas a Rescisões Mútuo Acordo (RMA) e 14 por Despedimento Coletivo.

Quadro de Pessoal	2021	2020	VAR 21/20
<b>Total Quadro Efetivo a 1/1</b>	<b>1 114</b>	<b>920</b>	<b>21,1%</b>
Admissões	51	27	88,9%
Incorporação da Generali S.A. e Generali Vida S.A. a 1 de outubro	0	295	-100,0%
Saídas	80	128	-37,5%
Pré-Reforma ou Reforma	1	0	0,0%
Iniciativa Própria/Empresa	40	38	5,3%
Rescisões Mútuo Acordo	21	26	-19,2%
Despedimento Coletivo	14	63	-77,8%
Outros (falecimento)	4	1	300,0%
<b>Total Quadro Efetivo a 31/12</b>	<b>1 085</b>	<b>1 114</b>	<b>-2,6%</b>

## A.5 EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### A.5.1 CAPITAL PRÓPRIO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

O resultado líquido da Companhia em 2021 foi positivo em +54,1 milhões de euros que compara com um resultado positivo de +18,9 milhões de euros em 2020.

Relativamente ao resultado de 2021, os eventos de carácter não recorrente tiveram um impacto na sua globalidade positivo, sendo de realçar:

- Reconhecimento de mais valias decorrentes da alienação de ativos no âmbito do processo de rebalanceamento da carteira de investimentos 4,9 milhões de euros;
- Reconhecimento de imparidade no Fundo ICAV – MCR, no montante de 18,7 milhões de euros;
- Impacto da redução da taxa de desconto na mensuração das responsabilidades de Acidentes de Trabalho, no montante de 18,8 milhões de euros;
- Reforço da Provisão para Compromissos de taxa, no montante de 4,9 milhões de euros em Vida, decorrente da alteração da taxa de rentabilidade futura esperada dos ativos;
- Reconhecimento de um montante de 18,4 milhões de euros relacionados com Custos de Integração.

Importa referir que o resultado líquido de 2020 foi afetado negativamente, em termos líquidos, por um conjunto de eventos de carácter não recorrente, dos quais se destacam:

- Reconhecimento das menos valias decorrentes da alienação de exposições High Yield nos Fundos ICAV, no montante de 4,9 milhões de euros;
- Reconhecimento de imparidade no Fundo ICAV – MCR, no montante de 16,4 milhões de euros;
- Reconhecimento de imparidade relativamente a montantes em dívida por parte do IFAP, no montante de 6,7 milhões de euros;
- Reforço da Provisão para LAT, no montante de 6,4 milhões de euros em Vida;
- Reconhecimento de um montante de 17,4 milhões de euros relacionados com Custos de Integração.

(milhares de euros)

Capital Próprio	2021	2020	VAR 21/20
Capital social	90 500	84 000	7,74%
Outros instrumentos de capital	27 097	27 097	0,00%
Reservas de reavaliação	78 931	136 007	-41,97%
Outras reservas	155 374	149 400	4,00%
Resultados transitados	-63 194	-80 200	n.a.
Resultado líquido	54 056	18 895	186,09%
<b>Total</b>	<b>342 764</b>	<b>335 199</b>	<b>2,26%</b>

Em 2020, o Resultado Líquido respeita a 9 meses da Seguradoras Unidas *per se*, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

O capital próprio aumentou em 7,6 milhões de euros em resultado da evolução, em sentido diferente, dos seus componentes. Destaca-se, desta forma:

- aumento do capital social em 6,5 milhões de euros em resultado da realização parcial, em 6,5 milhões de euros, do anteriormente existente Capital Não Realizado de 98 milhões de euros;
- performance negativa registada na reserva de reavaliação, que é líquida de reserva de impostos diferidos, de -75,1 milhões de euros;
- resultado líquido positivo de 54,1 milhões de euros.



**B**

SISTEMA DE  
GOVERNAÇÃO

# SISTEMA DE GOVERNAÇÃO

## B.1 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O SISTEMA DE GOVERNAÇÃO

### B.1.1 MODELO DE GOVERNAÇÃO

A Companhia dispõe individualmente de um modelo de governação e de uma estrutura organizacional devidamente desenhada e implementada, constituída por um conjunto de órgãos de administração, gestão e fiscalização, apoiados pelos respetivos comités, funções-chave de controlo e unidades orgânicas.

Complementarmente, a Companhia encontra-se integrada num Grupo Segurador (Grupo Generali), que tem também uma estrutura e modelo de governo próprios e que estabelece um conjunto de regras e orientações que são seguidas transversalmente por todas as entidades do Grupo, incluindo a Companhia, no respetivo governo individual.

Todas estas estruturas e órgãos de governo, cuja composição e funções se encontram adequadamente formalizados e documentados, permitem ao órgão de administração da Companhia atestar que a mesma dispõe de um sistema de governação adequado à natureza, dimensão e complexidade dos riscos inerentes à respetiva atividade, permitindo designadamente uma adequada gestão estratégica comercial e operacional da Companhia, para responder de forma ponderada e no momento oportuno a qualquer eventualidade que possa surgir nos diferentes níveis da organização.

A estrutura de administração e fiscalização da Companhia compreende os Órgãos abaixo detalhados.

#### B.1.1.1 Assembleia Geral

Trata-se do Órgão no qual deliberam os Acionistas da Sociedade com direito de voto sobre as matérias que lhe são atribuídas por lei e pelos Estatutos da Sociedade, bem como sobre todas aquelas que não estejam compreendidas nas atribuições de outros órgãos da Sociedade.

A mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente e um Secretário, eleitos por um mandato de três anos, com possibilidade de reeleição.

Constituição da Mesa da Assembleia Geral:

- Presidente: Sofia Leite Borges
- Secretário: Denise Alfaro Guimarães Luz

#### B.1.1.2 Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Generali Seguros é composto por seis membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de três anos, sendo um destes, nomeado Presidente e outro Vice-Presidente:

- Jaime Anchústegui Melgarejo (Presidente)
- João Vieira de Almeida (Vice-Presidente)
- Pedro Luís Francisco Carvalho (CEO)
- Stefano Flori
- Riccardo Candoni
- Patrícia Ribeiro Sanina Espírito Santo

Os elementos do Conselho de Administração foram selecionados pelo acionista sendo submetidos a um processo de avaliação interno nos termos definidos na Política de "Fit & Proper". Adicionalmente, encontram-se sujeitos a registo na ASF, a qual valida o cumprimento pelos mesmos dos requisitos de qualificação e idoneidade previstos no Regime Jurídico da Atividade Seguradora.

Ao Conselho de Administração compete gerir as atividades da Companhia nos termos definidos na Lei e nos Estatutos, devendo subordinar-se às deliberações do Acionista tomadas em Assembleia Geral ou às intervenções do Conselho Fiscal nos termos permitidos pela Lei.

De acordo com os Estatutos da Companhia, o Conselho de Administração reúne sempre que o Presidente ou outros dois administradores o convoquem, e, pelo menos, uma vez por trimestre.

A gestão da Generali Seguros, S.A., por delegação do Conselho de Administração, cabe a um Comité de Gestão Executivo.

### B.1.1.3 Comité de Gestão Executivo

A gestão da Generali Seguros, S.A. foi delegada num Comité de Gestão Executivo composto por gestores de topo e aos quais foi atribuída uma área de intervenção específica:

- João Carlos Dorés Candeias Barata – *Chief Insurance Officer*
- José António Correia Dias Nogueira da Silva – *Chief Operating Officer*
- Manuela Ferreira e Silva de Vasconcelos Simões – *General Counsel* (\*)
- Pedro Luís Francisco Carvalho – *Chief Executive Officer*
- Stefano Flori – *Chief Financial Officer*

(\*) Nomeada a 22 de dezembro de 2021 aprovada pela ASF em 22 de fevereiro de 2022

O Comité de Gestão Executivo reúne, sempre que convocado pelo seu Presidente ou dois dos seus membros, o que sucede por regra, com uma periodicidade semanal.

### B.1.1.4 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente e dois Vogais, todos designados, juntamente com um suplente, pela Assembleia Geral de Acionistas para um mandato de três anos.

Membros do Conselho Fiscal

A composição do Conselho Fiscal refere-se ao mandato 2019-2021 e em funções até à data de 7 de outubro de 2021, é como segue:

- Manuel Soares Pinto Barbosa (Presidente)
- José Manuel Serrão (Vogal)
- Nelson Manuel Marques Fontan (Vogal)
- Henrique Paulo Marques de Oliveira Xavier (Suplente)

Em 30 de outubro de 2021, a Assembleia Geral nomeou um novo Conselho Fiscal com a seguinte composição, tendo apenas sido aprovado pela ASF em 15 de março de 2022:

- Nelson Manuel Marques Fontan (Presidente)
- Dinora Clara Feijão Margalho Botelho (Vogal)
- Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento (Vogal)
- Henrique Paulo Marques de Oliveira Xavier (Suplente)

Ao Conselho Fiscal compete exercer todas as ações de fiscalização da Companhia permitidas nos Estatutos da Sociedade e na Lei, em particular as previstas nos artigos 420.º e seguintes do código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal reúne sempre que o Presidente ou dois dos Vogais o convoquem, com uma periodicidade mínima trimestral.

### B.1.1.5 Revisor Oficial de Contas

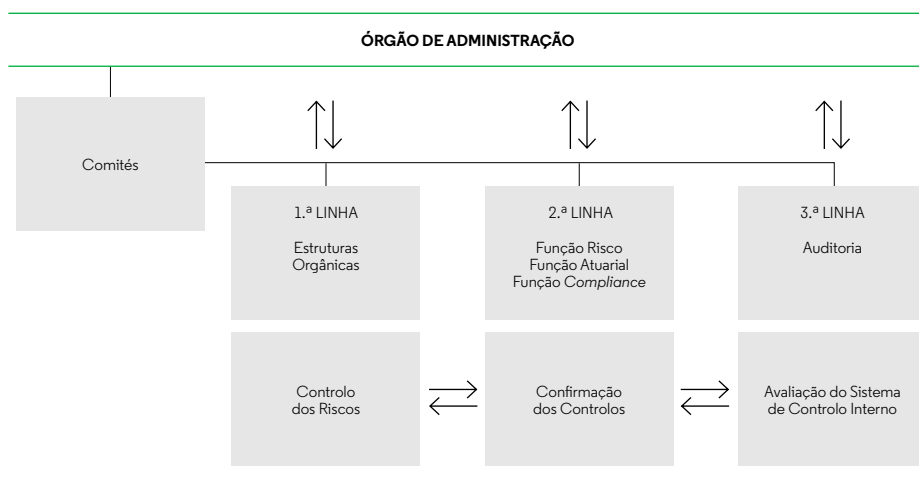
Nos termos previstos nos Estatutos da Companhia o Revisor Oficial de Contas e respetivo suplente são designados pela Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho Fiscal, pelo período de um ano.

Relativamente ao exercício económico de 2021, encontravam-se nomeados:

- Revisor Oficial de Contas Efetivo: KPMG & Associados, SROC, S.A., representada por Ana Cristina Soares Valente Dourado;
- Revisor Oficial de Contas Suplente: Hugo Jorge Gonçalves Cláudio.

## B.1.2 MODELO DAS TRÊS LINHAS DE DEFESA

A Companhia adotou o modelo das três linhas de defesa, de acordo com a figura apresentada em seguida, de modo a assegurar uma clara separação de funções:



O **Órgão de Administração** é o responsável máximo pela promoção do sucesso da Companhia a longo termo, garantindo que esta gera valor para os tomadores de seguro, para os colaboradores, para o acionista e para a sociedade em geral. O órgão de administração define a estratégia e valores da empresa, competindo-lhe nomeadamente:

- Assegurar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno;
- Participar ativamente na discussão e implementação do ORSA e aprovar o seu relatório final;
- Aprovar o apetite ao risco da Companhia e os limites globais de tolerância face ao risco nos termos definidos na Política de Gestão de Riscos;
- Aprovar as principais estratégias e Políticas de Gestão de Riscos;
- Monitorizar o cumprimento dos rácios de solvência, do plano e dos vários limites definidos;
- Estabelecer planos de recuperação de capital.

A **1.ª linha de defesa** é representada pelas Estruturas Orgânicas da Companhia, que são as áreas responsáveis pela operacionalização da Gestão de Riscos e respetivos controlos no exercício das suas funções. Entre as competências da 1.ª linha de defesa, destaca-se:

- Executar o Plano de Negócios;
- Gerir os proveitos e os custos relacionados com o negócio;
- Identificar, avaliar e gerir os riscos de acordo com as normas e procedimentos instituídos;
- Alinhar o negócio com os processos de Gestão de Riscos e Controlo Interno;
- Reportar, através de uma linha de reporte funcional, todos os temas relacionados com Gestão de Riscos e Controlo Interno;
- Cooperar com a atividade de auditoria.

A **2.ª linha de defesa** detém uma função de supervisão, sendo representada pela Direção de Risco Global (DRG), pela Direção de *Compliance* e DPO e pela Função Atuarial, detendo uma função de supervisão e monitorização no âmbito do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno.

As Funções-Chave que compõem a 2.ª linha de defesa (*Compliance*, Risco e Atuarial) encontram-se organizadas de modo a assegurar o seu posicionamento independente dentro da Companhia, reportando diretamente ao Órgão de Administração e, também, de acordo com o modelo do Grupo, aos responsáveis das respetivas funções.

Entre as competências da 2.ª linha de atuação, destacam-se:

- Desenvolver tecnicamente a regulamentação interna, estrutura, metodologias e ferramentas de Gestão de Riscos da Companhia;
- Monitorizar o Perfil de Risco da Companhia;
- Sistematizar e difundir as normas e procedimentos internos e reporte às entidades reguladoras;
- Pesquisar as melhores práticas de Sistemas de Gestão de Riscos e Controlo Interno;
- Supervisionar e apoiar as ações da 1.ª linha;
- Avaliar os controlos;
- Reportar ao Órgão de Administração.

À **3.ª linha de defesa** cabe uma função de auditoria independente, cabendo-lhe nomeadamente:

- Avaliar, de forma objetiva, que as atividades realizadas pela 1.ª e 2.ª linha estão de acordo com as normas e regulamentação interna instituídas;
- Identificar a existência de *gaps* nos controlos realizados pelas duas linhas a montante e identificar recomendações;
- Executar os testes de eficácia dos controlos e identificar ações corretivas.

Adicionalmente, a Companhia criou diversos Comitês para reforço do modelo de governo, da comunicação, da transparência e da interação entre os diversos Órgãos de Administração e de Fiscalização, de Gestão, Titulares de Funções-Chave e Responsáveis de Topo. Os Comitês criados avaliam, controlam, monitorizam, discutem e pronunciam-se sobre diversos aspetos relevantes do sistema de governo, sistema de gestão de riscos, estratégia, objetivos e dados de negócio da Companhia.

### B.1.3 COMITÉS

Para além do Comité de Gestão Executivo, foram criados Comitês Operacionais, de forma a permitir a realização, de forma permanente, da avaliação, controlo, monitorização, discussão e tomada de decisão sobre diversos aspetos relevantes do sistema de governo, sistema de gestão de riscos, estratégia, objetivos e dados de negócio da Companhia, reforçando um modelo de governação assente numa gestão sã e prudente do negócio, no reforço da comunicação, da transparência e da interação entre os diversos Órgãos de Gestão e de Fiscalização, Titulares de Funções-Chave e Responsáveis de Topo.

Estes Comitês, consoante a sua natureza e respetivo âmbito, são compostos por membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, de Titulares de Funções-Chave e Responsáveis de Topo das diversas Direções da Companhia, permitindo por esta via uma permanente interação entre representantes das três linhas de defesa previstas no âmbito do sistema de gestão de riscos em vigor na Companhia.

Os Comitês encontram-se agrupados de acordo com a seguinte tipologia:

Tipologia	Descrição
Corporativos	Estes Comitês visam robustecer os sistemas de governo e gestão de riscos da Companhia, reforçando a comunicação e os níveis de interação entre os Órgãos de Gestão, Fiscalização e Funções-Chave de Controlo, de forma a existir um constante e permanente conhecimento dos principais riscos inerentes à atividade.
Gestão de Topo	Estes Comitês visam reforçar os níveis de compromisso e alinhamento estratégico no cumprimento dos objetivos globais da Companhia, através da partilha e discussão dos principais indicadores de atividade, estratégias de negócio, acompanhamento e monitorização dos projetos e ações em curso, entre o CGE e os principais intervenientes na gestão corrente da Companhia.
Específicos	Estes Comitês apresentam um âmbito de atuação específico e visam promover uma adequada coordenação e articulação entre Direções e Funções, em particular, no que diz respeito aos processos e gestão operacional do negócio/clientes.
Temporários	Estes comités visam dar resposta a temas específicos limitados no tempo.

### B.1.4 POLÍTICA E PRÁTICAS DE REMUNERAÇÃO

A Política de Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais e Funções-Chave foi aprovada para o ano de 2021, e é baseada em princípios orientadores que estão na base das decisões e práticas tomadas nesta matéria, nomeadamente:

- Equidade e Consistência;
- Performance e Meritocracia;
- Respeito das práticas e tendências de mercado;
- Governança clara e *compliance* com a legislação e regulamentação aplicáveis.

Ao sublinhar estes princípios orientadores na sua política de remuneração, a Generali Seguros S.A. renova assim o seu compromisso de garantir a ligação da compensação com a criação de valor sustentável de longo prazo.

No caso das funções-chave, a política compreende previsões específicas sendo a sua retribuição definida de acordo com o nível das responsabilidades e funções atribuídas, de forma a garantir a independência e autonomia exigidas para essas funções.

Na política de remuneração está ainda prevista a estrutura de remuneração dos órgãos sociais executivos e das funções-chave, os critérios de atribuição da remuneração variável de curto prazo, a natureza da componente variável e os respetivos instrumentos financeiros, assim como o processo de *governance* e decisão nesta matéria.

A informação mais detalhada sobre a política de remuneração dos Órgãos Sociais e Funções-Chave, bem como a declaração do seu cumprimento está publicada no Relatório e Contas 2021 da Companhia, capítulo 9.

### B.1.4.1 Órgãos de Administração de Fiscalização e Mesa da Assembleia

#### • Conselho de Administração

##### • Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração podem auferir uma remuneração fixa anual (paga em 12 meses).

##### • Administradores-Executivos

A remuneração dos membros do Conselho de Administração com funções executivas integra uma componente fixa de remuneração acrescida de *fringe benefits* e, eventualmente uma componente variável.

O pacote de remuneração *target* é definido com o propósito de manter um nível competitivo entre a mediana e o quartil superior do mercado de referência, com base no posicionamento individual ligado à avaliação do desempenho do recurso e impacto potencial e estratégico de acordo com uma abordagem segmentada.

##### – Componente Fixa da Remuneração

Os membros do Conselho de Administração com funções executivas auferem uma remuneração fixa mensal, paga 14 (catorze) vezes em cada ano civil completo, cuja definição terá por base o posicionamento competitivo face ao universo de empresas de referência nacional.

A esta componente poderão ser ainda adicionadas outras componentes de carácter monetário em linha com a prática do setor segurador.

Sempre que a remuneração total anual dos membros do Conselho de Administração com funções executivas integre uma componente fixa e uma componente variável, a componente fixa da remuneração obedecerá aos limites que forem fixados anualmente em sede de Assembleia Geral, devendo a mesma representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total de forma a permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável.

Caso o montante da remuneração variável ultrapasse 50% da remuneração anual global, a parte excedente deverá ser deferida por período não inferior a 3 anos.

##### – Componente Variável da Remuneração

A componente variável da remuneração é composta por planos de incentivos anuais (STI) e diferidos (LTI) com base em indicadores de desempenho individuais e de Grupo ajustados ao risco, que incorporam também os requisitos de sustentabilidade face aos riscos assumidos, com base nas metas definidas no Plano estratégico (“Generali 2021”) e estratégia para as alterações climáticas (“Generali Group Strategy on Climate Change”) do Grupo Generali.

A Generali Seguros S.A. adotou o modelo em linha do que está previsto na Política de Remunerações do Grupo.

##### • Membros do Conselho de Administração sem Funções Executivas

Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas poderão auferir uma remuneração fixa anual nos termos que vierem a ser definidos pela Assembleia Geral que, em qualquer caso e a verificar-se, não dependerá de qualquer elemento de desempenho, não havendo lugar ao pagamento de qualquer remuneração variável.

#### • Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no artigo 25.º dos Estatutos da Companhia, composto por um Presidente e dois Vogais designados, juntamente com um Suplente, pela Assembleia Geral de acionistas.

Os membros do Conselho Fiscal são remunerados através do pagamento de um valor fixo (artigo 13.º) anual pago trimestralmente.

#### • Membros da Mesa da Assembleia Geral

Os membros da Mesa da Assembleia Geral poderão ser remunerados através de um valor fixo por Assembleia Geral, na data da sua realização, sendo o mesmo definido pelo Comité de Remunerações caso haja lugar ao seu pagamento.

### B.1.4.2 Colaboradores com Funções-Chave

#### • Princípios Gerais

A política compreende previsões específicas relativamente às Funções-Chave, sendo a sua retribuição definida de acordo com o nível das responsabilidades e funções atribuídas, de forma a garantir a independência e autonomia exigidas para essas funções.

A remuneração variável das Funções-Chave é independente do desempenho das unidades operacionais e áreas que são submetidos ao seu controle.

#### • Princípios Específicos

A remuneração dos Colaboradores com Funções-Chave (entendendo-se como tal as funções de gestão de riscos, de verificação do cumprimento, de auditoria interna e atuarial) integra uma parte fixa e, eventualmente, uma parte variável (i) em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, assegurando-se que a remuneração lhes proporciona uma recompensa adequada atendendo à relevância do exercício das suas funções e (ii) de forma consentânea com o seu papel na Companhia e não em relação ao desempenho desta.

Na determinação destas duas componentes, são considerados diversos fatores, entre os quais se salientam:

- Os interesses da Companhia numa perspetiva de médio e longo prazo;
- As especificidades da função desempenhada;
- As práticas salariais em vigor no setor segurador;
- A avaliação de desempenho.

No que diz respeito aos responsáveis das funções-chave a remuneração relevante é definida em Conselho de Administração ou pelo Comité de Remunerações.

#### • Componente Fixa da Remuneração

A componente fixa é estabelecida de acordo com o nível das responsabilidades e funções atribuídas. Deverá ser adequada para garantir a independência e autonomia exigidas para essas funções.

#### • Componente Variável

##### 1 - Critérios de Atribuição

A elegibilidade para atribuição de remuneração variável é anual, e assenta num processo de avaliação de desempenho, definido pela Companhia e em linha com a política de remuneração do Grupo, com base em critérios mensuráveis e pré-determinados, incluindo critérios não financeiros. O modelo do *balanced scorecard* definido pelo Grupo fornece uma estrutura para o estabelecimento de metas e para a avaliação de desempenho final das Funções-Chave.

As metas devem ser independentes do desempenho das unidades e áreas operacionais que são submetidas ao controle dos Participantes e vinculadas exclusivamente à eficácia e qualidade desses controles (atividades específicas de cada Função-Chave, tendo como referência metas baseadas na eficácia e qualidade dos controles, excluindo os objetivos económicos e financeiros, que podem, ao contrário, gerar conflitos de interesse).

A remuneração variável, fixada, em cada ano, não constitui um direito dos Colaboradores, podendo os critérios de atribuição da mesma ser alterados e/ou revogados a qualquer momento pelo órgão competente, estando sujeita a aprovação anual em função da performance e avaliação anual dos Colaboradores.

##### 2 - (Não) Diferimento da Componente Variável

Considerando o nível de risco do país, a atual estrutura de remuneração, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário, até à data, proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração.

A remuneração variável pode ser atribuída sob a forma de prémios de desempenho ou de performance, de acordo com os fatores acima identificados ou outros que venham a ser especificamente previstos pelo Conselho de Administração, ou mesmo a distribuição de gratificações por conta de lucros conforme proposta a ser formulada pelo Conselho de Administração e objeto de deliberação em Assembleia Geral da Companhia.

##### 3 - Natureza da Componente Variável | Instrumentos Financeiros

A remuneração variável pode ser atribuída sob a forma de prémios de desempenho ou de performance, de acordo com os fatores acima identificados ou outros que venham a ser especificamente previstos pelo Conselho de Administração, ou mesmo a distribuição de gratificações por conta de lucros conforme proposta a ser formulada pelo Conselho de Administração e objeto de deliberação em Assembleia Geral da Companhia.

## B.2 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO E IDONEIDADE

A Política *Fit & Proper* define os requisitos de adequação aplicáveis às pessoas que efetivamente dirigem a Companhia, aos Diretores de topo, aos colaboradores responsáveis por funções-chave bem como aos que integram as funções-chave, às pessoas responsáveis pela distribuição de produtos de seguros, às pessoas diretamente envolvidas na distribuição de produtos de seguros, bem como a todos os colaboradores cujas funções tenham impacto na estratégia e perfil da empresa. Aplicam-se igualmente ao atuário responsável, aos membros do Conselho Fiscal e ao ROC.

A adequação das pessoas identificadas consiste na capacidade de assegurarem, em permanência, a gestão sã e prudente da Companhia, tendo em vista, de modo particular, a salvaguarda dos interesses dos acionistas, colaboradores, tomadores de seguros, segurados e beneficiários.

Para o efeito, as referidas pessoas devem cumprir requisitos de idoneidade, qualificação profissional, independência, disponibilidade e capacidade, nos termos da referida política.

Na avaliação da idoneidade atende-se ao modo como a pessoa gere habitualmente os negócios, (profissionais ou pessoais) ou exerce a sua profissão, sendo particularmente valorizada a demonstração pelo candidato de elevados princípios éticos e comportamentais compatíveis com os padrões definidos no Código de Conduta.

Na apreciação da qualificação atende-se às habilitações literárias, à experiência profissional e ao perfil comportamental do candidato tendo em atenção a sua adequação à função que irá desempenhar, bem como o cumprimento de requisitos legais aplicáveis à função quando existam.

Na avaliação da qualificação das pessoas que integram órgãos colegiais (Conselho de Administração e Conselho Fiscal), a adequação dos candidatos é também aferida em função das qualificações dos demais membros, de forma a garantir que coletivamente o órgão dispõe das valências indispensáveis ao exercício das respetivas funções legais e estatutárias em todas as áreas relevantes de atuação, que garanta uma gestão sã e prudente da Companhia, devendo assegurar-se que os candidatos possuem coletivamente experiência prática e conhecimento apropriados pelo menos nos seguintes domínios:

- Mercados de seguros e financeiros;
- Estratégia de negócio e modelo de negócio;
- Sistema de governação;
- Análise financeira e atuarial;
- Enquadramento regulamentar e requisitos aplicáveis.

O Processo de Avaliação é levado a cabo previamente à nomeação e obedece aos princípios da isenção, objetividade e proporcionalidade, considerando, entre outros fatores, a natureza, a dimensão da Companhia e as exigências e responsabilidades associadas às funções concretas a desempenhar, encontrando-se descrito em regulamentação interna da empresa, na qual são identificadas as funções responsáveis pelas diversas fases do processo,

O processo de reavaliação é levado a cabo sempre que, ao longo do respetivo exercício de funções, ocorrerem circunstâncias supervenientes que requeiram uma reapreciação da adequação da pessoa ao cargo (ex.: alteração ou alargamento de funções) ou, no caso dos membros de Órgãos Coletivos, sempre que se proceder à sua eleição.

## B.3 SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS COM INCLUSÃO DA AUTOAVALIAÇÃO DO RISCO E DA SOLVÊNCIA

O regime Solvência II é um dos maiores desafios enfrentados pelo setor segurador europeu. O Sistema de Gestão de Riscos permite gerir a atividade seguradora através de uma relação dinâmica entre o risco das diferentes linhas de negócio e o retorno obtido protegendo assim o valor da Companhia para os seus acionistas, tomadores de seguros e segurados através de uma adequada capitalização, cumprindo de forma contínua com todos os requisitos regulatórios.

### B.3.1 SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS

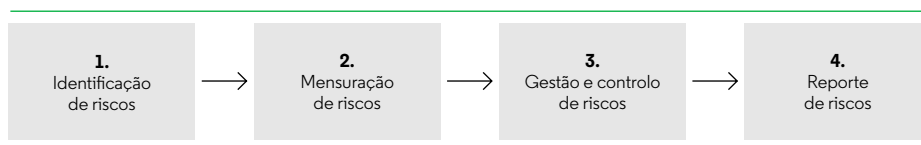
A finalidade do sistema da gestão de riscos é garantir que todos os riscos a que a Companhia está sujeita são geridos de modo correto e eficaz, com base na estratégia de riscos definida, seguindo um conjunto de processos e procedimentos e baseados em disposições de governação claras.

Os princípios que definem o sistema de gestão de riscos são estabelecidos na Política de Gestão de Riscos, que é a pedra angular de todas as políticas e orientações relacionadas com o risco. A Política de Gestão de Riscos é complementada pelo Quadro de Appetite ao Risco que define a estratégia de risco, atualizada numa base anual.

A Política de Gestão de Riscos abrange todos os riscos a que a Companhia está exposta, numa base atual ou numa base prospetiva.

A Companhia possui ainda diversos guias de orientação de carácter obrigatório, com o propósito de mitigar e controlar os investimentos realizados ou a realizar com instrumentos financeiros e seus similares, como é o caso das *Guidelines* do Risco de Investimento.

O processo de Gestão de Riscos é definido pelas seguintes fases:





## B.3.2 ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCOS

### 1. Identificação de riscos

A finalidade da fase de identificação de riscos é garantir que todos os riscos materiais a que a Companhia está exposta são corretamente identificados. Para esse fim, a função de gestão de riscos interage com a primeira linha de defesa para identificar os principais riscos, avaliar a sua importância e garantir que são tomadas as medidas adequadas para mitigá-los. Dentro destes processos, são também tomados em consideração os riscos emergentes.

Com base nas categorias de risco de Solvência II e para o fim de cálculo do Requisito de Capital de Solvência (SCR) da Companhia, os riscos são categorizados de acordo com o seguinte mapa de riscos:

RISCOS COBERTOS PELA FÓRMULA-PADRÃO						
Riscos Financeiros	Risco de Crédito	Riscos específicos de Seguros Vida	Riscos específicos de Seguros de Acidentes e Doença STV	Riscos específicos de Seguros de Acidentes e Doença NSTV	Riscos específicos de Seguros de Não-Vida	Risco Operacional
Taxa de juro Acionista Imobiliário Spread Cambial Concentração	Incumprimento da Contraparte	Mortalidade Longevidade Morbilidade/ Incapacidade Descontinuidade Despesas Catastrófico	Longevidade Despesa Revisão	Prémios e Reservas Descontinuidade Catastrófico	Prémios e Reservas Descontinuidade Catastrófico	

A Companhia desenvolveu um sistema eficaz de gestão de riscos para os riscos que não estão incluídos no cálculo do SCR, tal como o risco de liquidez e outros riscos (os chamados "riscos não quantificáveis", p. ex., risco reputacional, risco de contágio e riscos emergentes).

Consultar por favor os capítulos C.4 Risco de liquidez e C.6 Outros riscos materiais.

### 2. Mensuração de riscos

Os riscos identificados são medidos através dos seus contributos para o SCR, eventualmente complementados por outras técnicas de modelação consideradas apropriadas e proporcionais para melhor refletir o perfil de risco da Companhia. Utilizando a mesma métrica para mensuração dos riscos, o SCR garante que cada risco é coberto por um montante adequado de Capital de Solvência, que pode absorver a perda incorrida se o risco se materializar.

Em conformidade com o regulamento Solvência II, o SCR é calculado com base na fórmula-padrão da EIOPA.

Os riscos não incluídos no cálculo SCR, tais como o risco de liquidez e outros riscos, são avaliados com base em técnicas quantitativas e qualitativas, modelos, testes de *stress* adicionais e análises de cenários.

### 3. Gestão e controlo de riscos

A Generali Seguros opera segundo um sólido sistema de gestão de riscos, em linha com os processos e a estratégia definida pelo Grupo Generali. Para garantir que os riscos são geridos de acordo com a estratégia de risco, a Companhia segue o enquadramento definido pelo Quadro de Apetite ao Risco (RAF). O RAF estabelece um enquadramento para a gestão dos diversos riscos, para os mecanismos de controlo, bem como para os processos de reporte e comunicação.

O objetivo do RAF é estabelecer o nível de risco desejado (em termos de apetite ao risco e preferências de risco) e limitar uma tomada de riscos excessiva. Os níveis de tolerância com base nas métricas de capital e liquidez são estabelecidos em conformidade. Caso um indicador se aproxime dos ou quebre os níveis de tolerância definidos, são então ativados mecanismos de reporte.

O apetite aos riscos é atualizado numa base anual. Este inclui, como parte da estratégia, um conjunto de preferências de risco qualitativas que orientam a Companhia nas atividades de tomada de risco.

As tolerâncias de risco nas métricas de capital são estabelecidas com a finalidade de manter uma margem definida sobre o Rácio Regulamentar de Solvência e garantir que a Companhia pode manter um Rácio de Solvência de 100% sob circunstâncias adversas.

## 4. Reporte de riscos

A monitorização e reporte de riscos é um processo-chave da gestão de riscos que permite manter a primeira linha de defesa, Comité de Gestão Executivo, Conselho de Administração e, também, Conselho Fiscal cientes e informados sobre o desenvolvimento do perfil de risco, tendências de risco e quebras das tolerâncias de risco.

A Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) é o principal processo de comunicação do risco, coordenada pela função da Gestão de Riscos. A sua finalidade é fornecer a avaliação dos riscos e as necessidades globais de solvência numa base presente e prospetiva. O processo ORSA assegura uma avaliação contínua da posição de solvência de acordo com o plano estratégico e o plano de gestão de capital. No capítulo B.3.3. são apresentadas informações adicionais.

O apetite ao risco é reportado e monitorizado numa base trimestral. Em caso de quebra de um nível de tolerância, está implementado um processo de reporte por forma a garantir que são tomadas as ações necessárias para o reenquadramento destas métricas no intervalo definido.

### B.3.3 GOVERNAÇÃO DOS RISCOS

O processo de gestão de riscos acima é assegurado pela função de gestão de riscos a qual, em conformidade com o regime Solvência II e os princípios definidos nas políticas de riscos, apoia o Conselho de Administração e o Comité de Gestão Executivo na garantia da eficácia do sistema de gestão de riscos.

A função de gestão de riscos é responsável por informar o Conselho de Administração dos riscos identificados como mais significativos e coordenar o processo ORSA. A função de gestão de riscos tem a responsabilidade de:

- Dar suporte à primeira linha de defesa ajudando a garantir que todos os colaboradores, a todos os níveis da companhia, estão sensibilizados e conscientes dos riscos relacionados com as suas atividades de negócio e em como responder apropriadamente aos mesmos;
- Assistir os órgãos de Administração, Comité de Gestão Executivo, o Conselho Fiscal e outros no funcionamento eficaz do sistema de gestão de riscos;
- Monitorizar o sistema de gestão de riscos e a implementação da política de gestão de riscos;
- Monitorizar o perfil de risco da Companhia e coordenar o reporte de risco, incluindo a comunicação em caso de quebras de limites suportando a primeira linha de defesa na definição das medidas de mitigação;
- Orientar o Conselho de Administração e apoiar os principais processos de tomada de decisão, incluindo os relacionados com assuntos estratégicos, tais como estratégia da Companhia, fusões e aquisições e grandes projetos e investimentos.

O responsável pela função de gestão de riscos reporta hierarquicamente ao *Chief Executive Officer (CEO)* e funcionalmente ao Conselho de Administração existindo também um reporte ao *Group Chief Risk Officer (GCRO)*.

### B.3.4 PROCESSO ORSA

O processo ORSA é uma componente essencial do sistema de gestão de riscos, que visa avaliar a adequação da posição de solvência e o perfil de risco numa base presente e prospetiva.

O ORSA é um processo contínuo que permite assegurar o cumprimento contínuo dos requisitos de capital e dos requisitos em matéria de provisões técnicas. Adicionalmente permite aferir em que medida o perfil de risco da Companhia se desvia das hipóteses sobre as quais se baseia o capital de solvência obrigatório.

O processo ORSA documenta e avalia devidamente os principais riscos a que a Companhia está exposta, ou pode vir a estar exposta, com base no seu plano estratégico. Inclui a avaliação dos riscos no cálculo do SCR, mas também outros riscos não incluídos nesse âmbito. Em termos de técnicas de avaliação de riscos, também são executados testes de *stress* e análises de sensibilidade, com a finalidade de avaliar a resiliência do perfil de risco da Companhia às novas condições do mercado ou fatores de risco específicos.

Para avaliar adequadamente as necessidades globais de solvência, o processo ORSA inclui resultados no que respeita a:

- Cálculos de SCR e MCR;
- Avaliação de adequação de fundos próprios e provisões técnicas;
- Resultados dos testes de *stress* e das análises de resultados;
- Resultados do processo de identificação de riscos;
- Avaliação dos riscos não quantificáveis;
- Riscos emergentes;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional, incluindo a posição regulamentar de solvência;
- Outros riscos qualitativos.

Para riscos emergentes, é relatado no ORSA um registo de riscos emergentes. De forma a atualizar esse registo, é organizado anualmente um *workshop* interno.

No capítulo sobre risco de liquidez, C.4., são apresentadas informações adicionais.

O risco reputacional faz parte do processo de avaliação de risco e, sempre que oportuno, são tomadas ações de mitigação de forma a diminuir a exposição a este risco. Os principais processos envolvidos estão relacionados com as atividades de monitorização da comunicação e media, responsabilidade social e corporativa, distribuição e gestão de clientes. No capítulo C.6 são apresentadas informações adicionais.

As funções de negócio que contribuem para o processo ORSA são as seguintes:

- A área CRO (*Chief Risk Officer*) local: Coordenador do processo ORSA, coordenador da implementação da Política de Gestão do Risco do Grupo e orientações, ferramentas e metodologias relacionadas, cálculo do SCR;
- A área CFO (*Chief Financial Officer*) local: Fornecedor, numa abordagem prospetiva, da quantificação dos fundos próprios elegíveis, respetivo plano de estratificação e gestão do capital, suporte para os cálculos do rácio de solvência prospetivo, contributos sobre o modelo e estratégia operacionais e avaliação da adequação das provisões técnicas;
- A área CInSO (*Chief Insurance Officer – seguro e resseguro local*): Contributos sobre as estratégias de subscrição e resseguro;
- A área CIO (*Chief Investment Officer*) local: Contributos sobre a composição da carteira de investimento e estratégia de investimento.

O relatório ORSA é produzido numa base anual. Além do relatório ORSA anual, são produzidos relatórios ORSA pontualmente, quando o perfil de risco se altere significativamente.

De seguida, elenca-se um conjunto de *triggers* potenciais passíveis de gerar um relatório ORSA pontual:

- Alteração do perfil de risco em função de alteração de pressupostos subjacentes ao Requisito de Capital de Solvência;
- Alteração do perfil de risco em consequência de ações corretivas que não tenham sido bem-sucedidas num prazo adequado;
- Quebras aos requisitos regulamentares de capital durante o período do planeamento do negócio;
- Alterações à estrutura, montante e qualidade dos Fundos Próprios, que possam comprometer o cumprimento do objetivo do Plano de Negócios ou que violem os requisitos regulamentares;
- Alterações no modelo de negócio, estratégia de negócio, produtos e linhas de negócios, riscos emergentes, estratégia de investimento, estratégia de resseguro, reequilíbrio de carteira e quaisquer outras alterações relevantes nos processos-chave de negócio que sejam importantes para a atividade de tomada de risco do Grupo;
- Alteração significativa do ambiente jurídico, tais como novas regulamentações com impacto na comercialização de produtos de seguro, pensões, impostos, decisões judiciais, alterações no quadro das indemnizações, etc.;
- Alteração no governo do ORSA, tal como o *outsourcing* das atividades de gestão de riscos (ou *insourcing* de atividades previamente efetuada em *outsourcing*).

Todos os resultados são devidamente documentados no relatório ORSA. Após discussão e aprovação pelo Conselho de Administração, o Relatório é apresentado à Autoridade de Supervisão.

### B.3.5 PRINCÍPIO DO GESTOR PRUDENTE

As atividades de investimento são efetuadas de um modo racional e prudente, de acordo com o Princípio do Gestor Prudente, conforme determinado pela Política de Governação do Investimento (GIGP), aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

A GIGP estabelece os princípios-chave e as normas mínimas para a gestão e governação do investimento e das atividades de gestão de ativos, bem como os riscos relacionados quer presentes quer prospetivos, a que a Companhia tem de aderir. Através da diversificação da carteira e de uma prudente estratégia de investimento *liability-driven*, a Companhia visa maximizar o rendimento do investimento para um determinado apetite ao risco e atingir os objetivos do plano estratégico. Para implementar os objetivos-chave acima mencionados, a GIGP define o enquadramento de governação a ser aplicado no que respeita ao seu âmbito, processos, funções, responsabilidades, limites e restrições.

A Alocação Estratégica de Ativos (SAA) encontra-se inter-relacionada com o passivo e fortemente dependente dos objetivos e restrições específicos dos seguros. Por conseguinte, o Grupo integrou a SAA e a Gestão de Ativos e Passivos (ALM) num mesmo processo.

As atividades ALM&SAA visam garantir que a Companhia detém ativos suficientes e adequados para atingir os objetivos definidos e cumprir as obrigações do passivo. Isto implica uma análise detalhada da relação ativo-passivo sob um conjunto de cenários de mercado e condições de investimento expectáveis e sob stress.

A finalidade do processo de SAA é definir a combinação mais eficaz de classes de ativos que, de acordo com o Princípio de Gestor Prudente estabelecido na Diretiva Solvência II e medidas de implementação relevantes relacionadas, maximiza o contributo do investimento para a criação de valor, tomando em consideração os indicadores de solvência, atuariais e de contabilidade.

O processo de investimento é executado alinhado com a "cadeia de valor de investimento" do Grupo, que consiste nas fases descritas em detalhe na GIGP. Uma etapa essencial da cadeia de valor de investimento é a definição anual da SAA, que é o resultado de uma sucessão de interações entre os diferentes departamentos envolvidos, a casa-mãe e as entidades do Grupo, e é por fim aprovada pelo Conselho de Administração da casa-mãe. A SAA do Grupo inclui as exposições e limites, em termos de exposição mínima e máxima admissível, para cada classe de ativo relevante.

A proposta de SAA para a Companhia é então definida em coerência com a SAA do Grupo. É apresentada pelo *Chief Investment Officer* ao Comité de Investimento, que a revê antes de a submeter para aprovação ao Conselho de Administração. Antes da submissão da proposta SAA ao Comité de Investimento Local, o CRO verificará a sua consistência com o quadro de apetite ao risco da Companhia e os seus limites, enquanto que o CFO verificará a sua consistência com a afetação de capital, os objetivos do plano estratégico e os possíveis constrangimentos no Balanço.

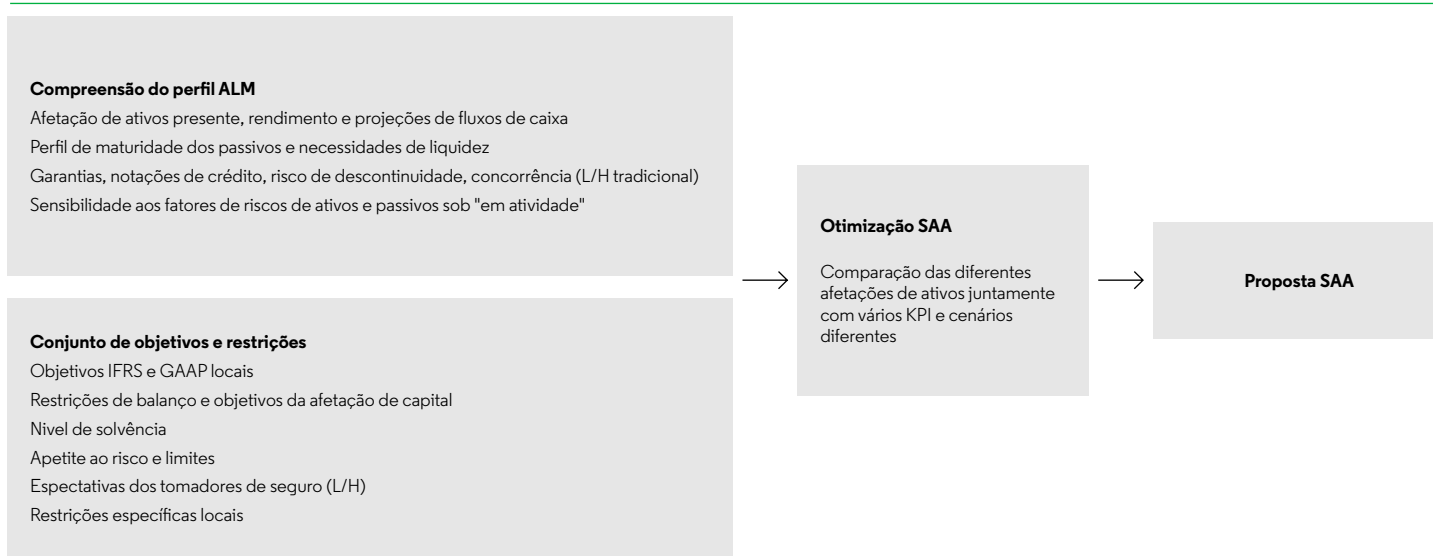
Os princípios descritos na secção anterior representam as pedras angulares da metodologia do Grupo. O gráfico abaixo mostra em resumo a abordagem seguida para determinar a SAA.

A abordagem é baseada em análises da posição ALM atual e numa definição de possíveis carteiras alternativas em termos de métricas de risco e rentabilidade, restrições de balanço e capital. A carteira selecionada cumpre com um elevado grau de confiança nos objetivos definidos no processo do Planeamento Estratégico e está em conformidade com todos os limites e restrições definidos para a Companhia pelo Grupo e/ou a nível local.

Para analisar as interações entre ativos e passivos e projetar fluxos de caixa futuros, são utilizados cenários determinísticos e estocásticos.

Para alimentar o processo de decisão de investimentos tanto a nível do Grupo como local, cada análise ALM&SAA tem de produzir três principais informações:

- Análise descritiva da carteira atual em termos de diferentes KPI/KRI;
- Análise determinística do fluxo de caixa e rentabilidade relacionadas esperadas, incluindo análise de variações hipotéticas;
- As propostas SAA são identificadas com base em análises de variações hipotéticas, ou por otimização da variável-alvo considerando o perfil de risco da carteira.



De acordo com o princípio acima mencionado e requisitos locais específicos (se os houver), a ALM&SAA define o nível de granularidade a aplicar à proposta SAA.

A proposta SAA anual:

- Define as exposições e limites, em termos de exposição mínima e máxima admissível, para cada classe de ativo relevante.
- Incorpora os desajustes deliberados permitidos na ALM e as potenciais ações de mitigação que podem ser ativadas no lado do investimento.

O processo ALM&SAA baseia-se numa estreita interação entre as funções de investimento, financeira, atuarial, tesouraria e gestão de riscos. Os *inputs* e objetivos recebidos das funções acima mencionadas garantem que o processo ALM&SAA é consistente com os processos do quadro de apetite ao risco, planeamento estratégico e afetação de capital.

Em paralelo a Companhia estabelece os limites de riscos de mercado, crédito e liquidez para a Companhia. O processo de determinação dos limites do risco operacional é descrito nas Orientações de Risco, na Orientação de Investimentos e na Orientação de Monitorização de Limites de Risco de Liquidez. Os limites operacionais são expressos através de métricas diretamente relacionadas com as operações diárias e abordam uma variedade de dimensões do risco de investimento, não limitadas às que têm um impacto direto no requisito de capital de solvência, incluindo a classe de ativo de investimento, contraparte, notação de crédito, concentração e liquidez. As orientações acima referidas também definem os processos de monitorização e sistema de reporte desencadeado quando os limites são quebrados.

Adicionalmente, o Grupo centralizou a gestão e monitorização de classes de ativos específicas tais como: (i) *Private equity*; (ii) *Alternative Fixed Income*, (iii) *Hedge Funds*, (iv) *Private Debt*, (v) Produtos derivados e estruturados:

- O tipo de investimentos é sujeito a uma rigorosa *due diligence* que visa avaliar a qualidade dos investimentos, o nível de risco relacionado com o investimento, a sua consistência com a SAA aprovada;
- A extensão e o rigor da análise podem variar de acordo com os critérios, tais como a estrutura investimento sob avaliação, volume de investimentos e quadro regulamentar;
- A avaliação também se destina a assegurar que não existem conflitos de interesses explícitos ou potenciais que possam prejudicar o cumprimento das necessidades da Companhia;
- São estabelecidos outros limites específicos para investimentos dentro das orientações de risco.

A função CIO está encarregue de assegurar o reporte de investimento adequado para o Conselho de Administração e o Comité de Gestão Executivo, assim como para a Entidade Reguladora. A área CFO executa atividades de reporte sobre o cumprimento dos objetivos que foram estabelecidos como parte do Plano Estratégico, também em relação aos investimentos. A função CRO executa os controlos de segundo nível, incluindo os controlos de limites, sobre as atividades de investimento e fornece ao Conselho de Administração, Comité de Risco e Controlo Interno e à casa-mãe relatórios periódicos para os controlos de limites. Adicionalmente, quando necessário, fornece ao Comité de Risco e Controlo Interno, ao Conselho de Administração e à casa-mãe relatórios *ad hoc* numa base caso a caso no que respeita a assuntos específicos relacionados com riscos de investimentos.

### B.3.6 INTEGRAÇÃO DO RISCO NO PROCESSO DE GESTÃO DE CAPITAL

A gestão de capital e a gestão de riscos são processos fortemente integrados. Esta integração é considerada essencial para garantir o alinhamento entre as estratégias comerciais e a de risco.

Através do processo ORSA, a projeção da posição de capital e a avaliação de perfil de riscos prospetiva contribuem para os processos planeamento estratégico e gestão de capital.

O relatório ORSA também utiliza o plano de gestão de capital para verificar a adequação, incluindo a qualidade, dos fundos próprios elegíveis para cobrir as necessidades de solvência globais, com base nos pressupostos do plano.

Para garantir o alinhamento permanente das estratégias de risco e de negócio, a gestão de riscos apoia ativamente o processo de planeamento estratégico e participa em todas as reuniões relevantes. Isto inclui também pontos de contacto regulares com a casa-mãe, para discutir estratégias e iniciativas a implementar e monitorizar o desempenho do negócio, com uma focalização no risco e capital.

## B.4 SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Sistema de Controlo Interno tem como objetivo fornecer à gestão razoável segurança de que a Companhia está a funcionar de forma adequada e para suportar a concretização dos objetivos estratégicos e de negócio.

Sistema de controlo interno e de gestão de riscos			
Ambiente de controlo interno	Atividades de controlo interno	Sensibilização	Monitorização e reporte
<i>Tone at the top</i>	Atribuição de responsabilidades	Conhecimento do papel desempenhado no SCIGR	Informação ao Órgão de Administração e gestão de topo e às funções-chave
Integridade	Segregação de deveres	Conhecimento das normas aplicáveis	
<i>Fit &amp; Proper</i>	Coordenação de atividades	Conhecimento da informação necessária ao desempenho das tarefas	
Remuneração	Identificação e avaliação dos riscos Procedimentos contabilísticos e de reporte financeiro		

### B.4.1 PROCEDIMENTOS-CHAVE INCLUÍDOS NO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Como parte do Grupo Generali, a Companhia considera como requisitos mínimos para o estabelecimento de um adequado sistema de controlo interno os aspetos abaixo enunciados:

- Ambiente de controlo interno;
- Atividades de controlo interno;
- Sensibilização;
- Monitorização e reporte.

#### AMBIENTE DE CONTROLO INTERNO

A Generali Seguros implementou um ambiente de controlo interno, que é a base para todos os outros componentes do controlo interno, na medida em que proporciona disciplina e estrutura.

O ambiente de controlo interno dá o tom da organização, influencia e fortalece a consciência de controlo dos colaboradores da Generali Seguros, porque baseando-se em princípios de ética e de integridade, permite o desenvolvimento de competências e a melhoria de comunicação entre áreas.

Com efeito, um ambiente de controlo interno com definição de funções, e atribuição de responsabilidades, permite que os colaboradores da Generali Seguros, conheçam não só a estratégia, mas também a filosofia e estilo operacional de gestão.

## LIDERANÇA PELO EXEMPLO

O *Tone at the top* é um dos componentes chave do ambiente de controlo: o Conselho de Administração, e todos os níveis de gestão, devem liderar pelo exemplo devendo-se comprometer com uma atitude de abertura, honestidade, integridade e com um comportamento ético.

Estes devem atuar como modelo e promover uma cultura baseada nos Valores do Grupo, comportamentos éticos em conformidade com a legislação, Políticas e *Guidelines* do Grupo Generali.

## INTEGRIDADE

Um alto nível de integridade é uma parte essencial do ambiente de controlo. É importante que o Conselho de Administração, e todos os níveis de gestão, promovam e apoiem as iniciativas de fomento/implementação dos Valores do Grupo Generali, do Código de Conduta do Grupo no âmbito legislativo/regulatório em que atuam.

A formação sobre *compliance* e ética deve ser considerada obrigatória para todos colaboradores.

Deve ser promovido, e facilitado o acesso, aos canais disponíveis para reporte de condutas consideradas inadequadas ou inconsistentes com a legislação em vigor, os regulamentos externos e internos e com o Código de Conduta do Grupo Generali.

Com efeito, sendo igualmente de grande importância todas as componentes do Código de Conduta do Grupo Generali, a Generali Seguros implementou um mecanismo de suporte à denúncia de problemas e de condutas incorretas e de um modo geral de violações do Código de Conduta. A informação sobre os canais para reporte de condutas incorretas, incluindo a linha de apoio do Grupo Generali, está disponível nos websites da Generali Seguros e nos seus Portais dedicados.

## ATIVIDADES DE CONTROLO INTERNO

A Generali Seguros deve estabelecer atividades de controlo adequadas. As atividades de controlo devem ser configuradas em toda a organização, a todos os níveis e em todas as funções de negócios, e podem visar: aprovações, autorizações, verificações, reconciliações, revisões do desempenho operacional e segurança dos ativos.

As atividades de controlo devem ser adequadas aos riscos decorrentes das atividades e processos a serem controlados. É essencial a documentação dos processos e o mapeamento dos mecanismos de controlo relacionados, bem como o desenvolvimento de atividades de monitorização.

Os deveres e responsabilidades devem ser claramente atribuídos, segregados e coordenados. Deve existir uma descrição de tarefas e de responsabilidades. Deve ser promovida a cooperação, e comunicação entre os colaboradores da Generali Seguros.

Os controlos internos devem considerar a identificação e gestão de potenciais conflitos de interesses entre áreas, e podem ainda incluir:

- a) Solvência II, proteção de dados, proteção ao cliente, combate ao branqueamento de capitais, financiamento contra o terrorismo, sanções internacionais e requisitos de transações de partes relacionadas;
- b) Controlos de segurança apropriados;
- c) Controlos de acesso a *hardware*, sistemas e dados, manutenção de integridade dos registos e informações.

Os mecanismos de controlo interno do Grupo devem incluir pelo menos o seguinte:

- a) Mecanismos adequados para identificar e medir todos os riscos materiais incorridos, e relacionar adequadamente os fundos próprios elegíveis aos riscos;
- b) Relatórios sólidos e procedimentos de monitorização e gestão das transações intra-grupo e concentração de risco.

A Generali Seguros deve desenvolver e implementar todas as medidas razoáveis para garantir a continuidade e a regularidade no desempenho das suas atividades, e prever as mesmas no correspondente plano de contingência. O plano de contingência deve ser revisto, atualizado e testado regularmente.

## SENSIBILIZAÇÃO

A Generali Seguros deve garantir que todos os colaboradores estejam conscientes do seu papel no sistema de controlo interno, das regras internas e externas, responsabilidades na gestão dos riscos bem como de outras informações adequadas/necessárias para o bom cumprimento da sua função.

A consciência dos riscos incorporados nas suas atividades diárias é essencial pelo que uma cooperação eficaz, a divulgação de relatórios internos e a comunicação de informações devem ser asseguradas a todos os colaboradores pelo Comité de Gestão Executivo e Funções-Chave da Generali Seguros.

O dever de conhecimento e de cumprimento dos requisitos regulamentares internos e externos relevantes, bem como o dever de estar atento e de auxiliar na mitigação dos riscos, deve ser parte integrante do mandato de cada colaborador.

## MONITORIZAÇÃO E REPORTE

A Generali Seguros deve monitorizar, e elaborar os correspondentes relatórios, por forma a garantir que a qualidade do desempenho do sistema de controlo interno seja avaliada ao longo do tempo.

Os mecanismos de monitorização e de reporte do sistema de controlo interno devem prever um processo de comunicação rápido e eficaz ao Comité de Gestão Executivo e ao Conselho de Administração, relativamente às informações relevantes que permitam uma decisão rápida.

Como tal, os relatórios de reporte devem ser oportunos, precisos, completos e incluir as sugestões de melhorias que devem ser incentivadas. Os processos de monitorização devem incluir atividades regulares de gestão e supervisão de outras ações que os colaboradores devam prosseguir no desempenho das suas funções.

### B.4.2 ATIVIDADES EXECUTADAS PARA VERIFICAR O COMPLIANCE REGULAMENTAR

O processo de identificação de riscos destina-se a identificar as obrigações de *compliance* aplicáveis à organização. A função *Compliance* assegura que estão implementados os processos adequados para a identificação das principais obrigações de *compliance* e os relevantes *risk owners*.

Uma das atividades executadas (assegurada pela função de *General Counsel*) é a pesquisa semanal das alterações relevantes no ambiente regulamentar. Esta atividade é executada através da pesquisa nos meios existentes para publicação de novas regulamentações (Jornal Oficial, publicações da Autoridade de Supervisão, Sistema de Regulamento Interno do Grupo, etc.), assim como pela receção de atualizações sobre legislação/regulamentação futura. É feita uma triagem de acordo com a relevância e, se pertinente, é feita uma comunicação para os departamentos internos que possam ser abrangidos.

Adicionalmente, as atividades de identificação são efetuadas através da construção de uma base de dados de requisitos legais numa ferramenta especializada. Esta base de dados recolhe os requisitos aplicáveis e será utilizada em atividades de avaliação futuras, de acordo com a metodologia de avaliação de riscos em desenvolvimento pelo Grupo Generali.

A Companhia implementou uma metodologia de avaliação de risco, que visa estimar as perdas potenciais que podem ser incorridas pela mesma se ocorrer a materialização de um conjunto de riscos pré-identificados.

Esta estimativa de perdas potenciais é confrontada com a qualidade dos controlos internos existentes, produzindo um resultado qualitativo de risco residual. De acordo com os resultados obtidos, é realizada a priorização das atividades de controlo e ações corretivas/de mitigação.

A política do Sistema de Gestão de *Compliance* (*Compliance Management System Policy*) do Grupo Generali foi elaborada de forma alinhada ao cenário acima descrito, com o objetivo de consubstanciar um guia para o *compliance* em todo o Grupo. A política visa fornecer orientação para o estabelecimento, desenvolvimento, implementação, avaliação, manutenção e melhoria do Sistema de Gestão de *Compliance* eficaz dentro do Grupo.

A política do Sistema de Gestão de *Compliance* (*Compliance Management System Policy*) do Grupo Generali é aprovada pelo Conselho de Administração da Assicurazioni Generali S.p.A. por proposta do *Group Compliance Officer* do Grupo Generali. Esta Política é revista com frequência, pelo menos, anual ou sempre que ocorram alterações legislativas com impacto. O *Group Compliance Officer* é o responsável pela Função e foi mandatado pelo Conselho de Administração da Assicurazioni Generali S.p.A. para aprovar alterações menores à Política.

A função de *Compliance* local da Generali Seguros, sempre que é feita uma revisão à Política do Sistema de Gestão de *Compliance* do Grupo Generali ("*Compliance Management System Policy*"), inicia o processo para a sua transposição, analisa a compatibilidade entre a Política de *Compliance* e a regulamentação local e solicita isenções ou dispensas em caso de conflito, antes de submeter a política à aprovação do Conselho de Administração da Companhia. A última versão da Política do Sistema de Gestão de *Compliance* do Grupo Generali ("*Compliance Management System Policy*") foi aprovada pelo Conselho de Administração da Generali Seguros no dia 02/12/2021.

Igualmente o *Compliance Officer* da Generali local foi mandatado pelo Conselho de Administração da Generali Seguros para aprovar alterações menores à Política, de acordo com as regras estabelecidas na Política de GIRS (*Group Internal Regulation System*) de Grupo.

### B.4.3 PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

As responsabilidades em matéria de sistema de governo e sistema de controlo interno são aquelas que se encontram estabelecidas para cada função (Órgãos de Administração, Gestão e Fiscalização e 3 linhas de defesa: funções-chave) na *Group Directives on the System of Governance Policy*, aqui apresentadas de forma resumida:

#### A – Órgão de Administração, Gestão e Fiscalização

O Órgão de Administração é o responsável final pelo sistema de governo e deve garantir que o sistema de governo, o sistema de controlo interno e o sistema de gestão de riscos são consistentes e estão permanentemente em cumprimento com a legislação em vigor e regulamentos internos e externos aplicáveis, incluindo as adotadas ao abrigo da Diretiva de Solvência II para a área de seguros e resseguros.

As principais responsabilidades do Órgão de Administração, entre várias outras, são:

- Aprovar a estrutura organizacional da Companhia;
- Estabelecer as funções de controlo;
- Aprovar o sistema de delegação de poderes, competências e responsabilidade;
- Aprovar o Relatório ORSA;
- Receber reportes regulares sobre os controlos internos.

## **B – Comité de Risco e Controlo Interno**

O comité de risco e controlo interno tem a sua tipologia, responsabilidades e periodicidade estabelecidas em documento interno aprovado pelo Órgão de Administração.

As suas responsabilidades passam sobretudo por:

- Apoiar o Órgão de Administração;
- Aconselhar e propor a criação ou revisão de regulamentação interna associadas ao sistema de controlo interno;
- Verificação da adequação dos controlos periódicos, da eficácia dos controlos e identificação e gestão dos principais riscos.

## **C – Comissão (Comité) de Remunerações**

As responsabilidades deste Comité incluem:

- Apoiar o Órgão de Administração na criação da política de remuneração da empresa;
- Acompanhar as decisões sobre remuneração;
- Rever regularmente a política de remuneração para garantir que permanece atualizada;
- Identificar potenciais conflitos de interesse e as medidas tomadas para a sua resolução;
- Avaliar, anualmente, a Política de Remuneração com base no Relatório de Avaliação da Política de Remuneração interno independente realizado pelas funções-chave da Companhia em articulação entre si;
- Prestar informação adequada ao Órgão de Administração sobre a performance da política de remuneração.

## **D – CEO, CGE e Direção de Topo**

### **CEO (CHIEF EXECUTIVE OFFICER)**

O Órgão de Administração nomeia o CEO (*Chief Executive Officer*) e define as suas responsabilidades.

O CEO é responsável pela implementação, manutenção e monitorização do sistema de controlo interno e sistema de gestão de riscos, incluindo riscos decorrentes do não cumprimento de legislação e regulamentos.

As principais responsabilidades do CEO, entre outras, são:

- Implementar as instruções do Órgão de Administração sobre as medidas a serem adotadas para a resolução de problemas e melhorias do sistema de controlo interno e gestão de riscos;
- Implementar regulamentação interna necessária;
- Supervisionar a adequação global da estrutura organizacional e do sistema de governo;
- Assegurar que o Órgão de Administração é periodicamente informado sobre a eficácia e adequação do sistema de governo e situações críticas significativas.

### **DIREÇÃO DE TOPO E CGE**

Apoiam o CEO no desempenho das suas funções.

## **E – Responsável pela preparação das demonstrações financeiras (“Dirigente Preposto”)**

Este papel é atribuído pelo Órgão de Administração ao CFO.

No âmbito do sistema de controlo interno, as responsabilidades do CFO são, entre outras:

- Propor alterações ao sistema de controlo interno, ao nível local ou de Grupo, sempre que necessário para cumprir os requisitos regulamentares;
- Informar periodicamente os órgãos competentes sobre a eficácia e adequação do sistema de controlo interno relativamente ao reporte financeiro;
- Trocar informação sobre o sistema de controlo interno quando entender ser necessário ao desempenho das atividades nesta matéria.



## F – Linhas de Defesa

### 1.ª LINHA – RESPONSÁVEIS PELO RISCO

Os Responsáveis das áreas operacionais (*risk owners*) têm, entre outras, as responsabilidades de:

- Assumir a responsabilidade direta pela gestão de riscos e pela implementação de medidas de controlo adequadas;
- Fornecer ao Órgão de Administração as recomendações, propostas e informações necessárias para este definir as políticas, métodos e ferramentas de gestão e controlo dos riscos da sua responsabilidade e acompanhar a sua implementação e garantir sua adequação ao longo do tempo;
- Assegurar que a área operacional que lideram cumpre os objetivos e políticas, implementar ações corretivas de acordo com a sua autonomia, enquanto que, em nível hierárquico superior, apresentam recomendações ou propostas específicas à alta direção;
- Assegurar que a área operacional que lideram é responsável por identificar, avaliar e mitigar, por meio de controlos adequados e formação adequada, os riscos integrados nos processos relevantes dessa área.

### 2.ª LINHA DE DEFESA – FUNÇÕES-CHAVE

#### Responsabilidades comuns

Os responsáveis das funções-chave não devem ser responsáveis por áreas operacionais.

No âmbito do sistema de controlo interno têm as responsabilidades comuns:

- Independência – manter a responsabilidade de tomar as decisões de forma independente;
- Reporte – relatar resultados, preocupações e sugestões ao Órgão de Administração sem quaisquer restrições;
- Reuniões de CRCI – participar nas reuniões do comité de risco e controlo interno;
- Plano de Atividades anual – apresentar ao Órgão de Administração, anualmente, para aprovação, um plano de atividades onde identificam as atividades e os controlos a efetuar tendo em conta os riscos a que a Companhia está exposta;
- Relatório anual – apresentar ao Órgão de Administração, pelo menos anualmente e sempre que necessário, um relatório que descreva, em coerência com o plano de atividade, as atividades e os controlos realizados, as suas avaliações, os resultados das referidas atividades e controlos, as fragilidades identificadas e as suas recomendações, o estado e o cronograma das ações mitigadoras;
- Interação e coordenação – Interagir e coordenar eficazmente entre si no sentido de aumentar a eficácia de seu papel no apoio ao Órgão de Administração e na manutenção de uma visão clara e integrada da exposição da Companhia ao risco. Neste contexto, as Funções-Chave atuam de acordo com um quadro claro de interação, baseado nos pilares que se encontram estabelecidos.

#### Responsabilidades Específicas

No âmbito do sistema de controlo interno têm as responsabilidades específicas:

#### FUNÇÃO ATUARIAL

Cumprindo as disposições de Solvência II, e de acordo com a política interna que define a sua estrutura, a função atuarial tem a responsabilidade de:

- Coordenar o cálculo das provisões técnicas: (i) monitorizar os procedimentos e as metodologias de cálculo identificando eventuais inconsistências com os requisitos regulatórios, sugerindo ações corretivas quando adequado; (ii) explicar qualquer efeito significativo produzido no valor das provisões técnicas decorrente de alterações de dados, metodologias ou premissas;
- Assegurar a adequação das metodologias e modelos subjacentes utilizados, bem como dos pressupostos assumidos no cálculo das provisões técnicas;
- Avaliar a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas, em particular no que se refere à consistência dos dados utilizados para o cálculo das provisões técnicas com as disposições regulamentares sobre padrões de qualidade de dados reportando qualquer avaliação ao Órgão de Administração;
- Comparar as melhores estimativas (*Best Estimates*) com a experiência; reportar ao Órgão de Administração qualquer incompatibilidade significativa entre a experiência e as melhores estimativas, identificando as causas relevantes e, quando necessário, propondo mudanças nas premissas ou no modelo para melhorar o cálculo da melhor estimativa;
- Informar o Órgão de Administração sobre a fiabilidade e adequação do cálculo das provisões técnicas;
- Fiscalizar o cálculo das provisões técnicas, nos casos em que não haja dados suficientes ou qualidade adequada para a aplicação de método atuarial confiável;
- Dar opinião sobre políticas de subscrição implementadas;
- Dar opinião sobre a adequação dos contratos de resseguro;
- Contribuir para a implementação efetiva do sistema de gestão de riscos.

#### FUNÇÃO COMPLIANCE E AML

De acordo com a política interna que define a sua estrutura, a Função de *Compliance* tem a responsabilidade principal de avaliar se a organização e os procedimentos internos são adequados para a gestão do risco evitando que a Companhia incorra em multas administrativas ou judiciais, sofra perdas económicas ou danos reputacionais por motivo do não cumprimento de leis, regulamentos, outras diretivas, emitidos por autoridades de supervisão, regulamentação interna ou risco de *compliance*, decorrente de alterações desfavoráveis na legislação ou orientações judiciais.

Para cumprir esta sua responsabilidade, deve:

- Identificar, a todo o tempo, os requisitos regulamentares aplicáveis, avaliando os seus impactos nos processos e procedimentos, apoiando e aconselhando o Órgão de Administração e as demais funções nas matérias que envolvam o risco de *compliance*, nomeadamente na conceção dos produtos;
- Avaliar a adequação e eficácia das medidas organizacionais adotadas para mitigar o risco de *compliance* e sugerir medidas para aumentar a capacidade do Sistema de Gestão de *Compliance* para mitigar o risco de *compliance*;
- Avaliar a efetiva implementação das medidas sugeridas;
- Elaborar relatórios adequados para o Órgão de Administração e demais funções competentes.

No âmbito específico da função de prevenção de branqueamento de capitais (AML), atribuída à Função de *Compliance*, as suas responsabilidades são fundamentalmente:

- Cooperar com as restantes funções-chave para promover e apoiar o estabelecimento de um sistema de controlo interno robusto;
- Observar os princípios da *Anti-Money Laundering & Counter-Terrorism Financing Group Policy*, que estabelece a estrutura pela qual a Companhia gere os riscos de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, assegurando que é divulgada na Companhia e conhecida pelos responsáveis pelo risco e funções-chave.

## FUNÇÃO GESTÃO DE RISCOS

De acordo com a política interna que define a sua estrutura, a função de risco tem a responsabilidade de:

- Contribuir para a definição dos limites operacionais atribuídos às unidades operacionais e definição dos procedimentos para o acompanhamento tempestivo da sua implementação;
- Validar os fluxos de informação necessários para garantir o controlo imediato à exposição aos riscos e a identificação de anomalias nas operações;
- Contribuir para a definição da política ORSA, das metodologias e hipóteses para as avaliações, destacar para o Órgão de Administração os riscos significativos não incluídos no relatório ORSA;
- Elaborar relatórios para os Órgãos de Administração e para os Responsáveis pelo Risco (unidades operacionais) sobre a evolução da estrutura de risco e sobre as violações dos limites operacionais;
- Avaliar a coerência dos modelos de mensuração de risco com os órgãos competentes locais e do Grupo e contribuir para a análise de cenários e testes de *stress*;
- Avaliar a consistência contínua do modelo de risco interno com os órgãos competentes locais e do Grupo;
- Monitorizar a implementação das políticas de gestão de riscos e o perfil de risco do Grupo.

## FUNÇÃO AUDITORIA INTERNA

De acordo com a política interna que define a sua estrutura, a Função de Auditoria Interna tem a responsabilidade principal de avaliar a adequação e eficácia do sistema de controlo interno da Companhia, prestando também apoio e aconselhamento.

A função de auditoria interna atua de acordo com as normas internacionais relevantes e avalia:

- A correção dos processos de negócios e a eficácia e eficiência dos procedimentos organizacionais;
- A regularidade e funcionalidade dos fluxos de informação entre as áreas corporativas;
- A adequação e fiabilidade dos sistemas de informação de forma a salvaguardar a qualidade da informação em que assentam as decisões da empresa;
- A adequação dos processos administrativos e contabilísticos e sua conformidade com normas de contabilidade;
- A eficácia dos controlos realizados nas atividades subcontratadas.

## B.4.4 FUNÇÃO DE COMPLIANCE

O Grupo Generali considera a integridade e o cumprimento dos regulamentos externos e internos uma parte essencial da cultura de toda a sua organização e uma vantagem competitiva na realização de negócios.

Por esse motivo, são atribuições da função de *Compliance*:

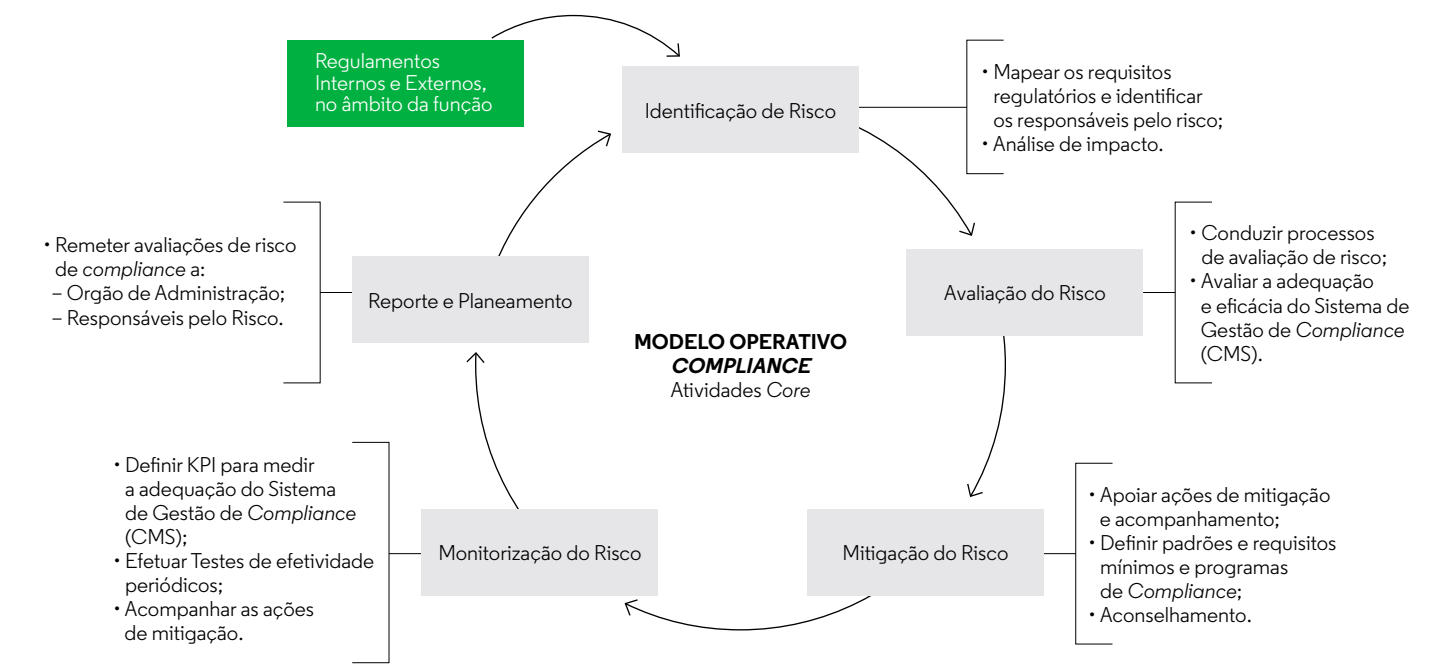
- Proteger o Grupo contra perdas e danos, melhorando a forma como os negócios são realizados;
- Proteger a marca e fortalecer o relacionamento da Companhia com todas os seus *stakeholders* (clientes, funcionários, acionistas, reguladores, fornecedores).

Na Generali Seguros, a Função de *Compliance* está materializada na Direção de *Compliance* e DPO que depende hierarquicamente do Conselho de Administração da Generali Seguros, funcionalmente (*dotted line*) do seu CEO e, em linha com o modelo de governo do Grupo Generali, reporta também diretamente ao responsável pela função na unidade de negócio internacional.

O Responsável pela função de *Compliance* (*Compliance Officer*) – e simultaneamente pela função de AML Officer (prevenção do branqueamento de capitais) – é nomeado pelo Conselho de Administração.

A Direção de *Compliance* e DPO desempenha a função-chave de *Compliance* que se situa, no modelo das três linhas de defesa, na segunda linha de defesa, sendo, por essa razão, uma função de controlo.

A Função de *Compliance* atua de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis, com as orientações fornecidas pelo Órgão de Administração e com o Modelo Operacional de *Compliance* que prevê os cinco processos principais seguintes:



A Missão da função de *Compliance* é avaliar a adequação da organização e dos procedimentos internos à Gestão do Risco de *Compliance*.

Para cumprir com a sua missão a função de *Compliance* tem como principais responsabilidades:

- Identificar continuamente os requisitos regulamentares aplicáveis, avaliando os seus impactos nos processos e procedimentos, suportando e aconselhando os órgãos sociais e as outras funções nos temas relacionados com o Risco de *Compliance*, em especial no desenho de produtos;
- Avaliar a adequação e a eficácia das medidas organizativas adotadas para mitigar o Risco de *Compliance* e sugerir medidas para aumentar a capacidade do Sistema de Gestão de *Compliance* a mitigar o Risco de *Compliance*;
- Avaliar a efetiva implementação das medidas sugeridas;
- Elaborar reportes adequados para os órgãos sociais e para as outras funções relevantes.

A função de *Compliance* exerce a sua função com independência e autoridade, sendo-lhe, para o efeito, atribuído acesso irrestrito a toda a informação, dados, registos e sistemas da Companhia que considere pertinentes para o exercício da sua função, bem como os recursos necessários para o efeito.

A *Compliance Management System Policy (Compliance Policy)* define o âmbito de atuação e responsabilidades atribuídas à função de *Compliance*. A Política deve ser revista pelo menos uma vez por ano para incluir desenvolvimentos na legislação, mercado e/ou melhores práticas, estratégia e organização do Grupo. A aprovação da Política local é da competência do Conselho de Administração da Generali Seguros sob proposta do Responsável pelo *Compliance (Compliance Officer)*.

As principais linhas de atividade levadas a cabo pela função de *Compliance* em cada ano civil são definidas no Plano Anual de *Compliance*, o qual é aprovado pelo Órgão de Administração.

Sem prejuízo da realização do reporte imediato de situações com carácter excecional, as atividades desenvolvidas pela função de *Compliance* são objeto de um reporte ao Conselho de Administração, CEO e função de *Compliance* do Grupo, com uma periodicidade mínima semestral.

A função de *Compliance* reporta ainda diretamente ao Conselho de Administração com uma base anual as verificações de *compliance* que realiza, de forma a garantir a independência e autoridade inerentes à sua função. O relatório anual de *Compliance* contém no mínimo o resultado dos controlos efetuados, bem como advertências e recomendações de modo a assegurar um cada vez maior nível de cumprimento na Companhia.

O relatório anual de *Compliance* é ainda remetido à apreciação das restantes funções-chave da Companhia, Auditoria Interna, Risco e Atuarial.

## B.5 FUNÇÃO DE AUDITORIA INTERNA

Na Generali Seguros, S.A., as atividades de auditoria interna são realizadas pela Auditoria Interna em linha com as regras organizacionais definidas na Política de Auditoria do Grupo aprovada pelo Conselho de Administração da Assicurazioni Generali S.p.A. (casa-mãe do Grupo Generali) e na Política de Auditoria Local aprovada pelo Conselho de Administração.

A Auditoria Interna é uma função independente e objetiva estabelecida pelo Conselho de Administração com o objetivo de verificar e avaliar a adequação, eficácia e eficiência do sistema de controlo interno e de todos os outros elementos do sistema de governo, por meio de atividades de avaliação e assessoria para benefício do Conselho de Administração, Gestão de Topo e outras partes interessadas.

A Função de Auditoria Interna suporta o Conselho de Administração na identificação de estratégias e linhas orientadoras para o controlo interno e gestão do risco, assegurando que estas são apropriadas e válidas ao longo do tempo e disponibiliza ao Conselho de Administração análises, avaliações, recomendações e informação a respeito das atividades revistas.

De acordo com a Política de Auditoria do Grupo, tendo por base um modelo de reporte de linha sólida, o Responsável da Auditoria Interna reporta ao Conselho de Administração e, em última instância, ao Responsável da Auditoria do Grupo, através do Responsável da Auditoria Interna da Unidade de Negócio.

O Responsável da Auditoria Interna não assume qualquer responsabilidade por qualquer outra função operacional e mantém uma relação aberta, construtiva e cooperante com reguladores, o que suporta a partilha de informação relevante para o desempenho das respetivas responsabilidades. Tal garante autonomia para atuar e independência da gestão operacional, assim como fluxos de comunicação mais eficazes. Abrange as metodologias a serem utilizadas, a estrutura organizacional a ser adotada (recrutamento, nomeação, demissão, remuneração, dimensão e orçamento em acordo com o Conselho de Administração), definição de objetivos e avaliação anual, métodos de reporte, assim como atividades de auditoria propostas a serem incluídas no Plano de Auditoria Interno a ser submetido para aprovação ao Conselho de Administração.

A Auditoria Interna é dotada dos recursos humanos, técnicos e financeiros adequados e a sua equipa possui e obtém os conhecimentos, aptidões e competências necessários para desempenhar o seu papel e missão, incluindo capacidades técnicas para realizar atividades de auditoria com o suporte de *data analytics* assim como o conhecimento para realizar atividades de auditoria em processos digitais.

A Auditoria Interna tem total, livre, ilimitado e atempado acesso a quaisquer registos da organização, bens físicos, e pessoal pertinente para conduzir qualquer atividade de auditoria, com responsabilidade estrita pela confidencialidade e salvaguardando registos e informação. O Responsável da Auditoria Interna tem acesso livre e sem restrições ao Conselho de Administração.

A Auditoria Interna atua em conformidade com as linhas orientadoras emitidas pelo Institute of Internal Auditors (ou seja, *International Professional Practices Framework – IPPF*), incluindo “*Core Principles for the Professional Practice of Internal Auditing*”, “*Definition of Internal Auditing*”, “*Code of Ethics*” e “*International Standards for the Professional Practice of Internal Auditing*”.

Todo o pessoal da Auditoria Interna cumpre com requisitos específicos de competência e idoneidade como requerido pela Política de *Fit & Proper* e evita, o máximo possível, atividades que possam criar conflitos de interesse ou serem percebidas como tal. Os auditores internos da Auditoria Interna comportam-se sempre de maneira irrepreensível, e as informações de que tenham conhecimento no desempenho de suas tarefas serão sempre mantidas em total sigilo.

A atividade da Função de Auditoria Interna permanece livre da interferência por qualquer elemento na organização, incluindo a seleção de auditorias, âmbito, procedimentos, frequência, calendarização ou conteúdo de relatórios de modo a assegurar a necessária atitude mental independente e objetiva.

Os Auditores Internos não têm responsabilidade operacional direta ou autoridade sobre qualquer uma das atividades auditadas. Portanto, não são envolvidos na organização operacional da empresa ou no desenvolvimento, introdução ou implementação de medidas organizacionais ou de controlo interno. Contudo, a necessidade de imparcialidade não exclui a possibilidade de solicitar à Função de Auditoria Interna uma opinião sobre matérias específicas relacionadas com os princípios de controlo interno a serem cumpridos.

A Auditoria Interna não é parte de nem responsável por Funções de Gestão de Riscos, *Compliance*, *Atuarial* ou *Anti-Money Laundering*. A função coopera com outras funções-chave, assim como com a Função *Anti-Money Laundering*, onde presente, e auditores externos para promover continuamente a eficiência e eficácia do sistema de controlo interno.

Pelo menos anualmente, o Responsável da Auditoria Interna propõe para aprovação ao Conselho de Administração um plano de auditoria interno para a Generali Seguros, S.A. O Plano é desenvolvido baseado na priorização do universo de auditoria usando uma metodologia baseada no risco e toma em consideração todas as atividades, o sistema de governo, os desenvolvimentos expectáveis de atividades e inovações, as estratégias da organização, os objetivos chave do negócio, os contributos da Gestão de Topo e do Conselho de Administração. Além disso, o Plano considera quaisquer fragilidades encontradas durante as auditorias já realizadas e qualquer novo risco detetado.

O Plano de Auditoria define pelo menos as atividades de auditoria, os critérios com base nos quais elas foram selecionadas, a sua calendarização assim como o orçamento e os requisitos de recursos humanos e qualquer outra informação relevante. O Responsável pela Auditoria Interna comunica ao Conselho de Administração o impacto de quaisquer limitações de recursos e alterações relevantes ocorridas durante o ano. O Conselho de Administração discute e aprova o plano conjuntamente com o orçamento e os recursos humanos necessários para o concretizar.

O Plano é revisto e ajustado numa base regular durante o ano pelo Responsável da Auditoria Interna em resposta a mudanças no negócio, riscos, operações, programas, sistemas, controlos e *findings* de auditoria da organização. Qualquer desvio significativo em relação ao plano aprovado é comunicado através do processo de reporte periódico ao Conselho de Administração e submetido para sua aprovação. Se necessário, a Auditoria Interna pode realizar auditorias que não estavam incluídas no Plano de Auditoria aprovado. Essas inclusões e os seus resultados são reportados ao Conselho de Administração na primeira oportunidade possível.

Todas as atividades de auditoria são realizadas seguindo uma metodologia consistente do Grupo (detalhada no Manual da Auditoria do Grupo), incluindo o uso da ferramenta informática de auditoria do Grupo. O âmbito da auditoria abrange, mas não é limitado à análise e avaliação da adequação e eficácia do governo, gestão de riscos e processos de controlo interno da organização em relação às metas e objetivos definidos da organização.

No seguimento da conclusão de cada atividade, um relatório escrito é preparado e emitido pela Auditoria Interna para o(s) auditado(s) e respetiva hierarquia. Tal relatório identifica a relevância dos *findings* identificados e cobre quaisquer *findings* relativos à eficácia, eficiência e adequação do sistema de controlo interno, bem como as principais deficiências em relação ao cumprimento das políticas internas, procedimentos, processos e objetivos da empresa. Inclui a proposta de ações corretivas tomadas ou a serem tomadas em relação aos *findings* identificados e os prazos propostos para a sua implementação. Embora a responsabilidade de tratar os *findings* levantados permaneça com a Gestão, a Auditoria Interna é responsável por implementar atividades de acompanhamento adequadas dos *findings* identificados e das ações corretivas correspondentes.

Baseada na sua atividade e de acordo com a metodologia do Grupo, a Auditoria Interna é responsável por reportar ao Conselho de Administração exposições ao risco relevantes e questões de controlo identificadas, incluindo riscos de fraude, problemas de governo e outros assuntos necessários ou solicitados pelo Conselho de Administração.

O Responsável da Auditoria Interna, pelo menos semestralmente, fornece ao Conselho de Administração um relatório a nível local sobre as atividades realizadas, os seus resultados, os *findings* identificados, os planos de ação para sua resolução, o seu estado e prazo para implementação. O relatório também inclui os resultados das atividades de acompanhamento, indicação das pessoas e/ou funções responsáveis pela implementação dos planos de ação, a calendarização e a eficácia das ações implementadas para resolver os *findings* inicialmente identificados. O Conselho de Administração determina que ações devem ser tomadas com respeito a cada *finding* e assegura que aquelas ações são realizadas. Contudo, no evento de qualquer situação particularmente grave que surja entre o ciclo normal de reporte, o Responsável da Auditoria Interna informará imediatamente o Conselho de Administração, a Gestão de Topo local, o Responsável da Auditoria da Unidade de Negócio e o Responsável da Auditoria do Grupo.

A Auditoria Interna desenvolve e mantém um programa de garantia da qualidade, o qual inclui avaliações internas e externas destinadas a cobrir todos os aspetos da atividade de auditoria, e um programa de melhoria contínua. Estes programas avaliam, entre outras coisas, a eficiência e eficácia das atividades realizadas, identificam as respetivas oportunidades de melhoria e aferem a conformidade da atividade de auditoria com as normas profissionais, a Política de Auditoria do Grupo, a metodologia de auditoria detalhada no Manual da Auditoria do Grupo e o Código de Ética do Institute of Internal Auditors.

## B.6 FUNÇÃO ATUARIAL

O objetivo da função Atuarial no quadro do regime Solvência II é garantir o nível apropriado de supervisão e discutir o processo utilizado pela companhia de seguros para estabelecer as Provisões Técnicas. Está sob a responsabilidade da função Atuarial garantir que o processo de estimação das Provisões Técnicas é adequado.

Por conseguinte, as principais responsabilidades e atividades da Função Atuarial local (LAF) são:

- Coordenar, validar e monitorizar o cálculo das Provisões Técnicas de Solvência II:
  - Assegurar a adequação das metodologias, modelos e pressupostos;
  - Avaliar a suficiência e qualidade dos dados;
  - Comparar o montante da melhor estimativa com a experiência;
  - Concluir sobre a adequação e fiabilidade do cálculo;
  - Identificar as fontes e grau de incerteza;
  - Divulgar pareceres relevantes;
  - Executar análises de sensibilidade.

- Informar o Conselho de Administração sobre a adequação do cálculo;
- Emitir um parecer independente sobre a suficiência e adequação das Provisões Técnicas de Solvência II;
- Emitir um parecer independente sobre a política global de subscrição:
  - Avaliar a suficiência dos prémios;
  - Avaliar a variabilidade que envolve a rentabilidade esperada e a consistência da variabilidade com o apetite ao risco;
  - Concluir sobre o risco de anti seleção;
  - Avaliar a consistência da política de subscrição com as outras políticas;
  - Avaliar a consistência dos pressupostos de subscrição com os utilizados para as provisões técnicas e o resseguro;
  - Comentar a relação entre o plano de negócios e o apetite ao risco.
- Emitir uma opinião independente sobre a adequação dos tratados de resseguro:
  - Preparar opinião sobre a adequação dos tratados de resseguro, evidenciando quaisquer salvaguardas;
  - Emitir recomendações para melhoria dos tratados de resseguro, incluindo vantagens e desvantagens de quaisquer estruturas alternativas;
  - Avaliar a consistência com o apetite ao risco, perfil de risco, política de subscrição e provisões técnicas;
  - Avaliar a qualidade de crédito das contrapartes de resseguro;
  - Avaliar a adequação do cálculo dos montantes recuperáveis dos contratos de resseguro.
- Contribuir para um sistema de gestão de riscos eficaz;
- Emitir recomendações para melhorias futuras.

## B.6.1 ORGANIZAÇÃO

A principal responsabilidade do Responsável da Função Atuarial local (HLAF) é coordenar, validar e monitorizar o processo de cálculo das Provisões Técnicas de Solvência II. Para garantir a independência entre as atividades de cálculo e validação, foram criadas duas unidades separadas, independentes e com linhas de reporte distintas:

- Unidade da Função Atuarial: com reporte direto ao *Chief Executive Officer*, Conselho de Administração e International Group Actuarial Function (IGAF);
- Unidade de Cálculo Atuarial: com reporte direto ao *Chief Financial Officer*

A Unidade de Cálculo Atuarial é responsável i) por efetuar todos cálculos relacionados com as provisões técnicas, ii) pela aplicação das metodologias, modelos e pressupostos e iii) por produzir o relatório de cálculo sobre as provisões técnicas para análise e aprovação da *Head of Local Actuarial Function* (HLAF). Qualquer parecer técnico efetuado durante o processo de cálculo deverá estar devidamente documentado e sujeito ao processo de validação e aprovação da Unidade da Função Atuarial.

A revisão e validação são realizadas pela Unidade da Função Atuarial, que é responsável i) pela implementação de um documento robusto sujeito a análise da HLAF, ii) por uma opinião independente sobre o modelo local de cálculo das provisões técnicas e/ou quaisquer alterações feitas ao modelo, assim como, iii) por assegurar que o modelo está conforme o quadro regulamentar de Solvência II, o quadro de referência de Provisões Técnicas do Grupo e validar a sua adequação local. A HLAF, também é responsável por emitir uma opinião independente sobre a política global de subscrição e adequação dos tratados de resseguro.

Por conseguinte, e apesar da sua independência, estas duas unidades trabalham em estreita colaboração, de modo a atingirem o principal objetivo das atividades da Função Atuarial: a avaliação *Fit & Proper* das Provisões Técnicas.

## B.6.2 INDEPENDÊNCIA E GESTÃO DOS CONFLITOS DE INTERESSE

A Função Atuarial é parte do modelo das três linhas de defesa implementado dentro do Grupo Generali, conforme definido pelas Diretivas sobre o Controlo Interno e o Sistema de Gestão de Riscos aprovadas pelo Conselho de Administração da Assicurazioni Generali S.p.A. sendo que a sua função-chave é monitorizar e validar, assim como avaliar a prudência, fiabilidade e objetividade da avaliação das provisões técnicas com a independência adequada que é esperada de uma linha de defesa.

Por conseguinte, além do cálculo base das Provisões Técnicas, o regime Solvência II salienta a necessidade da revisão do cálculo das Provisões Técnicas. O objetivo desta exigência é garantir que há controlos adequados implementados em redor do cálculo e da decisão final.

Podemos considerar que há três importantes etapas associadas às Provisões Técnicas:

- Coordenação;
- Cálculo;
- Validação.

Por forma a garantir a independência adequada, tal como já previamente mencionado, as atividades de cálculo e validação são efetuadas por unidades distintas com linhas de reporte diferenciadas.

## B.7 SUBCONTRATAÇÃO

A Companhia optou por desenvolver e divulgar internamente uma Política de Subcontratação, que contempla um conjunto de medidas e procedimentos consistentes com as obrigações legais aplicáveis à Subcontratação de Funções-Chave ou importantes, assim como requisitos mínimos para a contratação de outros serviços, consoante o seu nível de materialidade para a Companhia.

A Companhia considera como contratação de prestadores de serviços toda a contratação de uma prestação que não se enquadre na legislação laboral.

As Funções-Chave, nomeadamente Gestão de Riscos, Auditoria, Atuariado e *Compliance*, não estão subcontratadas pela Companhia.

Durante o ano foi feita a verificação quanto ao cumprimento dos contratos materialmente relevantes, cuja descontinuidade imprevista possa provocar:

- Um prejuízo na qualidade do sistema de governação;
- Um aumento indevido do risco operacional;
- Um prejuízo para a capacidade da ASF verificar se a Companhia cumpre os seus deveres regulamentares e legais;
- Um prejuízo para a continuidade ou qualidade dos serviços prestados aos tomadores de seguros, segurados e beneficiários.

A Generali Seguros utiliza a subcontratação como recurso para otimizar custos e maximizar a sua eficácia comercial, salvaguardando a qualidade das suas operações.

A subcontratação introduz riscos reputacionais e operacionais, que devem ser devidamente avaliados e geridos para assegurar que a sua execução corresponde aos padrões normalmente assegurados pelos processos executados internamente.

A Política de subcontratação em vigor, aprovada em fevereiro de 2021, foi elaborada de acordo com a Diretiva 2009/138/EC do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de novembro de 2009, o Regulamento Delegado (UE) 2015/35 da Comissão de 10 de outubro de 2014 que complementa a Diretiva 2009/138 e o Regulamento IVASS n.º 38, de 3 de julho de 2018.

As medidas de subcontratação de Cloud são estabelecidas para garantir o cumprimento das disposições elencadas nas Diretrizes da EIOPA para fornecimentos de serviços de Cloud em *outsourcing*.

A Política de Subcontratação visa:

- Definir globalmente padrões mínimos obrigatórios e consistentes, incluindo aqueles relacionados com o *outsourcing* de fornecedores de serviços em cloud;
- Cumprir com os requisitos regulamentares externos relevantes para a sua atividade, nomeadamente ao da ASF;
- Garantir que a Generali Seguros gere adequadamente as atividades de subcontratação ponderando oportunidades e riscos, mesmo quando se referem a acordos de subcontratação para fornecedores de serviços em cloud;
- Garantir que são estabelecidos controlos e modelos de gestão apropriados para monitorizar e garantir a supervisão adequada das atividades externalizadas para os fornecedores de serviços ou um fornecedor de serviços em cloud.

A Companhia procedeu à contratação das entidades *Milliman*, enquanto Atuário Responsável e *KPMG*, enquanto *ROC*, para a certificação da informação referente a 31 de dezembro de 2021 e reportada no âmbito do regime Solvência II.

## B.8 EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Sem informações adicionais.

C

PERFIL  
DE RISCO



# PERFIL DE RISCO

O perfil de risco da Companhia encontra-se refletido na sua aceitação e tolerância ao risco e espelha-se no seu apetite ao risco.

O SCR (Requisito de Capital de Solvência) corresponde ao nível de capital que permite a absorção de um montante significativo de perdas inesperadas, com um elevado grau de confiança, num determinado horizonte. Neste sentido, o requisito de capital de solvência deve refletir um nível de fundos próprios que permita a absorção de perdas significativas não esperadas e que dê garantias aos tomadores e aos beneficiários de seguros que a empresa cumpre as suas obrigações. A fórmula-padrão, definida pela EIOPA, garante que a maioria dos riscos quantificáveis aos quais a empresa de seguros está exposta são tidos em consideração.

O montante apurado para o requisito de capital é calculado da seguinte forma:

$$\text{SCR} = \text{BSCR} + \text{Ajust} + \text{SCROp}$$

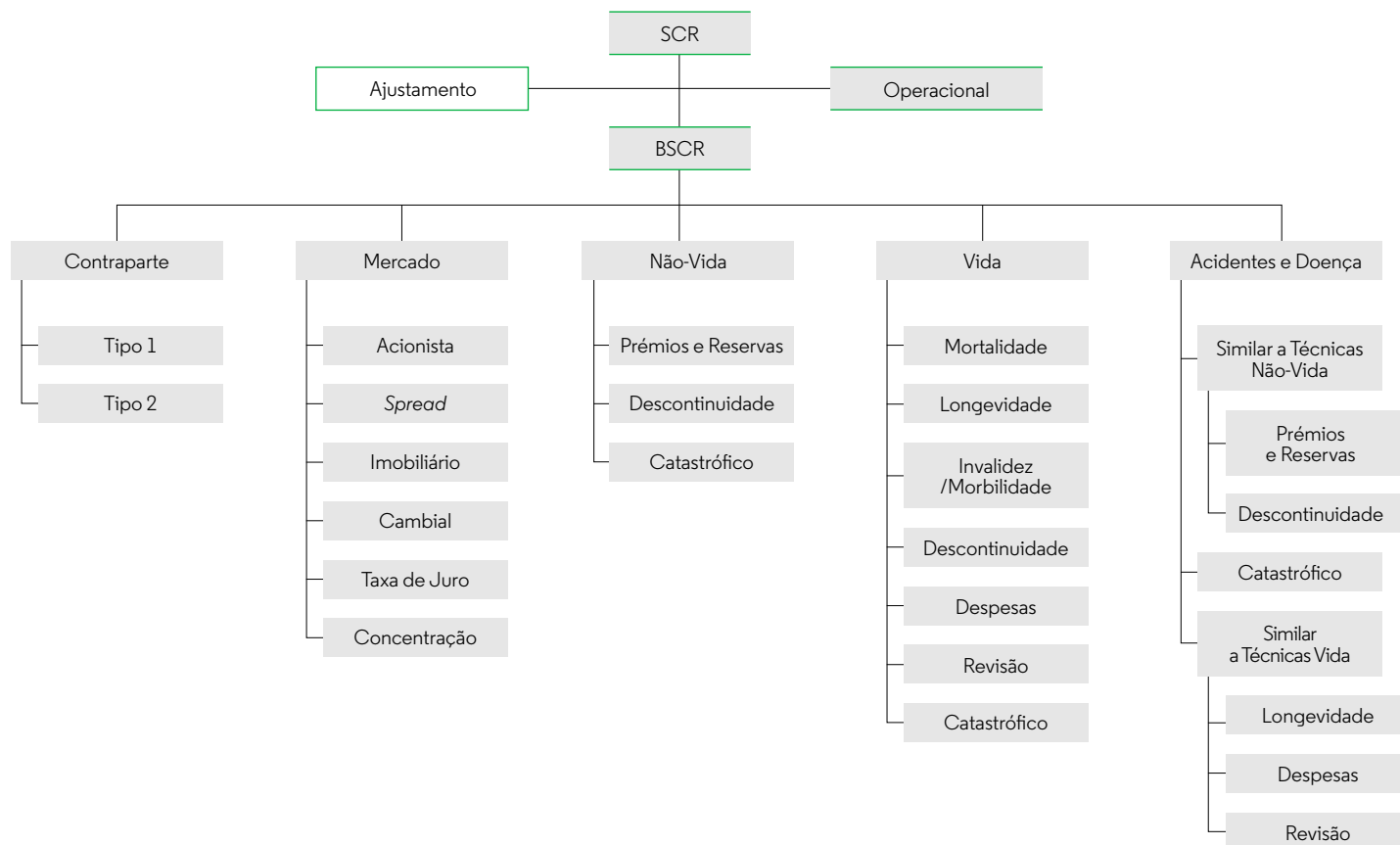
Onde:

**BSCR** – Requisito de Capital de Solvência de Base obtido através da agregação dos vários riscos individuais, mediante a utilização de matrizes de correlação.

**Ajust** – Compensação potencial de perdas inesperadas nas provisões técnicas, nos impostos diferidos ou na combinação de ambos.

**SCROp** – Corresponde ao risco de perdas resultante da falha ou inadequação nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. É determinado com base em prémios e provisões, não podendo exceder 30% do Requisito de Capital de Solvência de Base.

O SCR da Companhia assenta na estrutura seguinte modular:



Já o Requisito de Capital Mínimo (MCR) traduz-se no capital mínimo que a Companhia de seguros tem de deter, e abaixo do qual não existe estabilidade financeira.

O MCR é calculado através das seguintes variáveis:

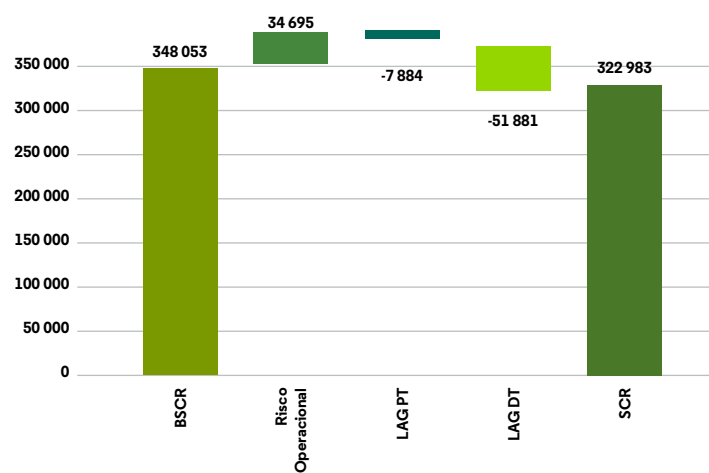
- Melhor estimativa líquida de recuperáveis de resseguro;
- Prémios emitidos líquidos de resseguro;
- Capital em risco.

O Requisito de Capital Mínimo é calculado com base nos prémios líquidos de resseguro e nos passivos atuariais, devendo o seu montante ficar situado entre 25% e 45% do SCR, não podendo ser inferior ao limite inferior absoluto (AMCR) definido legalmente.

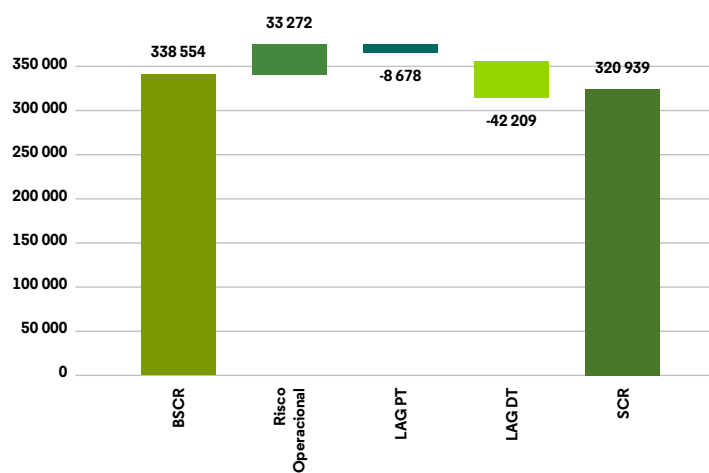
$$\text{MCR} = \max(\text{MCR combinado}; \text{AMCR})$$

A 31 de dezembro o Requisito de Capital de Solvência é o seguinte:

**ESTRUTURA SCR 2021 – GENERALI SEGUROS**  
(milhares de euros)

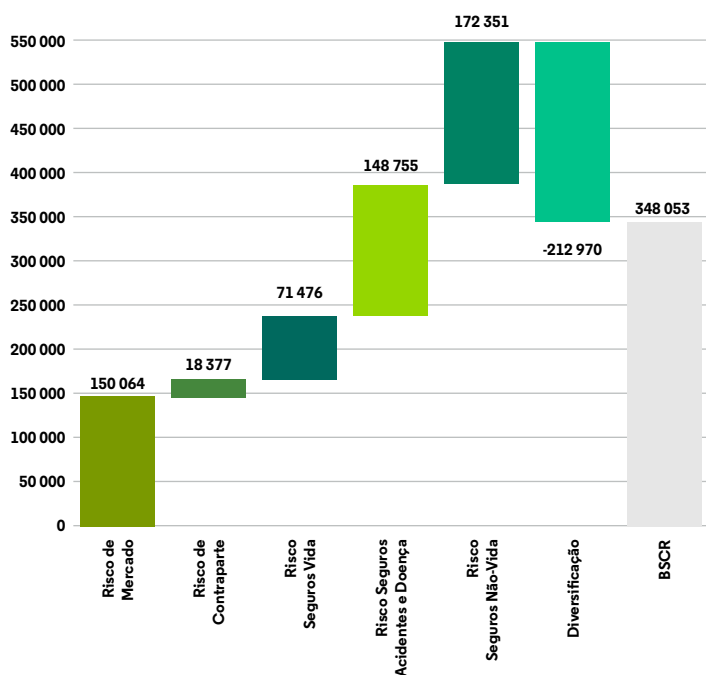


**ESTRUTURA SCR 2020 – GENERALI SEGUROS**  
(milhares de euros)

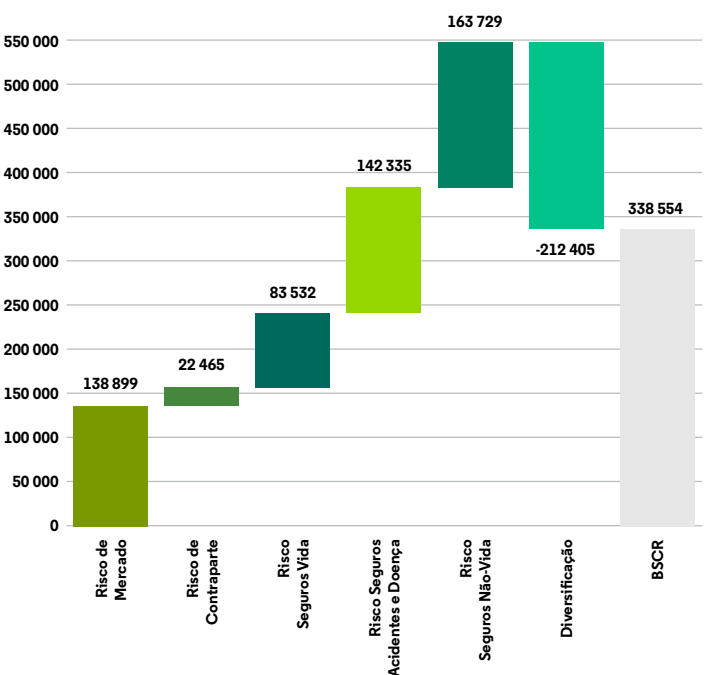


Sendo o BSCR composto pela seguinte estrutura:

**ESTRUTURA BSCR 2021 – GENERALI SEGUROS**  
(milhares de euros)



**ESTRUTURA BSCR 2020 – GENERALI SEGUROS**  
(milhares de euros)



## C.1 RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

A fórmula-padrão de cálculo do requisito de capital de solvência permite que a Companhia considere os efeitos da diversificação no que respeita a dependências intra-categorias de risco e entre estas. O montante relativo à diversificação, apurado para cada risco específico de seguros, é apresentado nos capítulos respetivos.

### C.1.1 RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS NÃO-VIDA

#### Exposição ao risco e avaliação

Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco pode ser subdividido em risco de prémios e reservas, risco de descontinuidade e risco catastrófico.

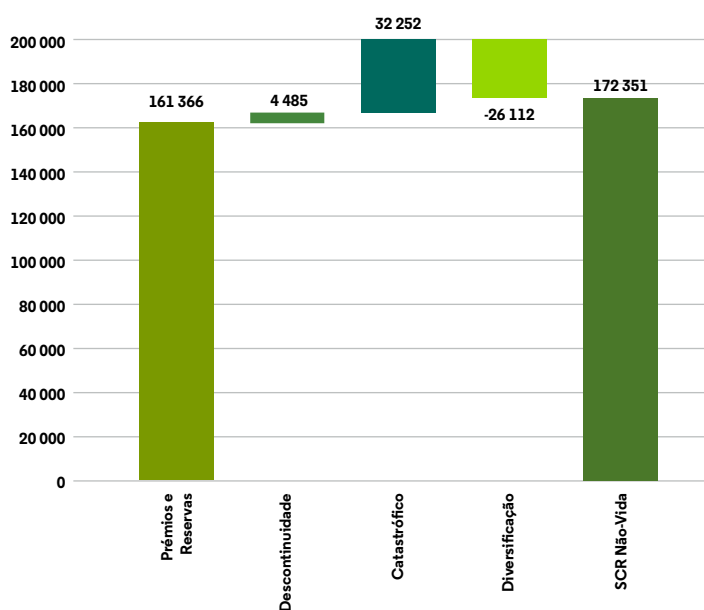
O risco de prémios e reservas corresponde ao risco decorrente de variações quanto à ocorrência, frequência e gravidade dos sinistros e ao momento de regularização dos mesmos.

O risco de descontinuidade resulta de alterações ao nível da volatilidade das taxas descontinuidade assumidas pela Companhia, rescisão ou renovações das apólices.

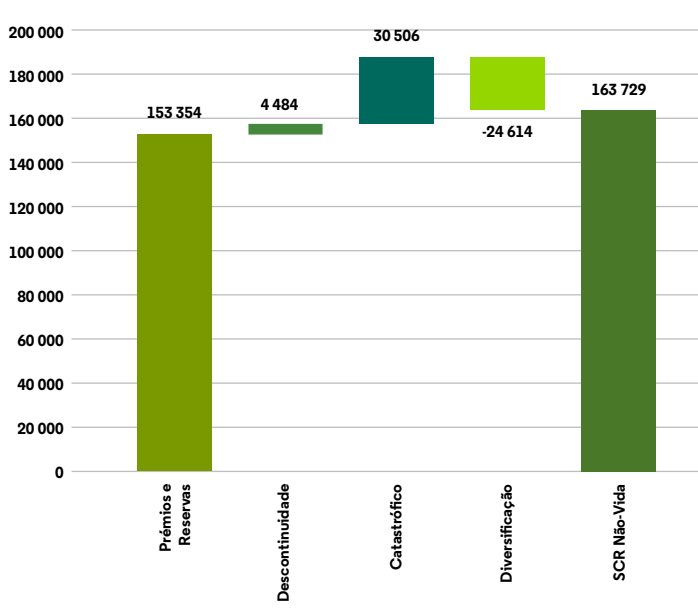
O risco catastrófico corresponde ao risco de perda resultante de uma incerteza significativa na fixação de preços e nos pressupostos de provisionamento relacionados com acontecimentos extremos ou excecionais.

A decomposição do risco de subscrição Não-Vida, em dezembro, é apresentada de seguida:

**SCR NÃO-VIDA 2021 – GENERALI SEGUROS**  
(milhares de euros)



**SCR NÃO-VIDA 2020 – GENERALI SEGUROS**  
(milhares de euros)



O detalhe do SCR com origem no risco de subscrição de Não-Vida, indica que o risco está diversificado em todas as categorias, embora o maior peso esteja no risco de prémios e reservas. O risco catastrófico suporta SCR significativo, enquanto que o risco de descontinuidade tem um peso mais marginal.

### C.1.2 RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS DE ACIDENTES E DOENÇA

Nos seguros do ramo Não-Vida classificados como Acidentes e Doença em Solvência II – Acidentes Pessoais, Saúde e Acidentes de Trabalho – os riscos são tratados da seguinte forma:

Riscos relativos a sinistros ocorridos até à data de reporte:

- Pensões de Acidentes de Trabalho e Assistência Vitalícia são considerados riscos de Acidentes e Doença avaliados com técnicas semelhantes às dos seguros de Vida e, como tal, o seu risco subdivide-se de forma análoga ao dos produtos Vida;
- Sinistros gerais de Acidentes de Trabalho e sinistros de Acidentes Pessoais e Saúde são tratados como Não-Vida e os seus riscos subdividem-se de forma análoga.

Risco relativos a negócio em vigor à data de reporte (risco de prémios e de descontinuidade): Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Saúde são tratados de forma análoga a Não-Vida.

O risco de Acidentes e Doença Semelhante a Vida aplicável às pensões de AT e Assistência Vitalícia da Companhia subdivide-se em risco de longevidade, risco de despesas e risco de revisão.

O risco de longevidade corresponde a alterações no nível, tendência ou volatilidade das taxas de mortalidade levando à sua diminuição e consequente aumento da longevidade.

O risco de despesas corresponde a alterações no nível, tendência ou volatilidade das despesas ligadas à gestão dos contratos de seguro ou resseguro.

O risco de revisão resulta de alterações no nível, tendência ou volatilidade das taxas de revisão das anuidades, devido a alterações no enquadramento legal ou no estado de saúde do segurado.

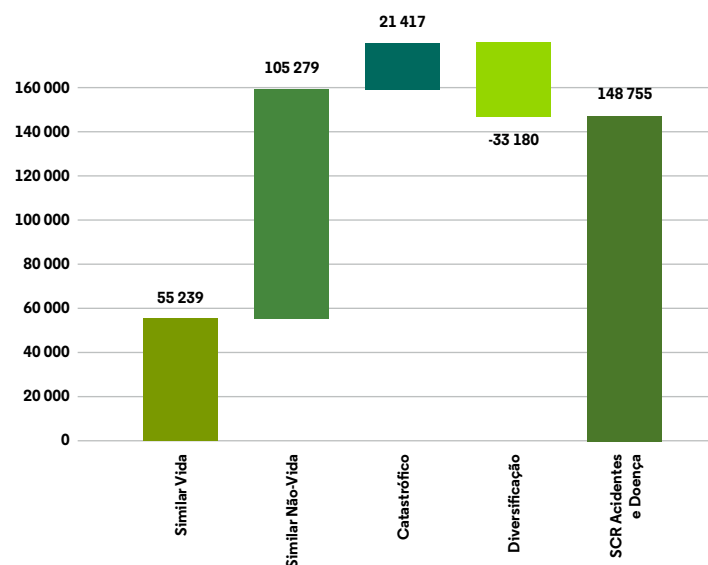
No que respeita a Acidentes e Doença semelhante a Não-Vida, pode ser aplicado o risco de prémios e reservas (variações quanto à ocorrência, frequência e gravidade dos sinistros e ao momento e montante de regularização dos mesmos) e o risco de descontinuidade (alterações no nível ou volatilidade das taxas de descontinuidade, rescisão ou renovação das apólices).

No risco de Acidentes e Doença é ainda aplicável o risco de catástrofe, que corresponde ao risco de perda resultante de uma incerteza significativa na fixação de preços e nos pressupostos de provisionamento relacionados com acontecimentos extremos ou excecionais.

A decomposição do risco de subscrição de Acidentes e Doença, em dezembro, é apresentada de seguida:

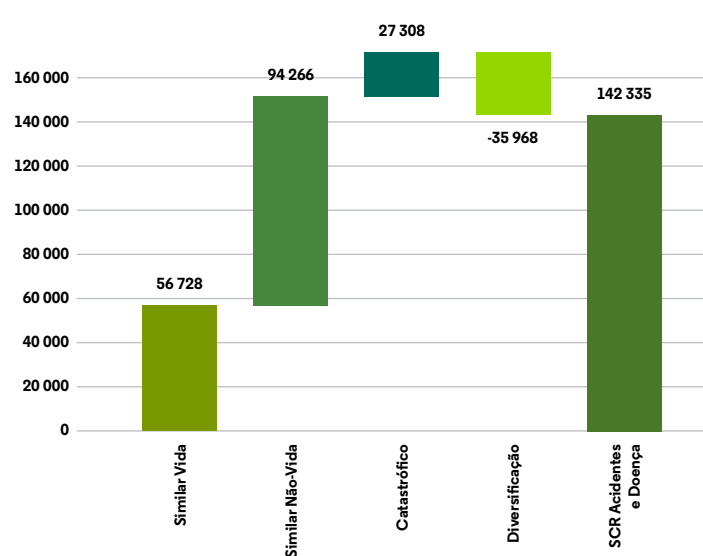
#### SCR ACIDENTES E DOENÇA 2021 – GENERALI SEGUROS

(milhares de euros)



#### SCR ACIDENTES E DOENÇA 2020 – GENERALI SEGUROS

(milhares de euros)



Com base na metodologia adotada, o detalhe do SCR com origem no risco de subscrição de Acidentes e Doença, indica que o risco está diversificado em todas as categorias, embora o maior peso esteja no risco de Acidentes e Doença com técnicas não similares a Não-Vida (NSTV). O risco de Acidentes e Doença com técnicas similares a Vida (STV) e o risco catastrófico de Acidentes e Doença, suportam SCR significativo.

### C.1.3 RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS DE VIDA

Nos seguros do ramo Vida, o risco pode ser subdividido em riscos biométricos (mortalidade, longevidade e invalidez-morbilidade), risco de despesas, risco de revisão, risco de descontinuidade e risco catastrófico.

O risco de mortalidade resulta de alterações no nível, tendência ou volatilidade das taxas de mortalidade levando ao seu aumento.

O risco de longevidade corresponde a alterações no nível, tendência ou volatilidade das taxas de mortalidade levando à sua diminuição e consequente aumento da longevidade.

O risco de invalidez-morbilidade resulta de alterações no nível, tendência ou volatilidade nas taxas de invalidez, doença ou morbilidade.

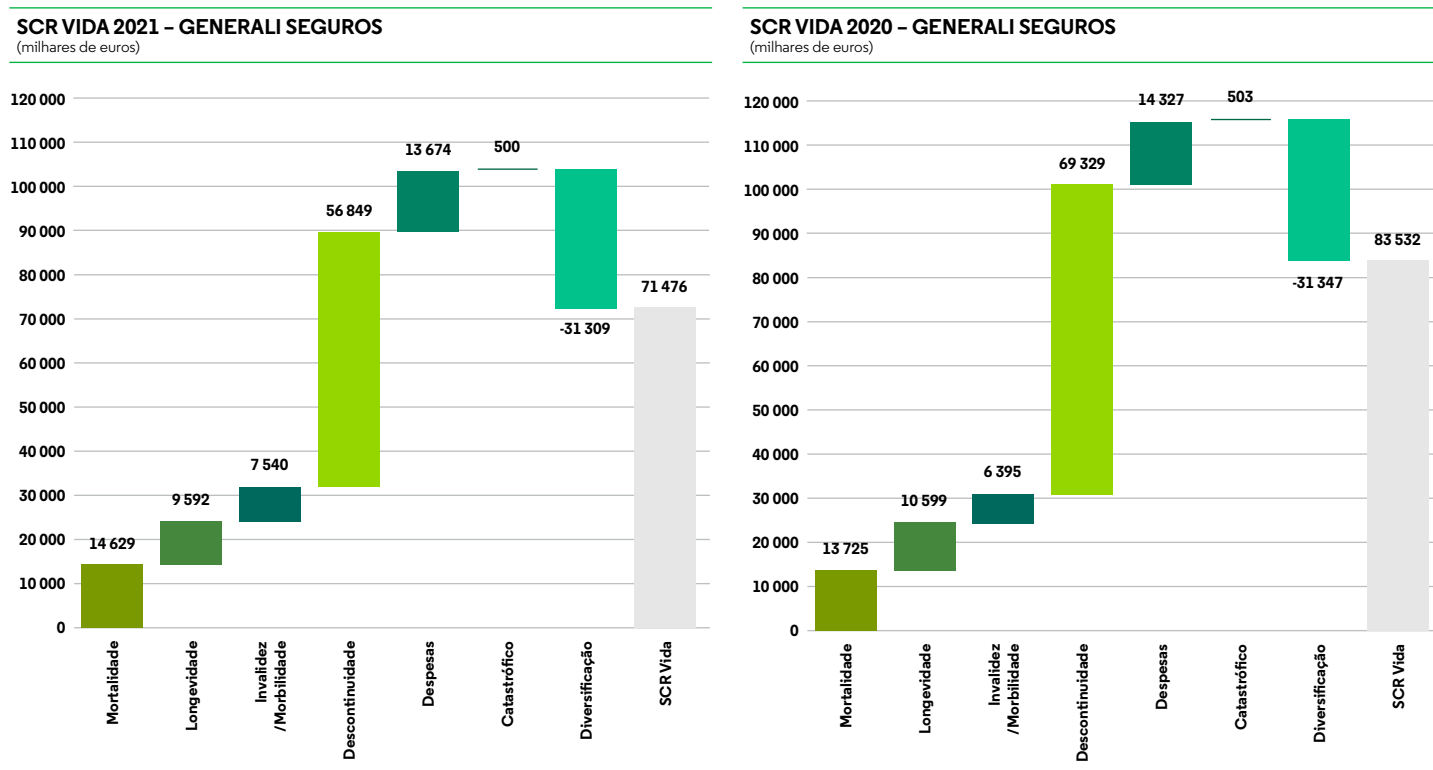
O risco de despesas corresponde a alterações no nível, tendência ou volatilidade das despesas ligadas à gestão dos contratos de seguro ou resseguro.

O risco de revisão resulta de alterações no nível, tendência ou volatilidade das taxas de revisão das anuidades, devido a alterações no enquadramento legal ou no estado de saúde do segurado.

O risco de descontinuidade corresponde a alterações no nível ou volatilidade das taxas de descontinuidade, rescisão ou renovação das apólices.

O risco catastrófico que corresponde ao risco de perda resultante de uma incerteza significativa na fixação de preços e nos pressupostos de provisionamento relacionados com acontecimentos extremos ou excecionais.

A decomposição do risco de subscrição Vida, em dezembro, é apresentada de seguida:



Relativamente ao SCR de Vida, destacamos o risco de descontinuidade. Este montante resulta da aplicação de limites de contratos mais extensos a parte da carteira de Risco da Companhia, já que se comprova que a Companhia abdicou da rescisão e/ou alteração unilateral das condições dos contratos durante a sua vigência. A sua manutenção mais extensa em carteira prolonga também o risco relativo à sua saída, aumentando os inerentes requisitos de capital.

## C.2 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado está associado ao risco de perda devido a alterações adversas na situação financeira da Companhia, resultantes do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos.

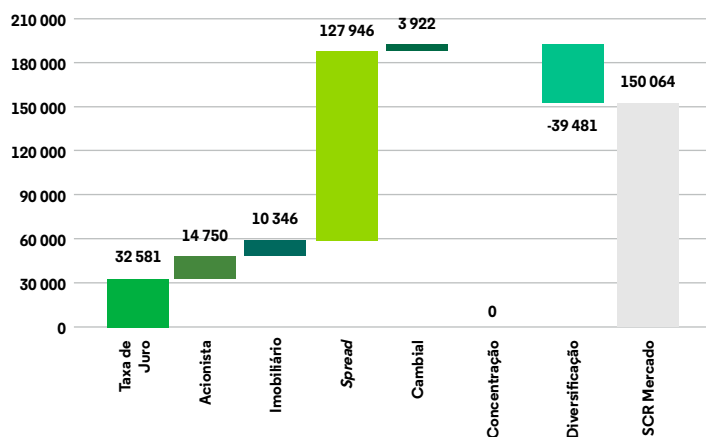
A Companhia gere os seus investimentos de modo prudente de acordo com o Princípio de Gestor Prudente e esforça-se por otimizar a rentabilidade dos seus ativos, enquanto minimiza o impacto negativo das flutuações de mercado a curto prazo na sua solvência. O Princípio do Gestor Prudente estabelecido pelo artigo 132.º da Diretiva 2009/138/CE exige que a Companhia invista apenas em ativos e instrumentos cujo risco possa identificar, mensurar, monitorizar, controlar e comunicar, assim como ter em conta as necessidades de solvência globais da Companhia. A adoção deste princípio é regida pela Política de Governação de Investimento do Grupo (GIGP).

A Companhia encontra-se exposta a:

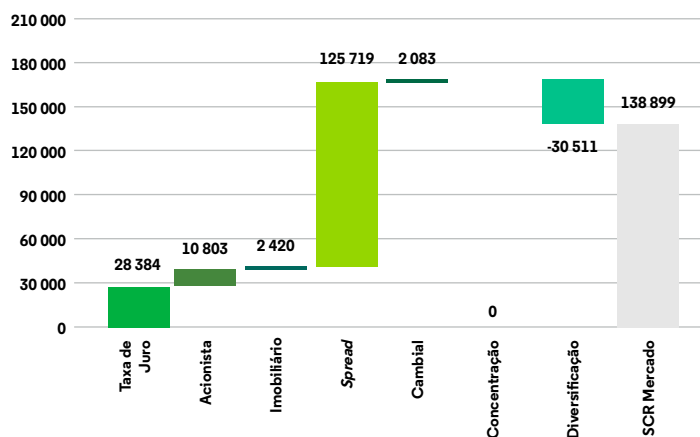
- Risco acionista, que pretende medir a sensibilidade do valor do ativo, do passivo e dos instrumentos financeiros a alterações no nível ou na volatilidade dos preços de mercado das ações e subdivide-se em sub-módulo de risco para ações de tipo 1 e sub-módulo de risco para ações de tipo 2, de acordo com o definido no artigo 168.º do Regulamento Delegado.
- Risco de *spread*: pretende medir a sensibilidade do valor do ativo, do passivo e dos instrumentos financeiros a alterações no nível ou na volatilidade do *spread* de crédito ao longo da estrutura temporal das taxas de juro sem risco.
- Risco de taxa de juro: pretende medir a sensibilidade do valor do ativo, do passivo e dos instrumentos financeiros a alterações na estrutura temporal das taxas de juro sem risco.
- Risco de concentração: mede os riscos adicionais decorrentes da falta de diversificação da carteira de ativos e de uma exposição ao risco de incumprimento por parte de um emitente de valores mobiliários ou de um grupo de emittentes coligados. Fruto da diversificação da carteira e de uma exposição reduzida ao risco de incumprimento pela contraparte, o risco de concentração da Companhia é zero.
- Risco cambial: mede a sensibilidade do valor do ativo, do passivo e dos instrumentos financeiros a alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio.
- Risco imobiliário: é definido como a possibilidade de alterações adversas no valor de mercado do ativo ou valor do passivo devido a alterações no nível dos preços do mercado imobiliário. A exposição ao risco imobiliário advém das posições de ativos imobiliários.

A decomposição do risco de mercado em dezembro é apresentada de seguida:

**SCR MERCADO 2021 – GENERALI SEGUROS**  
(milhares de euros)



**SCR MERCADO 2020 – GENERALI SEGUROS**  
(milhares de euros)



Com base nesta metodologia, a discriminação do SCR com origem no risco de mercado, indica um maior peso do risco de *spread*.

Na projeção de planeamento estratégico, o risco de mercado tem um peso elevado proveniente do risco de *spread* e do risco taxa de juro.

O risco de taxa de juro aumentou em relação ao ano 2020 como resultado do ligeiro alargamento do *gap* de duração entre ativos e passivos.

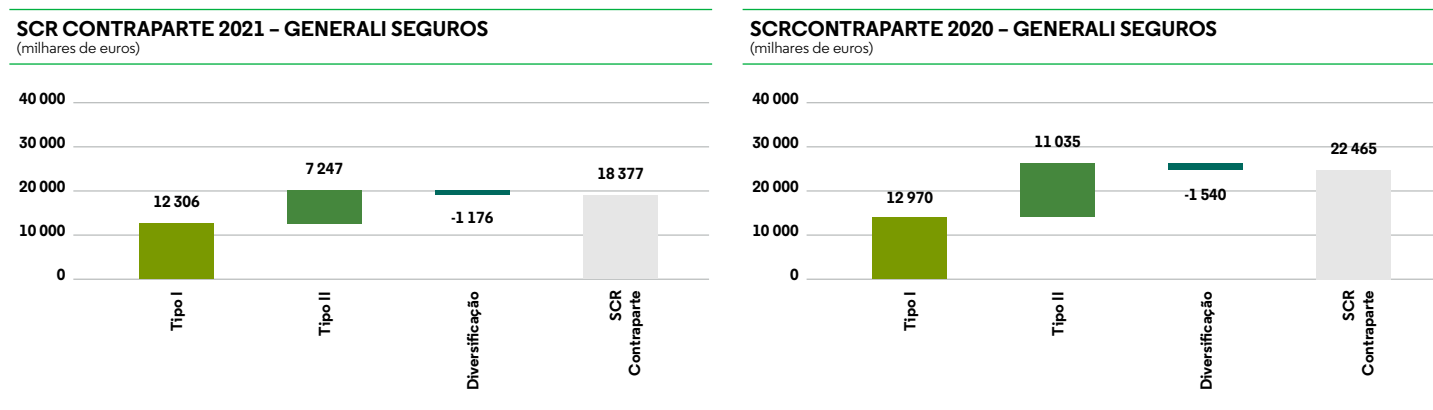
## C.3 RISCO DE CRÉDITO (CONTRAPARTE)

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar riscos existentes com técnicas de mitigação de risco como contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de operações de (res)seguro, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido consideradas no risco de *spread*.

Como procedimento de controlo é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida. Na seleção dos bancos depositários e dos resseguradores são tidos em consideração os *ratings* das entidades e é acompanhada periodicamente a evolução dos mesmos.

As exposições ao risco são definidas e segmentadas em Tipo I e Tipo II, conforme disposto nos artigos 189.º a 191.º do RD 2015/35/UE.

A decomposição do risco de contraparte, em dezembro, é apresentada de seguida:



A Companhia não tem exposição a concentrações de risco significativas no âmbito deste sub-módulo de risco.

## C.4 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a incerteza decorrente das operações de negócio, atividades de investimento ou financiamento, sobre a capacidade do segurador cumprir as obrigações de pagamento de um modo completo e atempado, num ambiente normal ou stressado. Isto pode incluir o cumprimento dos compromissos apenas através de um acesso ao mercado de crédito em condições desfavoráveis ou através da venda de ativos financeiros incorrendo em custos adicionais devido à falta de liquidez (ou dificuldade na liquidação) dos ativos.

A Companhia encontra-se exposta ao risco de liquidez como resultado da atividade operacional de seguros, dependendo do perfil dos fluxos de caixa dos novos negócios esperado, devido aos potenciais desajustamentos entre as entradas de caixa e as saídas de caixas decorrentes do negócio. O risco de liquidez pode resultar, adicionalmente, da atividade de investimento, devido a potenciais *gaps* de liquidez da gestão da carteira de ativos da Companhia, assim como de um nível potencialmente insuficiente de liquidez (ou seja, a capacidade de ser vendido a um preço justo em montantes adequados e dentro de um prazo razoável) em caso de alienação. Por fim, a Companhia pode estar exposta a saídas de liquidez relacionadas com garantias emitidas, compromissos, valores de cobertura adicionais de contratos de derivados ou restrições regulamentares em relação ao Rácio de Cobertura das Provisões de Seguros e posição de capital.

A gestão de riscos de liquidez na Generali Seguros baseia-se na projeção no futuro das obrigações de caixa e recursos de caixa disponíveis, de formar a monitorizar se os recursos líquidos disponíveis são sempre suficientes para cobrir as obrigações de caixa que vencerão no mesmo período.

A Generali Seguros definiu um conjunto de métricas do risco de liquidez que é utilizado para monitorizar regularmente a situação de liquidez. Estas métricas são prospetivas, ou seja, são calculadas numa data futura com base em projeções de fluxo de caixa, ativos e passivos, e uma estimativa do nível de liquidez da carteira de ativos. Os rácios definidos para o risco de liquidez, denominados de Rácio de Liquidez da Companhia (CLR) e de Rácio de Investimentos Ilíquidos da Companhia (CIIR), visam mensurar a capacidade da Companhia em garantir o cumprimento de todas as suas obrigações de caixa em relação aos clientes e outros *stakeholders*.

### Lucro esperado incluído em prémios futuros

O lucro esperado incluído em prémios futuros (EPIFP) representa o valor atual esperado de fluxos de caixa futuros resultantes da inclusão dos prémios relacionados com contratos de seguro e de resseguro existentes nas provisões técnicas. Espera-se que estes sejam recebidos no futuro, podendo, contudo, tal não acontecer, por outro motivo que não o de ocorrência do evento seguro, independentemente dos direitos contratuais ou jurídicos do tomador de seguro para descontinuar a apólice.

O montante de EPIFP para o negócio Vida e Não-Vida subscrito pela Companhia foi calculado de acordo com o artigo 260.º, n.º 2, dos Atos Delegados.

O montante do EPIFP a dezembro de 2021 era 195.922m€.

## C.5 RISCO OPERACIONAL

### Exposição e avaliação do risco

O risco operacional é o risco de perdas emergente de processos internos, pessoas, inadequação ou interrupção de sistemas, assim como de eventos externos. Os riscos de *compliance* e reporte financeiro pertencem a esta categoria.

De acordo com as práticas do setor, o Grupo Generali adota as seguintes categorias de classificação:

- Fraude interna, definida como perdas devidas a atos destinados a praticar fraude, apropriação indevida de bens ou contornar a regulamentação, a lei ou a política da Companhia, excluindo as ocorrências de diversidade/discriminação, que envolvem pelo menos uma parte interna;
- Fraude externa, definida como as perdas devidas a atos destinados a praticar fraude, apropriação indevida de bens ou contornar a lei, por um terceiro;
- Práticas de Emprego e Segurança no Local de Trabalho, definida como as perdas emergentes de atos inconsistentes com as leis ou acordos laborais, de saúde ou segurança, provenientes do pagamento de indemnizações por danos pessoais ou de ocorrências de diversidade/discriminação;
- Clientes, Produtos e Práticas Comerciais, definida como as perdas emergentes de uma falha não intencional ou negligente em cumprir a obrigação profissional para com clientes específicos (incluindo requisitos fiduciários e de adequação), ou da natureza ou conceção de um produto;
- Danos em Ativos Físicos, definida como as perdas emergentes de perdas ou danos em ativos físicos decorrentes de desastres naturais ou outros eventos;
- Interrupção de negócio e falhas de sistemas, definida como as perdas emergentes da interrupção do negócio ou de falhas de sistemas;
- Execução, Entrega e Gestão de Processos, definida como perdas emergentes de processamento de transações ou gestão de processos falhados, das relações com contrapartes e fornecedores comerciais.

Seguindo as melhores práticas do setor, o quadro de Gestão de Risco Operacional da Generali Seguros inclui como uma das suas atividades principais a Recolha de Dados de Perdas (*Loss Data Collection*).

A Recolha de Dados de Perdas é o processo de recolha e mitigação das perdas sofridas como resultado da ocorrência do evento de Risco Operacional e fornece uma visão retrospectiva das perdas históricas sofridas devido a eventos de risco operacional.

Desde 2015 que o Grupo Generali troca dados internos de perdas de um modo anonimizado através do "*Operational Risk data eXchange Association (ORX)*", uma associação global de profissionais de risco operacional e com a participação dos principais intervenientes do setor.

A finalidade é usar os dados dos pares para aprender com as suas experiências de perdas, melhorando os controlos internos e antecipando as perdas emergentes.

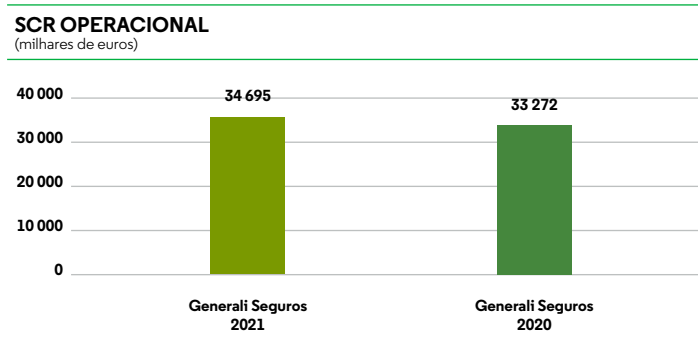
A avaliação de riscos fornece uma visão prospetiva sobre os mesmos a que a Generali Seguros está exposta e exigem uma análise executada conjuntamente com os respetivos *owners*:

- Proporciona uma avaliação de alto nível da exposição ao risco inerente, residual e prospetiva de cada Companhia relevante e, por conseguinte, do Grupo Generali.
- A metodologia adotada promove as abordagens *top down* e *bottom up*, de forma a avaliar os riscos operacionais e impactos a que a organização está exposta.

Em matéria de Gestão de Riscos Digitais, a Companhia mantém desde 2020, medidas técnicas específicas, com o objetivo de corresponder aos relevantes desafios digitais e detalhar o modelo organizacional inserido no processo de Gestão de Risco Operacional.

Para a avaliação do risco operacional, a Companhia faz uso da fórmula-padrão EIOPA, conforme definido pela Diretiva Solvência II.

Com base nesta metodologia, o SCR é proveniente dos riscos operacionais, conforme pode ser consultado no capítulo E.





## C.6 OUTROS RISCOS MATERIAIS

Como parte do quadro qualitativo de gestão do risco, também são consideradas as seguintes categorias de risco:

- Riscos emergentes provenientes de novas tendências de riscos difíceis de perceber e quantificar, embora tipicamente sistêmicas. Habitualmente incluem mudanças ambientais internas e externas, tendências sociais, desenvolvimentos regulamentares, realizações tecnológicas, etc. Para a avaliação destes riscos, a Companhia baseia-se num conjunto de informações fornecidas pela casa-mãe e garante uma discussão adequada com todas as principais funções de negócio.
- Risco de reputação referente a perdas potenciais provenientes da deterioração ou de uma perceção negativa da Companhia, entre clientes, contrapartes e autoridade de supervisão. Os processos em vigor para gerir este risco são: (i) atividades de monitorização da comunicação e dos *media*, (ii) responsabilidade social da empresa, (iii) gestão da distribuição e relação com os clientes.
- Risco estratégico é o resultante de decisões estratégicas. Definimos o risco estratégico como o risco de tomar decisões de negócio inadequadas, implementar decisões de forma desajustada ou não ser capaz de se adaptar às mudanças no ambiente operacional. O risco estratégico, em regra, é um risco que surge em conjunto com outros riscos, mas pode emergir como um risco individual.

Todos os riscos qualitativos são avaliados através de um processo contínuo designado por "*Main Risk Self Assessment*" onde são avaliados todos os riscos significativos para a Companhia e definidas as suas ações de mitigação.

## C.7 INFORMAÇÕES ADICIONAIS

O ano 2021 continuou marcado pela alteração nas relações sociais, nomeadamente pelo isolamento social, e nas práticas laborais, pela suspensão e abstenção das mesmas assim como a continuação do regime de teletrabalho. Em consequência, continuaram a ser sentidos os efeitos na atividade económica.

Internamente a Companhia continuou a adotar medidas preventivas, definidas pelo Plano de Contingência, nomeadamente o recurso ao teletrabalho parcial ou totalmente, sempre que o mesmo se verificou necessário face à evolução da situação da pandemia no país.

Devido ao aumento da exposição ao risco digital, a Companhia manteve especial atenção ao tema da cibersegurança, tendo implementado várias iniciativas de criação de awareness e reforçado a formação junto dos colaboradores, abordando temas como:

- Engenharia Social
- Email e *phishing*
- Trabalho remoto
- Criação de um lar ciber seguro

**D**

AVALIAÇÃO  
PARA EFEITOS  
DE SOLVÊNCIA

# AVALIAÇÃO PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA

Neste capítulo apresenta-se a informação relativa à avaliação dos ativos, provisões técnicas e outros passivos para efeitos de solvência e a comparação dessa avaliação com aquela que é usada nas demonstrações financeiras.

## D.1 ATIVOS

Os quadros seguintes apresentam a diferença entre o balanço de Solvência II e o balanço Estatutário em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respetivamente:

	(milhares de euros)		
Variação Balanço Solvência II 2021 – GENERALI SEGUROS	Balanço Solvência II	Balanço Estatutário	Diferença
Goodwill	-	65 981	-65 981
Custos de aquisição diferidos	-	52 051	-52 051
Ativos intangíveis	-	11 333	-11 333
Ativos por impostos diferidos	102 311	63 617	38 694
Excedente de prestações de pensão	1 356	1 356	-
Ativos fixos tangíveis para uso próprio	26 221	26 221	-
Investimentos (que não ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação)	2 427 483	2 426 911	572
Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação	3 662	3 662	-
Empréstimos e hipotecas	30 047	30 047	-
Montantes recuperáveis de contratos de resseguro	208 341	250 848	-42 507
Depósitos em cedentes	-	-	-
Valores a receber de operações de seguro e mediadores	49 551	53 041	-3 490
Valores a receber de contratos de resseguro	9 094	9 094	-
Valores a receber (de operações comerciais, não de seguro)	16 324	16 324	-
Ações próprias (diretamente detidas)	-	-	-
Montantes devidos a título de elementos dos fundos próprios ou do fundo inicial mobilizados mas ainda não realizados	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	82 696	82 696	-
Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos	17 245	44 735	-27 490
<b>Total dos Ativos</b>	<b>2 974 329</b>	<b>3 137 916</b>	<b>-163 587</b>
Provisões técnicas – não-vida (excluindo acidentes e doença)	589 876	706 033	-116 157
Provisões técnicas – acidentes e doença (com bases técnicas semelhantes às do ramo não-vida)	162 526	157 511	5 016
Provisões técnicas – acidentes e doença (com bases técnicas semelhantes às do ramo vida)	757 966	683 727	74 239
Provisões técnicas – vida (excluindo acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação)	699 686	849 968	-150 282
Provisões técnicas – contratos ligados a índices e a unidades de participação	23 731	22 491	1 241
Outras provisões técnicas	-	31 566	-31 566
Passivos contingentes	-	-	-
Provisões distintas das provisões técnicas	1 227	1 227	-
Responsabilidades a título de prestações de pensão	799	799	-
Depósitos de resseguradores	112 794	112 794	-
Passivos por impostos diferidos	61 694	-	61 694
Derivados	-	-	-
Dívidas a instituições de crédito	-	-	-
Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito	25 133	25 133	-
Valores a pagar de operações de seguro e mediadores	68 552	68 552	-
Valores a pagar a título de operações de resseguro	22 126	22 126	-
Valores a pagar (de operações comerciais, não de seguro)	9 655	9 655	-
Passivos subordinados	9 849	10 000	-151
Quaisquer outros passivos, não incluídos noutros elementos	93 570	93 570	-
<b>Total dos Passivos</b>	<b>2 639 186</b>	<b>2 795 152</b>	<b>-155 966</b>
<b>Excedente dos Ativos Sobre os Passivos</b>	<b>335 143</b>	<b>342 763</b>	<b>-7 620</b>

(milhares de euros)

Varição Balanço Solvência II 2020 – GENERALI SEGUROS	Balanço Solvência II	Balanço Estatutário	Diferença
Goodwill	-	65 981	-65 981
Custos de aquisição diferidos	-	54 324	-54 324
Ativos intangíveis	-	11 445	-11 445
Ativos por impostos diferidos	83 390	52 625	30 765
Excedente de prestações de pensão	4 928	4 928	-
Ativos fixos tangíveis para uso próprio	18 515	18 515	-
Investimentos (que não ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação)	2 517 477	2 514 199	3 278
Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação	3 184	3 184	-
Empréstimos e hipotecas	804	804	-
Montantes recuperáveis de contratos de resseguro	298 489	290 617	7 873
Depósitos em cedentes	2	2	-
Valores a receber de operações de seguro e mediadores	57 594	61 646	-4 052
Valores a receber de contratos de resseguro	39 140	39 140	-
Valores a receber (de operações comerciais, não de seguro)	19 232	19 232	-
Ações próprias (diretamente detidas)	-	-	-
Montantes devidos a título de elementos dos fundos próprios ou do fundo inicial mobilizados mas ainda não realizados	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	81 791	81 791	-
Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos	8 064	55 893	-47 829
<b>Total dos Ativos</b>	<b>3 132 611</b>	<b>3 274 326</b>	<b>-141 715</b>
Provisões técnicas – não-vida (excluindo acidentes e doença)	587 350	674 502	-87 152
Provisões técnicas – acidentes e doença (com bases técnicas semelhantes às do ramo não-vida)	149 607	146 041	3 566
Provisões técnicas – acidentes e doença (com bases técnicas semelhantes às do ramo vida)	766 436	673 797	92 640
Provisões técnicas – vida (excluindo acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação)	857 184	1 003 171	-145 987
Provisões técnicas – contratos ligados a índices e a unidades de participação	25 444	22 807	2 637
Outras provisões técnicas	-	24 073	-24 073
Passivos contingentes	-	-	-
Provisões distintas das provisões técnicas	782	782	-
Responsabilidades a título de prestações de pensão	791	791	-
Depósitos de resseguradores	140 417	140 417	-
Passivos por impostos diferidos	44 340	-	44 340
Derivados	-	-	-
Dívidas a instituições de crédito	-	-	-
Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito	15 307	15 307	-
Valores a pagar de operações de seguro e mediadores	70 715	70 715	-
Valores a pagar a título de operações de resseguro	42 425	42 425	-
Valores a pagar (de operações comerciais, não de seguro)	15 174	15 174	-
Passivos subordinados	9 957	10 000	-43
Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos	99 124	99 124	-
<b>Total dos Passivos</b>	<b>2 825 056</b>	<b>2 939 127</b>	<b>-114 071</b>
<b>Excedente dos Ativos Sobre os Passivos</b>	<b>307 555</b>	<b>335 199</b>	<b>-27 644</b>

### D.1.1 AVALIAÇÃO DOS ATIVOS

O *Goodwill* e os ativos intangíveis foram avaliados em zero euros, conforme previsto no artigo 12.º do Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/35.

(milhares de euros)				(milhares de euros)			
Ativos Intangíveis e Custos de Aquisição Diferidos 2021 – GENERALI SEGUROS	Balanço Solvência II	Balanço Estatutário	Diferença	Ativos Intangíveis e Custos de Aquisição Diferidos 2020 – GENERALI SEGUROS	Balanço Solvência II	Balanço Estatutário	Diferença
Goodwill	-	65 981	-65 981	Goodwill	-	65 981	-65 981
Custos de aquisição diferidos	-	52 051	-52 051	Custos de aquisição diferidos	-	54 324	-54 324
Ativos intangíveis	-	11 333	-11 333	Ativos intangíveis	-	11 445	-11 445
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>129 365</b>	<b>-129 365</b>	<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>131 750</b>	<b>-131 750</b>

Os custos de aquisição diferidos foram avaliados em zero euros no balanço de Solvência II. Os custos totais estão incluídos nas provisões técnicas calculadas com base nos princípios económicos estipulados na legislação de Solvência II.

Na avaliação dos investimentos existem diferenças entre a avaliação efetuada em Solvência II e a avaliação em IFRS.

Assim, observam-se as seguintes diferenças de avaliação:

(milhares de euros)

<b>Investimentos, Imóveis e Ativos Fixos Tangíveis 2021 – GENERALI SEGUROS</b>	<b>Balanço Solvência II</b>	<b>Balanço Estatutário</b>	<b>Diferença</b>
Ativos fixos tangíveis para uso próprio	26 221	26 221	-
Imóveis (que não para uso próprio)	7 931	7 931	-
Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações	105 812	105 812	-
Ações e outros títulos representativos de capital	18 158	18 481	-323
Ações e outros títulos representativos de capital – cotadas em bolsa	2 865	2 865	-
Ações e outros títulos representativos de capital – não cotadas em bolsa	15 293	15 616	-323
Obrigações	2 163 408	2 162 628	780
Obrigações de dívida pública	1 346 618	1 345 838	780
Obrigações de empresas	670 294	670 294	-
Títulos de dívida estruturados	140 784	140 784	-
Títulos de dívida garantidos com colateral	5 712	5 712	-
Organismos de investimento coletivo	132 174	132 059	115
Derivados	-	-	-
Depósitos diferentes dos equivalentes de caixa	-	-	-
Outros investimentos	-	-	-
Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação	3 662	3 662	-
<b>Total</b>	<b>2 457 365</b>	<b>2 456 793</b>	<b>572</b>

(milhares de euros)

<b>Investimentos, Imóveis e Ativos Fixos Tangíveis 2020 – GENERALI SEGUROS</b>	<b>Balanço Solvência II</b>	<b>Balanço Estatutário</b>	<b>Diferença</b>
Ativos fixos tangíveis para uso próprio	18 515	18 515	-
Imóveis (que não para uso próprio)	7 751	7 751	-
Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações	121 699	121 699	-
Ações e outros títulos representativos de capital	6 055	3 938	2 117
Ações e outros títulos representativos de capital – cotadas em bolsa	2 271	2 271	-
Ações e outros títulos representativos de capital – não cotadas em bolsa	3 783	1 667	2 117
Obrigações	2 129 260	2 128 100	1 161
Obrigações de dívida pública	1 408 010	1 406 849	1 161
Obrigações de empresas	634 479	634 479	-
Títulos de dívida estruturados	80 674	80 674	-
Títulos de dívida garantidos com colateral	6 098	6 098	-
Organismos de investimento coletivo	252 712	252 712	-
Derivados	-	-	-
Depósitos diferentes dos equivalentes de caixa	-	-	-
Outros investimentos	-	-	-
Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação	3 184	3 184	-
<b>Total</b>	<b>2 539 176</b>	<b>2 535 899</b>	<b>3 278</b>

Para o cálculo do excesso do ativo sobre o passivo das empresas de seguros relacionadas, a Companhia avaliou em conformidade com o disposto nos artigos 75.º a 85.º da Diretiva 2009/138/CE. No universo das empresas de seguros participadas existem empresas localizadas em países terceiros, sem regime de equivalência, como é o caso das subsidiárias Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A. e Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros Vida, S.A. e Tranquilidade - Corporação Angolana de Seguros, S.A. Para fins deste exercício, estas participações não foram valorizadas, tanto no Balanço Solvência II (económico) como no Balanço Estatutário.

A diferença no montante de 780 milhares de euros refere-se ao ajustamento para o justo valor dos ativos classificados como *Held To Maturity*.

Para o cálculo do excesso do ativo sobre o passivo das empresas relacionadas, que não sejam empresas de seguros ou de resseguros, a Companhia considerou o método da equivalência patrimonial, previsto nas normas internacionais de contabilidade adotadas pela Comissão nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, consistente com o artigo 75.º da Diretiva 2009/138/CE. Nesses casos foi deduzido do valor da empresa relacionada o valor do *goodwill* e de outros ativos intangíveis que seriam avaliados em zero.

As participações na Tranquilidade Angola, na Tranquilidade Moçambique CS e na Tranquilidade Moçambique Vida, foram valorizadas, no decurso do exercício de 2021, em zero euros no Balanço Estatutário, pelo que não existe, qualquer diferença relativamente ao seu valor entre este e o Balanço de Solvência II.

(milhares de euros)

<b>Outros Ativos 2021 – GENERALI SEGUROS</b>	<b>Balanço Solvência II</b>	<b>Balanço Estatutário</b>	<b>Diferença</b>
Depósitos em cedentes	-	-	-
Valores a receber de operações de seguro e mediadores	49 551	53 041	-3 490
Valores a receber de contratos de resseguro	9 094	9 094	-
Valores a receber (de operações comerciais, não de seguro)	16 324	16 324	-
Ações próprias (diretamente detidas)	-	-	-
Montantes devidos a título de elementos dos fundos próprios ou do fundo inicial mobilizados mas ainda não realizados	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	82 696	82 696	-
Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos	17 245	44 735	-27 490
<b>Total</b>	<b>174 910</b>	<b>205 890</b>	<b>-30 980</b>

(milhares de euros)

<b>Outros Ativos 2020 – GENERALI SEGUROS</b>	<b>Balanço Solvência II</b>	<b>Balanço Estatutário</b>	<b>Diferença</b>
Depósitos em cedentes	2	2	-
Valores a receber de operações de seguro e mediadores	57 594	61 646	-4 052
Valores a receber de contratos de resseguro	39 140	39 140	-
Valores a receber (de operações comerciais, não de seguro)	19 232	19 232	-
Ações próprias (diretamente detidas)	-	-	-
Montantes devidos a título de elementos dos fundos próprios ou do fundo inicial mobilizados mas ainda não realizados	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	81 791	81 791	-
Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos	8 064	55 893	-47 829
<b>Total</b>	<b>205 823</b>	<b>257 704</b>	<b>-51 881</b>

Na Generali Seguros, no que respeita aos outros ativos à rubrica “Valores a receber de operações de seguro e mediadores”, apresenta uma variação de -3.490 milhares de euros por via da existência de uma provisão para reembolsos de sinistros que é considerada na provisão técnica com base económica.

A diferença de -27.490 milhares de euros na rubrica “Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos” é devida a uma reclassificação entre esta rubrica e a rubrica “Montantes recuperáveis de contratos de resseguro”.

## D.1.2 IMPOSTOS DIFERIDOS

O ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos foi calculado sujeitando o Balanço de Solvência II – calculado no âmbito do exercício de autoavaliação do risco e solvência realizado em dezembro de 2021 – a um teste de esforço para determinar a capacidade de recuperação dos impostos diferidos permanentes existentes em Balanço Estatutário mais o imposto diferido ativo permanente proveniente de uma perda futura calculada com base num intervalo de confiança a 99,5%, no horizonte temporal de um ano.

<b>Impostos Diferidos 2021 – GENERALI SEGUROS</b>	(milhares de euros)			<b>Impostos Diferidos 2020 – GENERALI SEGUROS</b>	(milhares de euros)		
	<b>Balanço Solvência II</b>	<b>Balanço Estatutário</b>	<b>Diferença</b>		<b>Balanço Solvência II</b>	<b>Balanço Estatutário</b>	<b>Diferença</b>
Impostos diferidos – ativo	102 311	63 617	38 694	Impostos diferidos – ativo	83 390	52 625	30 765
Impostos diferidos – passivo	61 694	-	61 694	Impostos diferidos – passivo	44 340	-	44 340

Os Impostos Diferidos foram avaliados em relação a todos os ativos e passivos, incluindo as provisões técnicas, reconhecidos para efeitos fiscais ou de solvência.

Foram considerados no cálculo todos os ativos e passivos reconhecidos para efeitos fiscais ou de solvência, assim como taxas médias de tributação, consideradas apropriadas e ajustadas com a realidade contabilística e fiscal.

As alterações dos Impostos Diferidos no balanço de Solvência II encontram-se relacionadas com os ajustamentos provenientes de revalorizações económicas em ativos e provisões técnicas. A variação proveniente do *Goodwill* não originou nenhum imposto diferido.

Os Impostos Ativos Diferidos líquidos no Balanço Estatutário são de 63.617 milhares de euros, enquanto que por via das revalorizações, o novo montante no Balanço de Solvência II é de 40.617 milhares de euros.

Os Impostos Diferidos temporários foram calculados com base numa taxa média de 28,27% e os prejuízos fiscais com base numa taxa de 21%. Assim, na capacidade de absorção dos impostos foi considerada uma taxa média de 24,31%. A taxa média foi calculada com base na atribuição e nas características das perdas em caso de stress.

O teste de recuperabilidade foi efetuado com base nos lucros fiscais projetados de acordo com o BP 2022-2024. No seu conjunto, os impostos diferidos considerados no balanço de SII ascendem a cerca de 40.617 milhares de euros, sendo o montante de 29,968 milhares de euros relativo a reporte de prejuízos fiscais, e o montante de 10.649 milhares de euros referentes a diferenças temporárias.

De referir que do total do valor apurado do LAC DT, parte está *impaired*, dado que não foi possível demonstrar a sua plena recuperação, e por isso não foi utilizada, ou seja, a Companhia apurou 91.099 milhares de euros de LAC DT e apenas está a utilizar 51.881 milhares de euros.

### D.1.3 OUTRAS INFORMAÇÕES

A Companhia não detém Ativos Extrapatrimoniais materialmente relevantes.

## D.2 PROVISÕES TÉCNICAS

As Provisões Técnicas no quadro de Solvência II a 31 de dezembro de 2021 foram apuradas de acordo com os artigos 77.º e 83.º da Diretiva 2009/138/CE Solvência II.

### D.2.1 MELHOR ESTIMATIVA

A avaliação da Melhor Estimativa para efeitos de solvência, e a sua comparação com as reservas das demonstrações financeiras, é apresentada neste relatório com a seguinte segmentação:

- Vida;
- Não-Vida (incluindo Saúde não semelhante a técnicas de Vida);
- Saúde semelhante a técnicas de Vida.

Considerando as diferentes metodologias de cálculo entre as Provisões Técnicas Estatutárias (IFRS) e as Provisões Técnicas Económicas importa, previamente, proceder a um conjunto de ajustamentos às Provisões Técnicas de IFRS, descritas no Relatório e Contas, que detalhamos de seguida:

(milhares de euros)

	GENERALI SEGUROS 2021	GENERALI SEGUROS 2020	VAR 21/20
<b>Provisões Técnicas Brutas</b>	<b>2 361 616</b>	<b>2 427 979</b>	<b>-2,7%</b>
Passivos financeiros	37 628	62 089	-39,4%
Custos de aquisição diferidos	52 051	54 324	-4,2%
<b>Provisões Técnicas Brutas – Balanço Económico (IFRS)</b>	<b>2 451 296</b>	<b>2 544 391</b>	<b>-3,7%</b>
Provisão para desvios de sinistralidade e provisão para riscos em curso	-31 566	-24 073	31,1%
Reembolsos	-3 490	-4 052	-13,9%
Recuperáveis inc. reclassificação de outros ativos	-278 338	-338 445	-17,8%
<b>Provisões Técnicas Líquidas de Resseguro<sup>(1)</sup></b>	<b>2 137 902</b>	<b>2 177 821</b>	<b>-1,8%</b>

<sup>(1)</sup> Provisões Técnicas usadas nos quadros seguintes como referência, não inclui CAD's.

O quadro abaixo sintetiza as estimativas obtidas para cada segmento:

(milhares de euros)

Classe de Negócio 2021 GENERALI SEGUROS	Provisões Técnicas Calculadas Como um Todo Líquidas de Resseguro	Melhor Estimativa Líquida de Resseguro	Provisões Técnicas <sup>(1)</sup> Líquidas de Resseguro Solvência II (A)	Provisões Técnicas Líquidas de Resseguro IFRS (B)	Diferença (A) - (B)
Vida	3 914	633 572	637 486	725 990	-88 504
Não-Vida (incluindo Saúde <i>Not Similar to Life Techniques</i> )	-	619 057	619 057	741 003	-121 946
Saúde <i>Similar to Life Techniques</i>	-	779 992	779 992	670 909	109 083
<b>Total</b>	<b>3 914</b>	<b>2 032 621</b>	<b>2 036 535</b>	<b>2 137 902</b>	<b>-101 367</b>

<sup>(1)</sup> Não inclui Margem de Risco

(milhares de euros)

Classe de Negócio 2020 GENERALI SEGUROS	Provisões Técnicas Calculadas Como um Todo Líquidas de Resseguro	Melhor Estimativa Líquida de Resseguro	Provisões Técnicas <sup>(1)</sup> Líquidas de Resseguro Solvência II (A)	Provisões Técnicas Líquidas de Resseguro IFRS (B)	Diferença (A) - (B)
Vida	3 275	733 243	736 518	835 197	-98 679
Não-Vida (incluindo Saúde <i>Not Similar to Life Techniques</i> )	-	578 309	578 309	685 448	-107 139
Saúde <i>Similar to Life Techniques</i>	-	792 988	792 988	657 176	135 812
<b>Total</b>	<b>3 275</b>	<b>2 104 540</b>	<b>2 107 815</b>	<b>2 177 821</b>	<b>-70 005</b>

<sup>(1)</sup> Não inclui Margem de Risco

### D.2.1.1 Vida

No que diz respeito ao negócio de Vida, os fluxos de caixa foram avaliados com base num modelo dinâmico.

De acordo com o artigo 28.º dos Atos Delegados, a Melhor Estimativa é calculada a partir de *cash flows* futuros que estejam relacionados com os contratos de seguro existentes. Deste modo foram projetados todos os *cash flows* expectáveis, nomeadamente:

- *Cash flows* de Custos com Sinistros;
- *Cash flows* de Prémios;
- *Cash flows* de Comissões;
- *Cash flows* de Despesas;
- *Cash flows* de Benefícios Futuros Discricionários.

Todos os *cash flows* foram descontados com base na estrutura temporal das taxas de juro sem risco, com *volatility adjustment*, disponibilizada pela EIOPA.

Entende-se por responsabilidades calculadas como um todo as responsabilidades em que os respetivos *cash flows* podem ser aproximadamente reproduzidos por uma carteira de ativos financeiros de liquidez adequada face à duração das responsabilidades, com valor de mercado conhecido e diretamente observável e transacionado num mercado financeiro regulamentado suficientemente líquido, profundo e transparente, de tal forma que a detenção da carteira de ativos anularia os riscos associados a essa responsabilidade ou quando o remanescente dos riscos seja considerado imaterial. Uma vez que os *cash flows* relativos aos fundos dos *Unit Linked* seguem os critérios anteriormente mencionados, as responsabilidades associadas a estes produtos são calculadas como um todo.

Todos os outros produtos de seguros que não são seguros em caso de morte, *Unit Linked* ou seguros com participação nos resultados foram incluídos em outras responsabilidades de natureza "Vida".

A melhor estimativa de uma parte residual da carteira (relativa às reservas para sinistros pendentes – incluindo IBNR) foi avaliada utilizando uma abordagem simplificada, assumindo o valor das contas estatutárias como o mais fiável.



O quadro que se segue resume as estimativas obtidas por linha de negócio de Solvência II de Vida.

(milhares de euros)

Linha de Negócio Solvência II 2021	Provisões Técnicas Calculadas Como um Todo Líquidas de Resseguro	Melhor Estimativa Líquida de Resseguro	Provisões Técnicas <sup>(1)</sup> Líquidas de Resseguro Solvência II (A)	Provisões Técnicas Líquidas de Resseguro IFRS (B)	Diferença (A) - (B)
Seguros com participação nos resultados	-	668 444	668 444	629 669	38 776
Seguros ligados a índices e unidades de participação	3 914	1 510	5 424	4 389	1 035
Outras responsabilidades de seguro dos ramos vida e acidentes e doença com opções e garantias	-	81 113	81 113	72 748	8 365
Outras responsabilidades de seguro dos ramos vida e acidentes e doença sem opções e garantias	-	-117 680	-117 680	18 999	-136 679
Resseguro aceite	-	186	186	186	-
Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida relacionadas com responsabilidades de seguros de acidentes e doença	-	779 992	779 992	670 909	109 083
<b>Total</b>	<b>3 914</b>	<b>1 413 564</b>	<b>1 417 478</b>	<b>1 396 899</b>	<b>20 579</b>

<sup>(1)</sup> Não inclui Margem de Risco

(milhares de euros)

Linha de Negócio Solvência II 2020	Provisões Técnicas Calculadas Como um Todo Líquidas de Resseguro	Melhor Estimativa Líquida de Resseguro	Provisões Técnicas <sup>(1)</sup> Líquidas de Resseguro Solvência II (A)	Provisões Técnicas Líquidas de Resseguro IFRS (B)	Diferença (A) - (B)
Seguros com participação nos resultados	-	781 471	781 471	729 870	51 601
Seguros ligados a índices e unidades de participação	3 275	1 586	4 861	3 277	1 585
Outras responsabilidades de seguro dos ramos vida e acidentes e doença com opções e garantias	-	89 018	89 018	78 624	10 394
Outras responsabilidades de seguro dos ramos vida e acidentes e doença sem opções e garantias	-	-138 997	-138 997	23 261	-162 258
Resseguro aceite	-	165	165	165	-
Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida relacionadas com responsabilidades de seguros de acidentes e doença	-	792 988	792 988	657 176	135 812
<b>Total</b>	<b>3 275</b>	<b>1 526 231</b>	<b>1 529 506</b>	<b>1 492 373</b>	<b>37 133</b>

<sup>(1)</sup> Não inclui Margem de Risco

Nota: As Provisões Técnicas de IFRS não consideram a Provisão para Desvios de Sinistralidade, Provisão para Riscos em Curso e Custos de Aquisição Diferidos.

## D.2.1.2 Não-Vida

No segmento Não-Vida, a Melhor Estimativa é composta por duas componentes distintas: a Provisão para Sinistros e a Provisão para Prémios.

### Provisão para sinistros

A Melhor Estimativa da Provisão para Sinistros é o valor atuarial estimado dos custos que a empresa de seguros suportará para regularizar todos os sinistros que tenham ocorrido até à data a que se reporta a avaliação, quer lhe tenham sido comunicados ou não.

Para a avaliação da melhor estimativa, procedeu-se à separação dos *cash flows* resultantes diretamente dos sinistros já ocorridos dos *cash flows* das restantes despesas.

Estes *cash flows* foram descontados à estrutura temporal das taxas de juro sem risco, com *volatility adjustment*, disponibilizada pela EIOPA.

A abordagem para derivar a Melhor Estimativa (BE) de Sinistros depende da possibilidade de aplicar diferentes métodos atuariais. Apresentamos a segmentação efetuada e os métodos aplicados:

- A BE do negócio Não Modelado – resseguro aceite – e Semi Modelado – anos de acidente anteriores a 2000 – não foi analisada com os métodos atuariais, tendo sido calculada com base nos números estatutários;
- A BE do negócio modelado.

Com o objetivo de realizar uma análise atuarial adequada das TP e realizar as projeções até ao custo final, foram tomados em conta dados históricos de sinistros numa base paga e incorrida. Os dados de desenvolvimento utilizados para estes fins cumprem os atributos de qualidade adequados de proporcionalidade, materialidade e completude.

Cada carteira é selecionada de forma a identificar grupos homogéneos de riscos, tipo de cobertura e outras especificidades, como a variabilidade e maturidade do *run-off*. O nível mínimo de granularidade adotado considera a divisão entre tipos de negócio (Seguro Direto, Resseguro aceite proporcional, Resseguro aceite não proporcional) e, em cada categoria, identifica as Linhas de Negócios.

## Provisão para prémios

A provisão para Prémios diz respeito a sinistros futuros cobertos pelas responsabilidades de seguro abrangidas pelos limites contratuais a que se refere o artigo 18.º dos Atos Delegados à data de avaliação. A projeção de *cash flows* para o cálculo da provisão para prémios inclui os benefícios, as despesas e os prémios relacionados com esses eventos.

A Melhor Estimativa da Provisão para Prémios resulta da soma do valor atual dos sinistros futuros deduzido do valor atual dos prémios futuros (PVFP – *Present Value of Future Premiums*).

O apuramento da Melhor Estimativa da Provisão para Prémios tem por base os conceitos inerentes à simplificação da melhor estimativa da Provisão para Prémios constante no anexo técnico III da orientação 14/166 da EIOPA. Salientamos, no entanto, que a simplificação sugerida pela EIOPA não foi aplicada integralmente, uma vez que foi alcançado um nível de granularidade mais completo, permitindo avaliar a Melhor Estimativa da Provisão para Prémios de forma a refletir as especificidades do negócio.

O quadro que se segue apresenta os comparativos entre a Melhor Estimativa de Não-Vida e Saúde com os respetivos valores contabilísticos por linha de negócio Não-Vida de Solvência II.

A Melhor Estimativa de Prémios e Sinistros é como segue:

(milhares de euros)

Linha de Negócio Solvência II 2021	Classificação	Melhor Estimativa Líquida de Resseguro (A)	Provisões Técnicas Líquidas de Resseguro IFRS (B)	Diferença (A) - (B)
Seguro de despesas médicas e seu resseguro proporcional	Saúde NSLT	32 673	38 028	-5 355
Seguro de proteção do rendimento e seu resseguro proporcional	Saúde NSLT	6 379	8 962	-2 583
Seguro de acidentes de trabalho e seu resseguro proporcional	Saúde NSLT	80 119	101 984	-21 866
Seguro de responsabilidade civil automóvel e seu resseguro proporcional	Não-Vida	340 929	368 939	-23 024
Outros seguros do ramo automóvel e seu resseguro proporcional	Não-Vida	60 109	89 398	-29 289
Seguro marítimo, da aviação e dos transportes e seu resseguro proporcional	Não-Vida	1 201	2 647	-1 446
Seguro de incêndio e outros danos e seu resseguro proporcional	Não-Vida	59 103	75 196	-16 093
Seguro de responsabilidade civil geral e seu resseguro proporcional	Não-Vida	36 700	46 315	-9 615
Seguro de crédito e caução e seu resseguro proporcional	Não-Vida	61	119	-58
Seguro de proteção jurídica e seu resseguro proporcional	Não-Vida	23	12	11
Assistência e seu resseguro proporcional	Não-Vida	578	8 130	-7 551
Seguro de perda de lucros e seu resseguro proporcional	Saúde NSLT	1 017	1 104	-87
Resseguro não proporcional de acidentes	Não-Vida	-	-	-
Resseguro não proporcional marítimo, da aviação e dos transportes	Não-Vida	-	-	-
Resseguro não proporcional de danos patrimoniais	Não-Vida	-	-	-
Resseguro não proporcional de acidentes e doença	Saúde SLT	-	-	-
<b>Total</b>		<b>619 057</b>	<b>741 003</b>	<b>-117 761</b>

(milhares de euros)

Linha de Negócio Solvência II 2020	Classificação	Melhor Estimativa Líquida de Resseguro (A)	Provisões Técnicas Líquidas de Resseguro IFRS (B)	Diferença (A) - (B)
Seguro de despesas médicas e seu resseguro proporcional	Saúde NSLT	32 201	38 461	-6 260
Seguro de proteção do rendimento e seu resseguro proporcional	Saúde NSLT	4 612	6 448	-1 837
Seguro de acidentes de trabalho e seu resseguro proporcional	Saúde NSLT	75 965	92 522	-16 557
Seguro de responsabilidade civil automóvel e seu resseguro proporcional	Não-Vida	326 353	346 144	-19 790
Outros seguros do ramo automóvel e seu resseguro proporcional	Não-Vida	49 014	90 554	-41 540
Seguro marítimo, da aviação e dos transportes e seu resseguro proporcional	Não-Vida	1 672	3 200	-1 529
Seguro de incêndio e outros danos e seu resseguro proporcional	Não-Vida	48 611	59 473	-10 863
Seguro de responsabilidade civil geral e seu resseguro proporcional	Não-Vida	37 474	39 875	-2 401
Seguro de crédito e caução e seu resseguro proporcional	Não-Vida	69	132	-62
Seguro de proteção jurídica e seu resseguro proporcional	Não-Vida	0	0	0
Assistência e seu resseguro proporcional	Não-Vida	-360	5 506	-5 865
Seguro de perda de lucros e seu resseguro proporcional	Não-Vida	462	915	-453
Resseguro não proporcional de acidentes	Não-Vida	199	197	2
Resseguro não proporcional marítimo, da aviação e dos transportes	Não-Vida	0	0	0
Resseguro não proporcional de danos patrimoniais	Não-Vida	2 010	1 993	17
Resseguro não proporcional de acidentes e doença	Saúde NSLT	27	28	0
<b>Total</b>		<b>578 309</b>	<b>685 448</b>	<b>-107 139</b>

Nota: As Provisões Técnicas de IFRS não consideram a Provisão para Desvios de Sinistralidade, Provisão para Riscos em Curso e Custos de Aquisição Diferidos.

## D.2.2 MARGEM DE RISCO

### ÂMBITO

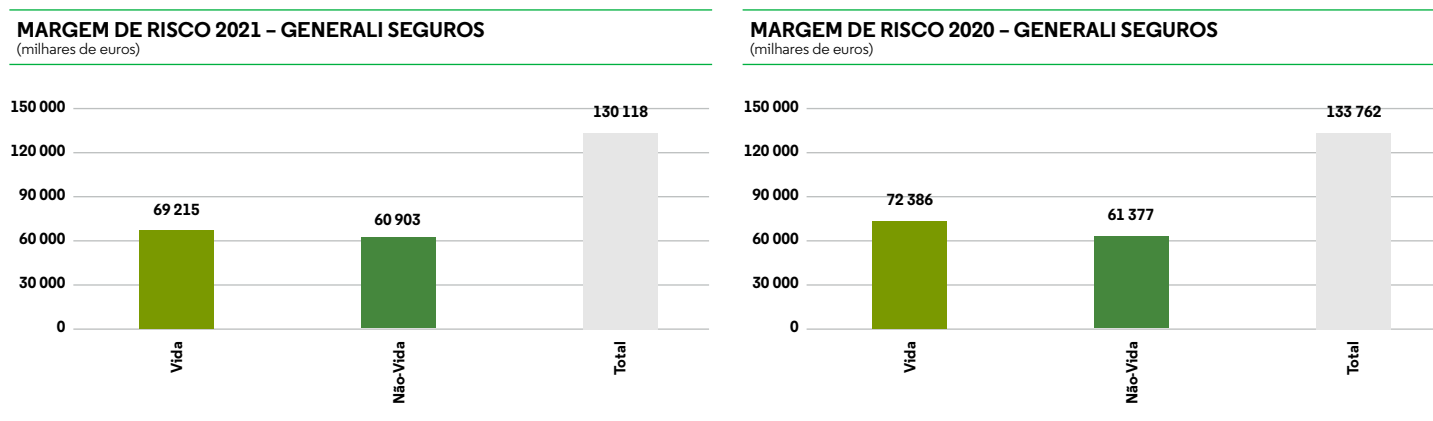
A Margem de Risco representa uma provisão para cobrir a incerteza ligada à volatilidade dos pressupostos operacionais e inerentes aos *cash flows* futuros. A Margem de Risco é calculada por meio de uma abordagem de custo de capital que considera o custo associado aos riscos não *hedgeable*.

O requisito de capital necessário para cobrir o risco não *hedgeable* foi determinado usando a fórmula-padrão. A taxa utilizada para determinar o custo do capital foi de 6%/ano. O custo de capital de cada ano de projeção foi descontado na data de avaliação utilizando a estrutura temporal das taxas de juros, sem o ajuste de volatilidade. De acordo com o regulamento, a margem de risco é calculada líquida de resseguro. A projeção futura do requisito de capital necessário para cobrir os riscos não *hedgeable* e a sua afetação por linhas de negócio foi efetuada por meio de agentes de risco adequados aplicados ao capital exigido relativamente a cada risco incluído no cálculo da Margem de Risco.

A Companhia opera atividades de seguros de Vida e de Não-Vida em simultâneo pelo que, ao abrigo da alínea (b) do art.º 1 do art.º 38.º do RD 2015/35/UE, avaliou a sua Margem de Risco como a soma das avaliações das Margens de Risco para o negócio de Vida e para o negócio de Não-Vida.

### CÁLCULO DA MARGEM DE RISCO GLOBAL

A 31 de dezembro, a margem de risco da Companhia é a seguinte:



### AFETAÇÃO DA MARGEM DE RISCO GLOBAL ÀS LINHAS DE NEGÓCIO

A tabela seguinte identifica a margem de risco afeta a cada linha de negócio:

Linha de Negócio	Classificação	Margem de Risco		VAR 21/20
		2021	2020	
Seguros Vida com participação nos resultados	Vida	20 594	23 882	-13,8%
Seguros Vida sem participação nos resultados	Vida	11 509	12 873	-10,6%
<i>Index/Unit-linked</i>	Vida – UL	226	1 074	-78,9%
Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida relacionadas com responsabilidades de seguro de acidentes e doença	Saúde SLT	36 886	34 557	6,7%
Seguro de despesas médicas e seu resseguro proporcional	Saúde NSLT	37 207	37 262	-0,1%
Seguro de proteção do rendimento e seu resseguro proporcional	Saúde NSLT	906	1 100	-17,7%
Seguro de acidentes de trabalho e seu resseguro proporcional	Saúde NSLT	338	913	-62,9%
Seguro de responsabilidade civil automóvel e seu resseguro proporcional	Não-Vida	13 893	12 680	9,6%
Outros seguros do ramo automóvel e seu resseguro proporcional	Não-Vida	2 192	2 263	-3,1%
Seguro marítimo, da aviação e dos transportes e seu resseguro proporcional	Não-Vida	126	235	-46,4%
Seguro de incêndio e outros danos e seu resseguro proporcional	Não-Vida	2 466	3 554	-30,6%
Seguro de responsabilidade civil geral e seu resseguro proporcional	Não-Vida	3 414	3 011	13,4%
Seguro de crédito e caução e seu resseguro proporcional	Não-Vida	7	40	-81,8%
Seguro de proteção jurídica e seu resseguro proporcional	Não-Vida	0	0	84,5%
Assistência e seu resseguro proporcional	Não-Vida	230	210	9,3%
Seguro de perda de lucros e seu resseguro proporcional	Não-Vida	107	19	472,2%
Resseguro não proporcional de acidentes	Não-Vida	1	25	-97,0%
Resseguro não proporcional marítimo, da aviação e dos transportes	Não-Vida	-	-	-
Resseguro não proporcional de danos patrimoniais	Não-Vida	14	59	-76,2%
Resseguro não proporcional de acidentes e doença	Saúde NSLT	1	4	-75,8%
<b>Total</b>		<b>130 118</b>	<b>133 762</b>	<b>-2,7%</b>

### D.2.3 MEDIDA TRANSITÓRIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS E AJUSTAMENTO DE VOLATILIDADE

A Companhia aplica a medida transitória relativa às provisões técnicas (MTPT) e o ajustamento à volatilidade das taxas de juro sem risco (VA), de acordo com o regulamentado na Diretiva 2009/138/CE, desde 2016.

A dedução das provisões técnicas é aplicada ao nível dos grupos de risco homogéneo e corresponde a uma parte da diferença entre as provisões técnicas em Solvência II e as provisões técnicas em IFRS. Esta dedução pode ser aplicada durante 16 anos, desde o seu início, mas apenas no primeiro ano pela sua totalidade, reduzindo a proporção aplicável no início de cada ano futuro.

A aplicação do ajustamento à volatilidade das taxas de juro sem risco baseia-se na diferença entre a taxa de juro obtida numa carteira de ativos de uma moeda e a estrutura básica pertinente das taxas de juro sem risco para os diferentes prazos para essa moeda, de acordo com o estipulado no artigo 77.º-D da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009.

Os impactos decorrentes da utilização da medida transitória relativa às provisões técnicas e do ajustamento de volatilidade são os constantes no quadro abaixo.

(milhares de euros)

2021 GENERALI SEGUROS	Montante com aplicação da MTPT e VA	Montante sem aplicação da MTPT	Impacto da MTPT	Montante sem aplicação da MTPT e sem VA	Impacto do VA
Provisões técnicas líquidas de resseguro	2 233 787	2 374 994	141 208	2 379 251	4 256

(milhares de euros)

2020 GENERALI SEGUROS	Montante com aplicação da MTPT e VA	Montante sem aplicação da MTPT	Impacto da MTPT	Montante sem aplicação da MTPT e sem VA	Impacto do VA
Provisões técnicas líquidas de resseguro	2 386 022	2 540 067	154 045	2 551 415	11 348

## D.3 OUTRAS RESPONSABILIDADES

No que respeita a outras responsabilidades que não provisões técnicas a única variação material provém do imposto diferido passivo resultante de revalorizações económicas, conforme referido na secção D.1.2.

## D.4 MÉTODOS ALTERNATIVOS DE AVALIAÇÃO

No universo das empresas de seguros participadas existem empresas localizadas em países terceiros, sem regime de equivalência, como é o caso das subsidiárias Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A., Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros Vida, S.A. e Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros. Para fins deste exercício, estas participações foram valorizadas a zero tanto no Balanço Solvência II (económico) como no Balanço Estatutário.

## D.5 INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A Companhia não identificou quaisquer outras informações materiais relativas à avaliação dos elementos do ativo e do passivo para efeitos de solvência.

# E GESTÃO DE CAPITAL

# GESTÃO DE CAPITAL

## E.1 FUNDOS PRÓPRIOS

### E.1.1 OBJETIVOS, POLÍTICAS E PROCESSOS ADOTADOS

A Companhia, como parte do seu sistema de governação, possui uma Política de Gestão de Capital que tem como objetivos:

- A definição de princípios orientadores e padrões comuns para implementar a Estrutura de Alocação de Capital e um processo sólido para desenvolver Planos de Gestão de Capital do Grupo e Local em conformidade com os requisitos regulamentares e estruturas legislativas relevantes a nível de Grupo e Local, e em linha com o estabelecido apetite ao risco e estratégia do Grupo Generali;
- A emissão de Fundos Próprios de acordo com o Plano de Gestão de Capital e Plano Estratégico de médio prazo por forma a garantir que:
  - Os Fundos Próprios não se encontram onerados por qualquer acordo ou operação relacionada, nem a sua eficácia como capital é comprometida em consequência da estrutura do Grupo;
  - Todas as ações exigidas ou permitidas relacionadas com a governação dos Fundos Próprios sejam concluídas atempadamente;
  - Os fundos próprios auxiliares podem ser solicitados atempadamente, quando necessário;
  - Os termos e condições são claros e inequívocos, incluindo casos em que se espera que as distribuições de itens de Fundos Próprios sejam adiadas ou canceladas;
- A classificação e revisão periódica dos Fundos Próprios para garantir que os itens dos Fundos Próprios cumprem os requisitos do regime de capitais aplicável tanto no momento da emissão como posteriormente;
- Regras para assegurar que qualquer política ou declaração a respeito de dividendos em ações ordinárias seja levada em consideração na análise da posição de capital.

Em particular, as ligações adequadas com o planeamento estratégico e outros processos de gestão relevantes serão identificadas, as funções e responsabilidades serão claramente identificadas, e um fluxo de informações estável e um processo de negócios sólido serão implementados.

Todos os processos, procedimentos e responsabilidades padrão prescritos na Política visam alavancar sinergias, melhores práticas e competências especializadas em atividades complexas realizadas dentro do Grupo para o benefício do Grupo e das suas entidades legais individuais,

No que respeita à gestão de capital a médio prazo a Companhia desenvolve um plano anual, ou quando existam alterações significativas do perfil de risco, que inclui:

- Qualquer operação de emissão de capital que esteja planeada;
- As maturidades dos elementos de fundos próprios da Companhia;
- Resultado das projeções efetuadas com base nos princípios do ORSA;
- Modo como qualquer emissão, resgate ou reembolso ou outra variação da avaliação de um elemento de fundos próprios afeta a aplicação dos limites de níveis;
- A aplicação da política de distribuição e como esta afeta os fundos próprios.

## E.1.2 ESTRUTURA, MONTANTE E QUALIDADE DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Os fundos próprios elegíveis de Solvência II correspondem à soma dos fundos próprios de base e dos fundos próprios complementares. Os fundos próprios de base são dados maioritariamente pelo excesso de ativos sobre passivos decorrente do balanço de Solvência II, pelos passivos subordinados e pelos impostos diferidos; e por sua vez, o excesso de ativos sobre passivos é composto pelo capital realizado em ações ordinárias e pela reserva de reconciliação.

(milhares de euros)

<b>Estrutura dos Fundos Próprios 2021</b>	<b>GENERALI SEGUROS</b>	<b>Nível</b>
<b>Fundos Próprios de Base</b>		
Capital em ações ordinárias (sem dedução das ações próprias)	90 500	1
Conta de prémios de emissão relacionados com o capital em ações ordinárias	-	
Fundos excedentários	-	
Ações preferenciais	-	
Conta de prémios de emissão relacionados com ações preferenciais	-	
Reserva de reconciliação	176 930	1
Passivos subordinados	9 849	2
Montante igual ao valor líquido dos ativos por impostos diferidos	40 616	3
Outros elementos dos fundos próprios aprovados pela autoridade de supervisão	27 097	1
Fundos próprios que não cumprem critérios para serem classificados como fundos próprios	-	
Deduções por participações em instituições financeiras e instituições de crédito	-	
<b>Total dos Fundos Próprios de Base</b>	<b>344 992</b>	
<b>Fundos Próprios Complementares</b>		
Capital não realizado e não mobilizado em ações ordinárias, mobilizáveis mediante pedido	91 500	2
Ações preferenciais não realizadas e não mobilizadas, mobilizáveis mediante pedido	-	
Compromissos juridicamente vinculativo de subscrição e pagamento dos passivos subordinados	-	
Cartas de crédito e garantias nos termos do artigo 96.º, n.º 2, da Diretiva 2009/138/CE	-	
Cartas de crédito e garantias não abrangidas pelo artigo 96.º, n.º 2, da Diretiva 2009/138/CE	-	
Outros fundos próprios complementares	-	
<b>Total dos Fundos Próprios Complementares</b>	<b>91 500</b>	
<b>Total dos Fundos Próprios Disponíveis</b>	<b>436 492</b>	

(milhares de euros)

<b>Estrutura dos Fundos Próprios 2020</b>	<b>GENERALI SEGUROS</b>	<b>Nível</b>
<b>Fundos Próprios de Base</b>		
Capital em ações ordinárias (sem dedução das ações próprias)	84 000	1
Conta de prémios de emissão relacionados com o capital em ações ordinárias	-	
Fundos excedentários	-	
Ações preferenciais	-	
Conta de prémios de emissão relacionados com ações preferenciais	-	
Reserva de reconciliação	157 408	1
Passivos subordinados	9 957	2
Montante igual ao valor líquido dos ativos por impostos diferidos	39 050	3
Outros elementos dos fundos próprios aprovados pela autoridade de supervisão	27 097	1
Fundos próprios que não cumprem critérios para serem classificados como fundos próprios	-	
Deduções por participações em instituições financeiras e instituições de crédito	-	
<b>Total dos Fundos Próprios de Base</b>	<b>317 512</b>	
<b>Fundos Próprios Complementares</b>		
Capital não realizado e não mobilizado em ações ordinárias, mobilizáveis mediante pedido	98 000	2
Ações preferenciais não realizadas e não mobilizadas, mobilizáveis mediante pedido	-	
Compromissos juridicamente vinculativo de subscrição e pagamento dos passivos subordinados	-	
Cartas de crédito e garantias nos termos do artigo 96.º, n.º 2, da Diretiva 2009/138/CE	-	
Cartas de crédito e garantias não abrangidas pelo artigo 96.º, n.º 2, da Diretiva 2009/138/CE	-	
Outros fundos próprios complementares	-	
<b>Total dos Fundos Próprios Complementares</b>	<b>98 000</b>	
<b>Total dos Fundos Próprios Disponíveis</b>	<b>415 512</b>	

### E.1.3 CLASSIFICAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Em Solvência II os fundos próprios são classificados de acordo com a sua capacidade para absorção de perdas em Nível 1, Nível 2 e Nível 3, dependendo da qualidade dos elementos que os compõem e da sua disponibilidade para absorver as perdas.

**Nível 1:** Corresponde aos fundos próprios de base substancialmente disponíveis.

**Nível 2:** Fundos próprios de base e complementares, que são substancialmente subordinados.

**Nível 3:** Restantes fundos próprios de base e complementares que não são Nível 1 nem Nível 2.

Adicionalmente, existem ainda limites de elegibilidade para os capitais incluídos em Nível 2 e Nível 3.

Fundos próprios de Solvência II em 31 de dezembro distribuídos por Níveis:

(milhares de euros)

Fundos Próprios 2021	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Fundos próprios disponíveis para MCR	304 376	294 527	9 849	-
Fundos próprios elegíveis para MCR	304 376	294 527	9 849	-
<b>MCR</b>	<b>145 342</b>			
Fundos próprios disponíveis para SCR	436 492	294 527	101 349	40 616
Fundos próprios elegíveis para SCR	436 492	294 527	101 349	40 616
<b>SCR</b>	<b>322 983</b>			

(milhares de euros)

Fundos Próprios 2020	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Fundos próprios disponíveis para MCR	278 462	268 505	9 957	-
Fundos próprios elegíveis para MCR	278 462	268 505	9 957	-
<b>MCR</b>	<b>144 422</b>			
Fundos próprios disponíveis para SCR	415 512	268 505	107 957	39 050
Fundos próprios elegíveis para SCR	415 512	268 505	107 957	39 050
<b>SCR</b>	<b>320 939</b>			

### E.1.4 FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES

A Companhia apresenta como Fundos Próprios Complementares 91.500 milhares de euros referentes a um contrato de empréstimo subordinado não realizado (“*On Demand Subordinated Loan Agreement*”), celebrado com a Assicurazioni Generali S.p.A., mobilizável nas condições definidas no mesmo.

Refira-se ainda que, foi efetuado em dezembro de 2021, um aumento de capital no montante de 6.500 milhares de euros por realização do anteriormente existente capital subscrito não realizado de 98.000 milhares de euros que a Companhia apresentava em 2020, tendo a Companhia optado por não realizar o montante remanescente, o qual cessou em dezembro de 2021.

### E.1.5 DEDUÇÕES E RESTRIÇÕES

A Companhia não aplica qualquer dedução ou restrição que afete a disponibilidade e transferibilidade dos seus fundos próprios.

### E.1.6 RESERVA DE RECONCILIAÇÃO

A composição da reserva de reconciliação, no âmbito de Solvência II, é composta pelos seguintes itens:

(milhares de euros)

Reserva de Reconciliação – GENERALI SEGUROS	2021	2020
Excesso de ativos sobre passivos	335 143	307 555
Dividendos, distribuições e cargas futuras (-)	-	-
Outros fundos próprios (-)	158 213	150 147
<b>Reserva de Reconciliação</b>	<b>176 930</b>	<b>157 408</b>

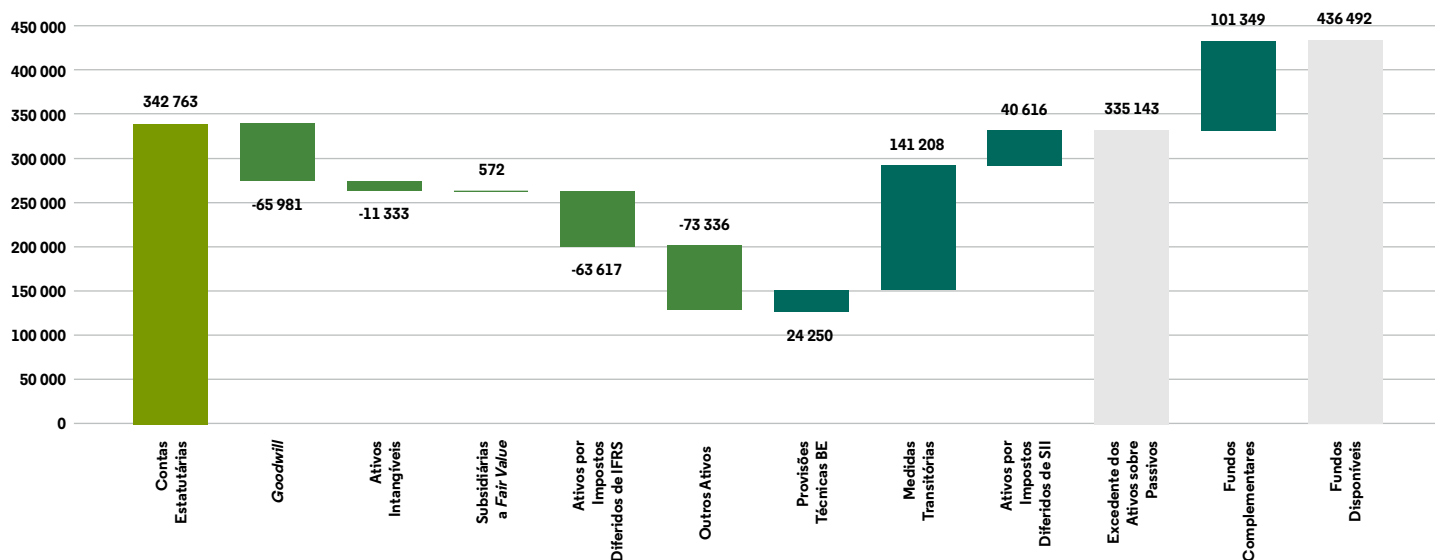


## E.1.7 DIFERENÇA ENTRE A AVALIAÇÃO DE SOLVÊNCIA II E IFRS

As diferenças entre os fundos próprios estatutários e de Solvência II eram as seguintes:

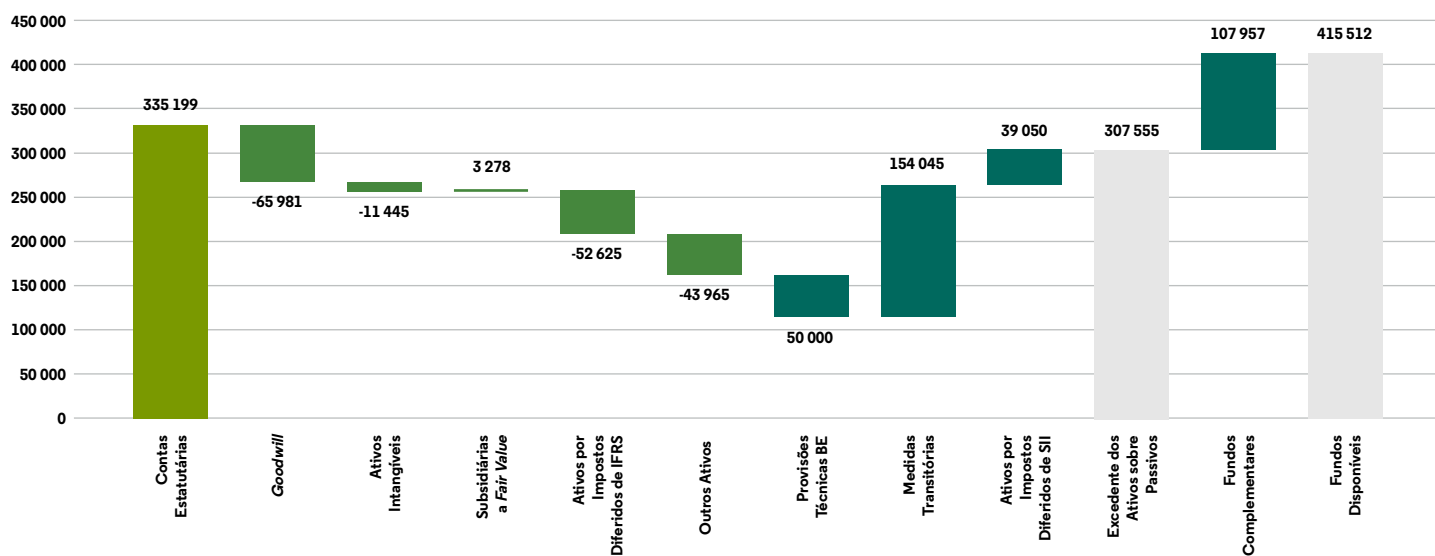
## FUNDOS PRÓPRIOS 2021 – GENERALI SEGUROS

(milhares de euros)



## FUNDOS PRÓPRIOS 2020 – GENERALI SEGUROS

(milhares de euros)



## E.2 REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA E REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO

A Companhia aplica, para o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, a fórmula-padrão prevista no Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, artigos 119.º a 129.º e artigo 147.º, respetivamente. A Companhia não recorreu a modelos internos (totais ou parciais) nem a parâmetros específicos da empresa no cálculo das suas necessidades de capital.

### E.2.1 INFORMAÇÃO QUANTITATIVA

O requisito de capital da Companhia apurado a 31 de dezembro resume-se da seguinte forma:

	(milhares de euros)		
Detalhe Fundos Próprios – GENERALI SEGUROS	2021	2020	VAR 21/20
<b>MCR</b>			
Rácio MCR	209,4%	192,8%	16,6 p.p.
Margem de solvência para MCR	159 033	134 040	18,6%
MCR	145 342	144 422	0,6%
<b>Fundos próprios elegíveis para MCR</b>	<b>304 376</b>	<b>278 462</b>	<b>9,3%</b>
Tier 1	294 527	268 505	9,7%
Tier 2	9 849	9 957	-1,1%
<b>Fundos próprios disponíveis para MCR</b>	<b>304 376</b>	<b>278 462</b>	<b>9,3%</b>
Tier 1	294 527	268 505	9,7%
Tier 2	9 849	9 957	-1,1%
<b>SCR</b>			
Rácio SCR	135,1%	129,5%	5,7 p.p.
Margem de solvência para SCR	113 509	94 574	20,0%
SCR	322 983	320 939	0,6%
<b>Fundos próprios elegíveis para SCR</b>	<b>436 492</b>	<b>415 512</b>	<b>5,0%</b>
Tier 1	294 527	268 505	9,7%
Tier 2	101 349	107 957	-6,1%
Tier 3	40 616	39 050	4,0%
<b>Fundos próprios disponíveis para SCR</b>	<b>436 492</b>	<b>415 512</b>	<b>5,0%</b>
Tier 1	294 527	268 505	9,7%
Tier 2	101 349	107 957	-6,1%
Tier 3	40 616	39 050	4,0%
<b>SCR</b>	<b>322 983</b>	<b>320 939</b>	<b>0,6%</b>
Ajustamento de impostos	-51 881	-42 209	22,9%
Ajustamento de provisões técnicas	-7 884	-8 678	-9,2%
Risco operacional	34 695	33 272	4,3%
BSCR	348 053	338 554	2,8%
Risco de mercado	150 064	138 899	8,0%
Risco de contraparte	18 377	22 465	-18,2%
Risco de vida	71 476	83 532	-14,4%
Risco de acidentes e doença	148 755	142 335	4,5%
Risco não-vida	172 351	163 729	5,3%

## E.3 UTILIZAÇÃO DO SUB-MÓDULO DE RISCO ACIONISTA BASEADO NA DURAÇÃO PARA CALCULAR O REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA

A Companhia não utiliza o sub-módulo de risco acionista baseado na duração para calcular o requisito de capital de solvência.

## E.4 DIFERENÇAS ENTRE A FÓRMULA-PADRÃO E QUALQUER MODELO INTERNO UTILIZADO

A Companhia calcula os seus requisitos de capital utilizando exclusivamente a fórmula-padrão.

## E.5 INCUMPRIMENTO DO REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO E INCUMPRIMENTO DO REQUISITO DO CAPITAL DE SOLVÊNCIA

Durante o ano de 2021, a Companhia apresentou capitais elegíveis superiores aos requisitos mínimos de solvência.

## E.6 INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A Companhia efetuou uma análise do impacto nos seus fundos próprios e requisitos de capital resultante da não utilização da capacidade de absorção de perdas em impostos diferidos, ou seja, o impacto de não permitir a recuperação de parte das perdas esperadas num cenário de stress, por ajustamento dos impostos diferidos em conformidade.

Desta forma, e tendo por base o Plano da Companhia referente ao período 2022-2024, foi efetuada uma análise que consistiu em avaliar as perspetivas de evolução e de posicionamento no mercado após uma perda instantânea (referente à soma do requisito de capital de solvência de base, do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas e do requisito de capital para o risco operacional), permitindo determinar o resultado fiscal projetado da Companhia.

Na elaboração da projeção, considerou-se os lucros necessários para recuperar os ativos líquidos por impostos diferidos constantes do balanço económico antes do choque, o valor dos prejuízos fiscais em anos anteriores, e a sua capacidade de geração de lucros para cobrir esses prejuízos.

Verifica-se que a não utilização do LAC DT diminuiria o rácio de solvência em 18,7 p.p.

De referir que do total do valor apurado do LAC DT, parte está *impaired*, dado que não foi possível demonstrar a sua plena recuperação, e por isso não foi utilizada, ou seja, a Companhia apurou 91.099 milhares de euros de LAC DT e apenas está a utilizar 51.881 milhares de euros.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ano extremamente desafiante, o Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos seus Clientes, Mediadores, Colaboradores e restantes Parceiros, pela sua contribuição para a mitigação dos impactos negativos na Companhia e desenvolvimento da mesma.

A Generali Seguros reconhece também a colaboração que a Associação Portuguesa de Seguradores tem vindo a prestar à Companhia em vários domínios das suas áreas de competência e garantindo a defesa dos interesses do setor.

Um último agradecimento ao apoio da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões que contribuiu também e de forma decisiva, para que a Generali Seguros conseguisse ultrapassar com sucesso mais uma etapa importante da sua história.

Lisboa, 28 de abril de 2022

## **O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Jaime Anchústegui Melgarejo (Presidente)

João Vieira de Almeida (Vice-Presidente)

Pedro Luís Francisco Carvalho (CEO)

Stefano Flori

Riccardo Candoni

Patrícia Ribeiro Sanina Espírito Santo

# ANEXOS

(EM MILHARES DE EUROS)

S.02.01_BALANÇO .....	087
S.05.01_PRÉMIOS, SINISTROS E DESPESAS POR CLASSE DE NEGÓCIO.....	089
S.05.02_PRÉMIOS, SINISTROS E DESPESAS POR PAÍS.....	091
S.12.01_PROVISÕES TÉCNICAS VIDA E ACIDENTES E DOENÇA STV.....	092
S.17.01_PROVISÕES TÉCNICAS NÃO-VIDA .....	093
S.19.01_SINISTROS DE SEGUROS NÃO-VIDA .....	094
S.22.01_IMPACTO DAS MEDIDAS DE GARANTIA DE LONGO PRAZO E DAS MEDIDAS TRANSITÓRIAS.....	095
S.23.01_FUNDOS PRÓPRIOS .....	096
S.25.01_REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA – PARA AS EMPRESAS QUE UTILIZAM A FÓRMULA-PADRÃO .....	097
S.28.02_REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO – ATIVIDADES DE SEGURO OU DE RESSEGURO APENAS DO RAMO VIDA OU APENAS DO RAMO NÃO-VIDA .....	098

## S.02.01\_BALANÇO

		Solvency II value
		C0010
<b>Assets</b>		
Goodwill	R0010	
Deferred acquisition costs	R0020	
Intangible assets	R0030	
Deferred tax assets	R0040	102 311
Pension benefit surplus	R0050	1 356
Property, plant & equipment held for own use	R0060	26 221
<b>linked contracts)</b>	<b>R0070</b>	<b>2 427 483</b>
Property (other than for own use)	R0080	7 931
Holdings in related undertakings, including participations	R0090	105 812
<i>Equities</i>	<i>R0100</i>	<i>18 158</i>
Equities - listed	R0110	2 865
Equities - unlisted	R0120	15 293
<i>Bonds</i>	<i>R0130</i>	<i>2 163 408</i>
Government Bonds	R0140	1 346 618
Corporate Bonds	R0150	670 294
Structured notes	R0160	140 784
Collateralised securities	R0170	5 712
Collective Investments Undertakings	R0180	132 174
Derivatives	R0190	
Deposits other than cash equivalents	R0200	
Other investments	R0210	
Assets held for index-linked and unit-linked contracts	R0220	3 662
<b>Loans and mortgages</b>	<b>R0230</b>	<b>30 047</b>
Loans on policies	R0240	
Loans and mortgages to individuals	R0250	581
Other loans and mortgages	R0260	29 466
<b>Reinsurance recoverables from:</b>	<b>R0270</b>	<b>208 341</b>
Non-life and health similar to non-life	R0280	72 442
Non-life excluding health	R0290	67 587
Health similar to non-life	R0300	4 855
unit-linked	R0310	117 818
Health similar to life	R0320	17 416
Life excluding health and index-linked and unit-linked	R0330	100 401
Life index-linked and unit-linked	R0340	18 081
Deposits to cedants	R0350	
Insurance and intermediaries receivables	R0360	49 551
Reinsurance receivables	R0370	9 094
Receivables (trade, not insurance)	R0380	16 324
Own shares (held directly)	R0390	
not yet paid in	R0400	
Cash and cash equivalents	R0410	82 696
Any other assets, not elsewhere shown	R0420	17 245
<b>Total assets</b>	<b>R0500</b>	<b>2 974 329</b>

		Solvency II value
		C0010
<b>Liabilities</b>		
<b>Technical provisions - non-life</b>	<b>R0510</b>	<b>752 403</b>
<b>Technical provisions - non-life (excluding health)</b>	<b>R0520</b>	<b>589 876</b>
Technical provisions calculated as a whole	R0530	
Best Estimate	R0540	567 425
Risk margin	R0550	22 451
<b>Technical provisions - health (similar to non-life)</b>	<b>R0560</b>	<b>162 526</b>
Technical provisions calculated as a whole	R0570	
Best Estimate	R0580	124 074
Risk margin	R0590	38 452
<b>Technical provisions - life (excluding index-linked and unit-linked)</b>	<b>R0600</b>	<b>1 457 653</b>
<b>Technical provisions - health (similar to life)</b>	<b>R0610</b>	<b>757 966</b>
Technical provisions calculated as a whole	R0620	
Best estimate	R0630	757 966
Risk margin	R0640	0
<b>unit-linked)</b>	<b>R0650</b>	<b>699 686</b>
Technical provisions calculated as a whole	R0660	
Best Estimate	R0670	689 761
Risk margin	R0680	9 925
<b>Technical provisions - index-linked and unit-linked</b>	<b>R0690</b>	<b>23 731</b>
Technical provisions calculated as a whole	R0700	21 995
Best Estimate	R0710	1 510
Risk margin	R0720	226
Other technical provisions	R0730	
Contingent liabilities	R0740	
Provisions other than technical provisions	R0750	1 227
Pension benefit obligations	R0760	799
Deposits from reinsurers	R0770	112 794
Deferred tax liabilities	R0780	61 694
Derivatives	R0790	
Debts owed to credit institutions	R0800	
Financial liabilities other than debts owed to credit institutions	R0810	25 133
Insurance & intermediaries payables	R0820	68 552
Reinsurance payables	R0830	22 126
Payables (trade, not insurance)	R0840	9 655
<b>Subordinated liabilities</b>	<b>R0850</b>	<b>9 849</b>
Subordinated liabilities not in Basic Own Funds	R0860	
Subordinated liabilities in Basic Own Funds	R0870	9 849
Any other liabilities, not elsewhere shown	R0880	93 570
<b>Total liabilities</b>	<b>R0900</b>	<b>2 639 186</b>
<b>Excess of assets over liabilities</b>	<b>R1000</b>	<b>335 143</b>









S.12.01\_PROVISÕES TÉCNICAS VIDA E ACIDENTES E DOENÇA STV

	Insurance with risk participation		Insured and linked insurance		Other life insurance		Amplified amounts from non-life insurance contracts with options or guarantees		Acceptance insurance	Total (Life other than health insurance)		Health insurance (direct business)		Amplified amounts from health insurance contracts with options or guarantees	Health insurance (rebalance accepted)	Total (Health similar to life insurance)	
	0030	0031	0040	0050	0070	0080	0090	0100		0110	0120	0130	0140				0150
<b>R0010</b> Technical provision calculated as a whole																	
Total recoverable from insurance (SV and F) and F, after the adjustment for expected losses due to counterpart default (assembled to TP as a whole)		31.291									21.992						0
<b>R0020</b> Technical provision calculated as a sum of the net RM		31.081									18.081						0
<b>R0030</b> Total technical provision		777.668									733.974						797.408
Total recoverable from insurance (SV and F) and F, after the adjustment for expected losses due to counterpart default		109.230		1.510		136.871		91.396	186		100.401						17.415
Net estimate minus recoveries from insurance (SV and F) and F, after the adjustment for expected losses due to counterpart default		668.444		1.510		-117.660		8.113	186		633.572						779.992
Risk Margin		20.394							0		32.399						36.885
Amount of the transfer on Technical Provisions																	
Net estimate		25.722									-42.702						-39.441
Net margin		20.394									-21.178						-36.885
Technical provision - Total		751.092		23.721		-52.022		-1.566	186		729.418						757.965

S.17.01\_PROVISÕES TÉCNICAS NÃO-VIDA

	Direct business and accepted proportional reinsurance														Total Non-Life obligations		
	Medical expense insurance	Income protection insurance	Workers' compensation insurance	Motor vehicle liability insurance	Other motor insurance	Marine, aviation and transport insurance	Life and other damage to property insurance	General liability insurance	Credit and suretyship insurance	Legal expenses insurance	Assistance	Mechanical/electrical losses	Non-proportional health reinsurance	Non-proportional casualty reinsurance		Non-proportional marine, aviation and transport reinsurance	Non-proportional property reinsurance
	CO20	CO20	CO400	CO500	CO500	CO700	CO800	CO900	CO1000	CO1100	CO1200	CO1300	CO1400	CO1500	CO1600	CO1700	CO1800
Technical provisions calculated as a whole																	0
Technical provisions calculated as a sum of BE and RM																	0
Best estimate																	0
Premium provisions																	0
Total recoverable from reinsurers/SW and RW/RC after the adjustment for expected losses due to counterparty default																	144 679
Net Best Estimate of Premium Provisions	15 534	790	3 178	68 213	34 654	142	28 979	1 090	16	2	-5 798	107	0	0	0	0	-5 534
Adjustment for expected losses due to counterparty default	2 174	-185	-1 846	-163	-442	87	1 074	135	0	0	-6 361	-10	0	0	0	0	150 013
Net Best Estimate of Premium Provisions	13 420	934	5 016	68 372	35 096	95	24 895	1 555	15	2	553	177	0	0	0	0	0
Churn provisions																	0
Churn provisions	20 810	5 660	78 950	207 763	25 016	1 627	72 074	43 320	87	21	15	6 743	48	53	28	28	547 021
Adjustment for expected losses due to counterparty default	1 566	157	2 988	19 372	4	491	38 377	10 267	41	0	0	5 904	46	4	0	0	0
Net Best Estimate of Churn Provisions	19 250	5 445	75 102	227 356	25 013	1 146	34 298	35 145	46	21	15	15	48	89	28	28	469 044
Total Best estimate - gross	36 414	6 332	81 240	358 976	59 071	1 779	98 853	47 082	100	23	-5 783	6 910	48	83	28	28	691 499
Total Best estimate - net	32 679	6 379	80 119	340 929	60 819	1 261	59 823	36 700	61	23	578	1 017	48	89	28	28	619 057
Risk margin	966	338	37 207	13 893	2 122	126	2 466	3 414	7	0	201	1 077	1	1	1	1	60 903
Amount of BE transferred to technical provisions																	0
Amount of BE transferred to technical provisions																	0
Best estimate																	0
Risk margin																	0
Technical provisions - total																	0
Technical provisions - total	37 320	6 690	119 467	372 869	61 863	1 995	101 020	50 497	110	23	-5 553	7 018	49	84	42	42	752 407
Recoverable from reinsurers/SW and RW/RC after the adjustment for expected losses due to counterparty default - total																	0
Technical provisions minus recoverables from reinsurers/SW and RW/RC - total	3 740	-27	1 141	16 047	-408	578	39 460	10 382	42	0	-4 361	8 904	0	-4	-4	-4	72 442
Net Re - total	33 579	6 718	117 226	354 822	62 301	1 327	61 959	40 115	69	23	808	1 124	49	90	42	42	679 965



## S.22.01\_IMPACTO DAS MEDIDAS DE GARANTIA DE LONGO PRAZO E DAS MEDIDAS TRANSITÓRIAS

		Amount with Long Term Guarantee measures and transitionals	Impact of transitional on technical provisions	Impact of transitional on interest rate	Impact of volatility adjustment set to zero	Impact of matching adjustment set to zero
		C0010	C0030	C0050	C0070	C0090
Technical provisions	R0010	2 233 787	141 208		4 256	
Basic own funds	R0020	344 992	-101 288		2 419	
Eligible own funds to meet Solvency Capital Requirement	R0050	436 492	-129 960		-4 153	
Solvency Capital Requirement	R0090	322 983	22 777		823	
Eligible own funds to meet Minimum Capital Requirement	R0100	304 376	-141 208		-4 276	
Minimum Capital Requirement	R0110	145 342	10 250		370	

S.23.01\_FUNDOS PRÓPRIOS

		Total	Tier 1 - unrestricted	Tier 1 - restricted	Tier 2	Tier 3
		C0010	C0020	C0030	C0040	C0050
<b>Basic own funds before deduction for participations in other financial sector as foreseen in article 68 of Delegated Regulation 2015/35</b>						
Ordinary share capital (gross of own shares)	R0010	90 500	90 500			
Share premium account related to ordinary share capital	R0030					
Initial funds, members' contributions or the equivalent basic own - fund item for mutual and mutual-type undertakings	R0040					
Subordinated mutual member accounts	R0050					
Surplus funds	R0070					
Preference shares	R0090					
Share premium account related to preference shares	R0110					
Reconciliation reserve	R0130	176 930	176 930			
Subordinated liabilities	R0140	9 849			9 849	
An amount equal to the value of net deferred tax assets	R0160	40 616				40 616
Other own fund items approved by the supervisory authority as basic own funds not specified above	R0180	27 097	27 097			
<b>Own funds from the financial statements that should not be represented by the reconciliation reserve and do not meet the criteria to be classified as Solvency II own funds</b>						
Own funds from the financial statements that should not be represented by the reconciliation reserve and do not meet the criteria to be classified as Solvency II own funds	R0220					
<b>Deductions</b>						
Deductions for participations in financial and credit institutions	R0230					
<b>Total basic own funds after deductions</b>	<b>R0290</b>	<b>344 992</b>	<b>294 527</b>		<b>9 849</b>	<b>40 616</b>
<b>Ancillary own funds</b>						
Unpaid and uncalled ordinary share capital callable on demand	R0300	91 500			91 500	
Unpaid and uncalled initial funds, members' contributions or the equivalent basic own fund item for mutual and mutual-type undertakings, callable on demand	R0310					
Unpaid and uncalled preference shares callable on demand	R0320					
A legally binding commitment to subscribe and pay for subordinated liabilities on demand	R0330					
Letters of credit and guarantees under Article 96(2) of the Directive 2009/138/EC	R0340					
Letters of credit and guarantees other than under Article 96(2) of the Directive 2009/138/EC	R0350					
Supplementary members calls under first subparagraph of Article 96(3) of the Directive 2009/138/EC	R0360					
Supplementary members calls - other than under first subparagraph of Article 96(3) of the Directive 2009/138/EC	R0370					
Other ancillary own funds	R0390					
<b>Total ancillary own funds</b>	<b>R0400</b>	<b>91 500</b>			<b>91 500</b>	
<b>Available and eligible own funds</b>						
<b>Total available own funds to meet the SCR</b>	<b>R0500</b>	<b>436 492</b>	<b>294 527</b>		<b>101 349</b>	<b>40 616</b>
<b>Total available own funds to meet the MCR</b>	<b>R0510</b>	<b>304 376</b>	<b>294 527</b>		<b>9 849</b>	
<b>Total eligible own funds to meet the SCR</b>	<b>R0540</b>	<b>436 492</b>	<b>294 527</b>		<b>101 349</b>	<b>40 616</b>
<b>Total eligible own funds to meet the MCR</b>	<b>R0550</b>	<b>304 376</b>	<b>294 527</b>		<b>9 849</b>	
<b>SCR</b>	<b>R0580</b>	<b>322 983</b>				
<b>MCR</b>	<b>R0600</b>	<b>145 342</b>				
<b>Ratio of Eligible own funds to SCR</b>	<b>R0620</b>	<b>135,14%</b>				
<b>Ratio of Eligible own funds to MCR</b>	<b>R0640</b>	<b>209,42%</b>				
<b>Reconciliation reserve</b>						
Excess of assets over liabilities	R0700	335 143				
Own shares (held directly and indirectly)	R0710					
Foreseeable dividends, distributions and charges	R0720					
Other basic own fund items	R0730	158 213				
Adjustment for restricted own fund items in respect of matching adjustment portfolios and ring fenced funds	R0740					
<b>Reconciliation reserve</b>	<b>R0760</b>	<b>176 930</b>				
<b>Expected profits</b>						
Expected profits included in future premiums (EPIFP) - Life Business	R0770	161 050				
Expected profits included in future premiums (EPIFP) - Non-life business	R0780	34 872				
<b>Total Expected profits included in future premiums (EPIFP)</b>	<b>R0790</b>	<b>195 922</b>				



## S.25.01\_REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA – PARA AS EMPRESAS QUE UTILIZAM A FÓRMULA-PADRÃO

		Total	Tier 1 - unrestricted	Tier 1 - restricted	Tier 2	Tier 3
		C0010	C0020	C0030	C0040	C0050
<b>Basic own funds before deduction for participations in other financial sector as foreseen in article 68 of Delegated Regulation 2015/35</b>						
Ordinary share capital (gross of own shares)	R0010	90 500	90 500			
Share premium account related to ordinary share capital	R0030					
Initial funds, members' contributions or the equivalent basic own - fund item for mutual and mutual-type undertakings	R0040					
Subordinated mutual member accounts	R0050					
Surplus funds	R0070					
Preference shares	R0090					
Share premium account related to preference shares	R0110					
Reconciliation reserve	R0130	176 930	176 930			
Subordinated liabilities	R0140	9 849			9 849	
An amount equal to the value of net deferred tax assets	R0160	40 616				40 616
Other own fund items approved by the supervisory authority as basic own funds not specified above	R0180	27 097	27 097			
<b>Own funds from the financial statements that should not be represented by the reconciliation reserve and do not meet the criteria to be classified as Solvency II own funds</b>						
Own funds from the financial statements that should not be represented by the reconciliation reserve and do not meet the criteria to be classified as Solvency II own funds	R0220					
<b>Deductions</b>						
Deductions for participations in financial and credit institutions	R0230					
<b>Total basic own funds after deductions</b>	<b>R0290</b>	<b>344 992</b>	<b>294 527</b>		<b>9 849</b>	<b>40 616</b>
<b>Ancillary own funds</b>						
Unpaid and uncalled ordinary share capital callable on demand	R0300	91 500			91 500	
Unpaid and uncalled initial funds, members' contributions or the equivalent basic own fund item for mutual and mutual-type undertakings, callable on demand	R0310					
Unpaid and uncalled preference shares callable on demand	R0320					
A legally binding commitment to subscribe and pay for subordinated liabilities on demand	R0330					
Letters of credit and guarantees under Article 96(2) of the Directive 2009/138/EC	R0340					
Letters of credit and guarantees other than under Article 96(2) of the Directive 2009/138/EC	R0350					
Supplementary members calls under first subparagraph of Article 96(3) of the Directive 2009/138/EC	R0360					
Supplementary members calls - other than under first subparagraph of Article 96(3) of the Directive 2009/138/EC	R0370					
Other ancillary own funds	R0390					
<b>Total ancillary own funds</b>	<b>R0400</b>	<b>91 500</b>			<b>91 500</b>	
<b>Available and eligible own funds</b>						
<b>Total available own funds to meet the SCR</b>	<b>R0500</b>	<b>436 492</b>	<b>294 527</b>		<b>101 349</b>	<b>40 616</b>
<b>Total available own funds to meet the MCR</b>	<b>R0510</b>	<b>304 376</b>	<b>294 527</b>		<b>9 849</b>	
<b>Total eligible own funds to meet the SCR</b>	<b>R0540</b>	<b>436 492</b>	<b>294 527</b>		<b>101 349</b>	<b>40 616</b>
<b>Total eligible own funds to meet the MCR</b>	<b>R0550</b>	<b>304 376</b>	<b>294 527</b>		<b>9 849</b>	
<b>SCR</b>	<b>R0580</b>	<b>322 983</b>				
<b>MCR</b>	<b>R0600</b>	<b>145 342</b>				
<b>Ratio of Eligible own funds to SCR</b>	<b>R0620</b>	<b>135,14%</b>				
<b>Ratio of Eligible own funds to MCR</b>	<b>R0640</b>	<b>209,42%</b>				
<b>Reconciliation reserve</b>						
Excess of assets over liabilities	R0700	335 143				
Own shares (held directly and indirectly)	R0710					
Foreseeable dividends, distributions and charges	R0720					
Other basic own fund items	R0730	158 213				
Adjustment for restricted own fund items in respect of matching adjustment portfolios and ring fenced funds	R0740					
<b>Reconciliation reserve</b>	<b>R0760</b>	<b>176 930</b>				
<b>Expected profits</b>						
Expected profits included in future premiums (EPIFP) - Life Business	R0770	161 050				
Expected profits included in future premiums (EPIFP) - Non-life business	R0780	34 872				
<b>Total Expected profits included in future premiums (EPIFP)</b>	<b>R0790</b>	<b>195 922</b>				

## S.28.02\_REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO - ATIVIDADES DE SEGURO OU DE RESSEGURO APENAS DO RAMO VIDA OU APENAS DO RAMO NÃO-VIDA

		Non-life activities	Life activities
		C0010	C0020
Linear formula component for non-life insurance and reinsurance obligations	R0010	127 515	0

### Linear formula component for non-life insurance and reinsurance obligations

MCR calculation Non Life		Non-life activities		Life activities	
		Net (of reinsurance/SPV) best estimate and TP calculated as a whole	Net (of reinsurance) written premiums in the last 12 months	Net (of reinsurance/SPV) best estimate and TP calculated as a whole	Net (of reinsurance) written premiums in the last 12 months
		C0030	C0040	C0050	C0060
Medical expense insurance and proportional reinsurance	R0020	32 673	114 250	0	0
Income protection insurance and proportional reinsurance	R0030	6 379	10 895	0	0
Workers' compensation insurance and proportional reinsurance	R0040	80 119	267 563	0	0
Motor vehicle liability insurance and proportional reinsurance	R0050	340 929	239 630	0	0
Other motor insurance and proportional reinsurance	R0060	60 109	163 964	0	0
Marine, aviation and transport insurance and proportional reinsurance	R0070	1 201	3 110	0	0
Fire and other damage to property insurance and proportional reinsurance	R0080	59 103	94 637	0	0
General liability insurance and proportional reinsurance	R0090	36 700	18 896	0	0
Credit and suretyship insurance and proportional reinsurance	R0100	61	59	0	0
Legal expenses insurance and proportional reinsurance	R0110	23	8	0	0
Assistance and proportional reinsurance	R0120	578	23 776	0	0
Miscellaneous financial loss insurance and proportional reinsurance	R0130	1 017	502	0	0
Non-proportional health reinsurance	R0140	48	0	0	0
Non-proportional casualty reinsurance	R0150	89	0	0	0
Non-proportional marine, aviation and transport reinsurance	R0160	0	0	0	0
Non-proportional property reinsurance	R0170	28	0	0	0

### Linear formula component for life insurance and reinsurance obligations

MCR calculation Life		Non-life activities		Life activities	
		Net (of reinsurance/SPV) best estimate and TP calculated as a whole	Net (of reinsurance/SPV) total capital at risk	Net (of reinsurance/SPV) best estimate and TP calculated as a whole	Net (of reinsurance/SPV) total capital at risk
		C0090	C0100	C0110	C0120
Obligations with profit participation - guaranteed benefits	R0210	0		642 672	
Obligations with profit participation - future discretionary benefits	R0220	0		22 520	
Index-linked and unit-linked insurance obligations	R0230			5 424	
Other life (re)insurance and health (re)insurance obligations	R0240	740 550		-43 387	
Total capital at risk for all life (re)insurance obligations	R0250		0		10 698 677

		Non-life activities	Life activities
		C0070	C0080
Linear formula component for life insurance and reinsurance obligations	R0200	15 552	30 135

### Overall MCR calculation

Linear MCR	R0300		173 201
SCR	R0310		322 983
MCR cap	R0320		145 342
MCR floor	R0330		80 746
Combined MCR	R0340		145 342
Absolute floor of the MCR	R0350		7 400
<b>Minimum Capital Requirement</b>	<b>R0400</b>		<b>145 342</b>

### Notional non-life and life MCR calculation

		Non-life activities	Life activities
		C0140	C0150
Notional linear MCR	R0500	143 066	30 135
Notional SCR excluding add-on (annual or latest calculation)	R0510	266 788	56 195
Notional MCR cap	R0520	120 055	25 288
Notional MCR floor	R0530	66 697	14 049
Notional Combined MCR	R0540	120 055	25 288
Absolute floor of the notional MCR	R0550	3 700	3 700
Notional MCR	R0560	120 055	25 288

CERTIFICAÇÃO DO  
REVISOR OFICIAL  
DE CONTAS



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 – 15.º  
1069-006 Lisboa - Portugal  
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

## **Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões**

Ao  
Conselho de Administração da  
**Generali Seguros, S.A.**

### **Introdução**

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março (“Norma Regulamentar”), da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”), analisámos o Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira (“Relatório”), previsto na alínea a) do artigo 26.º da Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto (tal como sucessivamente alterada), incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório (“Informação quantitativa”), conforme estabelecida nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro de 2015 da **Generali Seguros, S.A.** (“Companhia”), com referência a 31 de dezembro de 2021.

O nosso relatório compreende o relato das seguintes matérias:

- A. Relato sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência e sobre a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e sobre o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo;
- B. Relato sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação; e
- C. Relato sobre a restante informação divulgada no Relatório sobre a solvência e a situação financeira e na Informação quantitativa conjuntamente divulgada.

*dv*



**A. RELATO SOBRE OS AJUSTAMENTOS ENTRE A DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA ESTATUTÁRIA E A CONSTANTE DO BALANÇO PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA E SOBRE A CLASSIFICAÇÃO, DISPONIBILIDADE E ELEGIBILIDADE DOS FUNDOS PRÓPRIOS E SOBRE O CÁLCULO DO REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA E DO REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO**

**Responsabilidades do órgão de gestão**

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia o cálculo dos ajustamentos entre a respetiva demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência e a classificação e avaliação da disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo submetido à ASF, em conformidade com o Regulamento Delegado (EU) n.º 2015/35, da Comissão, de 10 de outubro de 2014, que completa a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício ("Regulamento").

**Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas**

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia razoável de fiabilidade, sobre se os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

De acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da Norma Regulamentar, não é da nossa responsabilidade a verificação da adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo dos elementos incluídos no âmbito da certificação pelo atuário responsável da Companhia, definido no artigo 7.º da mesma Norma Regulamentar, e dos elementos do requisito do capital de solvência, incluídos no âmbito da certificação pelo atuário responsável, nos termos do artigo 10.º da mesma Norma Regulamentar.

**Âmbito do trabalho**

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas ("OROC") e consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita, com segurança razoável, concluir que os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, que a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e que o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente



relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

- (i) a reconciliação da informação base utilizada para o cálculo dos ajustamentos com os sistemas de informação da Companhia e a respetiva demonstração da posição financeira estatutária em 31 de dezembro de 2021 objeto de revisão legal de contas, e sobre a qual foi emitida Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases, datada de 18 de março de 2022;
- (ii) a revisão de acontecimentos subsequentes ocorridos entre a data da Certificação Legal das Contas e a data deste relatório;
- (iii) o entendimento dos critérios adotados;
- (iv) o recálculo dos ajustamentos efetuados pela Companhia, exceto os referidos no parágrafo seguinte que estão excluídos do âmbito desta certificação;
- (v) a reconciliação da informação base utilizada para os cálculos dos requisitos de capital de solvência e de capital mínimo em 31 de dezembro de 2021, com o balanço para efeitos de solvência, os registos contabilísticos e demais informação mantida nos sistemas da Companhia com referência à mesma data;
- (vi) a revisão em base de amostragem, da correta classificação e caracterização dos ativos de acordo com os requisitos do Regulamento;
- (vii) a revisão dos cálculos dos requisitos de capital de solvência e de capital mínimo em 31 de dezembro de 2021, efetuados pela Companhia; e
- (viii) a leitura da documentação preparada pela Companhia para dar cumprimento aos requisitos do Regulamento.

O trabalho realizado não compreendeu a certificação dos ajustamentos efetuados ao nível das provisões técnicas e dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro, nem a verificação do cálculo dos requisitos de capital que, conforme definido no artigo 7.º da Norma Regulamentar, são incluídos no âmbito de certificação do atuário responsável da Companhia, nos termos do artigo 10.º da mesma Norma Regulamentar.

Relativamente aos ajustamentos efetuados ao nível de impostos diferidos decorrentes dos ajustamentos acima referidos, o trabalho realizado apenas compreendeu a verificação do impacto em impostos diferidos, tomando por base os referidos ajustamentos efetuados pela Companhia.

A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planear e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.



Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC 1) e, assim, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

### **Conclusão**

Com base nos procedimentos realizados e incluídos na secção precedente “Âmbito do trabalho”, que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança razoável, concluímos que os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, que a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e que o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, à data a que se refere o relatório sobre a solvência e a situação financeira (31 de dezembro de 2021), estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

## **B. RELATO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO E EFETIVA APLICAÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNAÇÃO**

### **Responsabilidades do órgão de gestão**

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia:

- A preparação do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto, da ASF (tal como sucessivamente alterada); e
- A definição, aprovação, revisão periódica e documentação das principais políticas, estratégias e processos que definem e regulamentam o modo como a Companhia é dirigida, administrada e controlada, incluindo os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno (“Sistema de governação”), as quais devem ser descritas no capítulo B do Relatório, tendo em conta o previsto no artigo 294.º do Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014 (Regulamento).

### **Responsabilidade do Revisor Oficial de Contas**

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia limitada de fiabilidade sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação.





## Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da OROC e consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita concluir, com segurança moderada, sobre se o conteúdo do capítulo "Sistema de governação" do relatório sobre a solvência e a situação financeira, reflete, em todos os aspetos materialmente relevantes, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de governação da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

- (i) a apreciação da informação contida no Relatório sobre o Sistema de governação da Companhia quanto, aos seguintes principais aspetos: informações gerais; requisitos de qualificação e de idoneidade; sistema de gestão de riscos com inclusão da auto-avaliação do risco e da solvência; sistema de controlo interno; função de auditoria interna; função atuarial; subcontratação e eventuais informações adicionais;
- (ii) a leitura e apreciação da documentação que sustenta as principais políticas, estratégias e processos descritos no Relatório, que regulamentam o modo como a Companhia é dirigida, administrada e controlada e obtenção de prova corroborativa sobre a sua implementação;
- (iii) a discussão das conclusões com os responsáveis da Companhia.

A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planear e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC 1) e, assim, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

## Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e descritos na secção precedente "Âmbito do trabalho", que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, à data a que se refere o relatório sobre a solvência e a situação financeira (31 de dezembro de 2021) o conteúdo do capítulo "Sistema de governação", não reflete, em todos os aspetos materiais, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de governação da Companhia.





## **C. RELATO SOBRE A RESTANTE INFORMAÇÃO DIVULGADA NO RELATÓRIO SOBRE A SOLVÊNCIA E A SITUAÇÃO FINANCEIRA E A INFORMAÇÃO QUANTITATIVA CONJUNTAMENTE DIVULGADA**

### **Responsabilidades do órgão de gestão**

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia a preparação do Relatório sobre a Solvência e a Situação financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto, da ASF (tal como sucessivamente alterada), incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório, conforme estabelecida nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro de 2015.

### **Responsabilidade do Revisor Oficial de Contas**

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia limitada de fiabilidade sobre se a restante informação divulgada no Relatório e na Informação Quantitativa conjuntamente divulgada, é concordante com a informação que foi objeto do nosso trabalho e com o conhecimento que obtivemos durante a realização do mesmo.

### **Âmbito do trabalho**

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da OROC e consistiu da obtenção de prova suficiente e apropriada que permita concluir, com segurança moderada, sobre se a restante informação divulgada no relatório sobre a solvência e a situação financeira é concordante com a informação objeto do trabalho do revisor oficial de contas e com o conhecimento obtido durante o processo de certificação.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, a leitura integral do referido relatório e a avaliação da concordância conforme acima referida.

A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planejar e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC 1) e, assim, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.



## Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e descritos na secção precedente “Âmbito do trabalho” que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, à data a que se refere o relatório sobre a solvência e a situação financeira (31 de dezembro de 2021), a informação divulgada no relatório sobre a solvência e a situação financeira não é concordante com a informação que foi objeto do nosso trabalho e com o conhecimento que obtivemos durante a realização do mesmo.

## D. OUTRAS MATÉRIAS

Tendo em conta a normal dinâmica de qualquer sistema de controlo interno, as conclusões apresentadas relativamente ao sistema de governação da Companhia não deverão ser utilizadas para efetuar qualquer projeção para períodos futuros, na medida em que poderão existir alterações nos processos e controlos analisados e no seu grau de eficácia. Por outro lado, dadas as limitações inerentes ao sistema de controlo interno, irregularidades, fraudes ou erros podem ocorrer sem que sejam detetados.

28 de abril de 2022



KPMG & Associados,  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)  
representada por  
(ROC n.º 1011 e registado na CMVM com o n.º 20160626)

CERTIFICAÇÃO  
DO ATUÁRIO  
RESPONSÁVEL

31 de março de 2022

## **Relatório de Certificação Atuarial Generali Seguros, S.A.**

### **1. Introdução**

Este *Relatório de Certificação Atuarial* (ou "*Relatório*") abrange os resultados de solvência da **Generali Seguros, S.A.**, uma Seguradora portuguesa (ou "Companhia") regulamentada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

No âmbito do *Atuário Responsável* e tal como é definido pela regulamentação portuguesa, *Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março* (ou "NR"), a Milliman Consultants and Actuaries, S.L.U. (ou "Milliman") foi contratada pela Companhia para rever certos aspetos dos seus resultados de solvência em 31 de dezembro de 2021.

Os resultados da solvência da Companhia em 31 de dezembro de 2021 apresentados em seu Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira ("RSSF") são os seguintes:

- Provisões Técnicas de EUR 2,233.8 milhões, compostos por EUR 2,222.9 milhões da Melhor Estimativa do Passivo, por EUR 22.0 milhões das Provisões Técnicas calculadas como um todo, e EUR 130.1 milhões de Margem de Risco. As Provisões Técnicas da Companhia incluem uma dedução transitória aplicável às Provisões Técnicas por EUR 141.2 milhões.
- Montantes Recuperáveis de Contratos de Resseguro de EUR 208.3 milhões.
- Fundos Próprios Elegíveis para a cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) de EUR 436.5 milhões e Fundos Próprios Elegíveis para a cobertura do Requisito de Capital Mínimo (MCR) de EUR 304.4 milhões.
- Capital de Solvência (SCR) de EUR 323.0 milhões e Requisito de Capital Mínimo (MCR) de EUR 145.3 milhões.

## 2. Âmbito

Este *Relatório* abrange a verificação da aplicação das especificações regulamentares e técnicas relacionadas com o Solvência II<sup>i</sup> no que respeita ao cálculo dos seguintes elementos:

- Das provisões técnicas, incluindo a aplicação do ajustamento de volatilidade, e dos regimes transitórios previstos nos artigos 24.º e 25.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.
- Dos montantes Recuperáveis de Contratos de Resseguro.
- Dos módulos de risco específico de seguros de vida, de risco específico de seguros não vida, de risco específico de seguros de acidentes e doença, e do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas do SCR, divulgados no relatório sobre a solvência e a situação financeira (RSSF).

## 3. Responsabilidades

- Este *Relatório* foi elaborado nos termos da *Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março*.
- A responsabilidade da aprovação do RSSF é do órgão de administração ou governação da Companhia.
- O *Atuário Responsável* é o responsável por emitir um parecer independente de natureza atuarial sobre os itens estabelecidos no ponto anterior (Âmbito). No que respeita a este documento, a Milliman e o *Atuário(s) Responsável(s)* não pretendem favorecer nem assumir qualquer obrigação ou responsabilidade para com outras partes.
- As nossas conclusões tiveram em conta as conclusões do *Revisor Oficial de Contas* da Companhia.

#### 4. Opinião

A nossa opinião baseia-se no âmbito do *Atuário Responsável* nos termos previstos na *Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março*. Verificámos que os seguintes pontos foram calculados pela Companhia em coerência com as especificações regulamentares e técnicas do Solvência II<sup>i</sup> e ficámos satisfeitos com o resultado da análise: Provisões Técnicas; Recuperáveis de Contratos de Resseguro; SCR do risco específico de seguros de vida; SCR do risco específico de seguros não vida; SCR de risco específico de seguros de acidentes e doença; e, do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas do SCR.

As nossas conclusões são baseadas, entre outras, em condições económicas, financeiras, bem como em obrigações para com os clientes existentes na Companhia em 31 de dezembro de 2021.

Estas conclusões não preveem perdas para eventos futuros extraordinários, ou perdas para eventos não suficientemente representados nos dados fornecidos, ou que não são ainda quantificáveis, incluindo impactos adicionais da pandemia do COVID-19.

A substancial incerteza causada por esta pandemia pode continuar a afectar uma série de variáveis, nomeadamente a atividade e volume de negócios, a avaliação de mercados financeiros, o comportamento dos clientes e ainda a exposição, gravidade e frequência dos sinistros. É importante referir que os valores reais podem variar significativamente, para cima ou para baixo, relativamente aos resultados analisados.

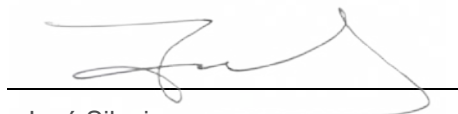
Os dados, parâmetros e pressupostos utilizados pela Companhia permitem-nos chegar aos mesmos resultados e as nossas conclusões não foram para isso ajustadas.

Baseámo-nos em dados e informações, quer verbais quer por escrito, no que se refere à metodologia e pressupostos, bem como no processo de validação utilizado pela Companhia para os elementos do âmbito do nosso trabalho.

Como resultado da sua opinião, a Milliman não pretende favorecer nem assumir qualquer obrigação ou responsabilidades para com outras partes.



Luca Inserra  
*Atuário Responsável, Vida*



José Silveiro  
*Atuário Responsável, Não-Vida*

<sup>i</sup> As especificações regulamentares e técnicas do Solvência II referem-se ao Nível 1 da Diretiva 2009/138/EC do Solvência 2, incluindo as modificações à Omnibus II tal como transpostas para a legislação portuguesa (*Lei n.º 147/2015 de 9 de setembro ("RJASR")*); bem como ao Nível 2 do Regulamento Delegado da Comissão 2015/35 de 10 de outubro de 2014, publicado no Jornal Oficial da União Europeia em 17 de janeiro de 2015 ("Atos Delegados").

<sup>ii</sup> ídem

GENERALI SEGUROS, S.A.

2021

RELATÓRIO & CONTAS